

**REPROGRAMAR O MUSEU MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA.
PROPOSTA DE NOVO PROGRAMA MUSEOLÓGICO: MUSEU DA
AMADORA**

Gisela de Carvalho Guina da Encarnação

Trabalho de projeto de Mestrado em Museologia

Orientadora: Maria da Graça da Silveira Filipe

novembro, 2019

**REPROGRAMAR O MUSEU MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA.
PROPOSTA DE NOVO PROGRAMA MUSEOLÓGICO: MUSEU DA
AMADORA**

Gisela de Carvalho Guina da Encarnação

Trabalho de projeto de Mestrado em Museologia

Orientadora: Maria da Graça da Silveira Filipe

novembro, 2019

AGRADECIMENTOS

À Professora Graça Filipe por ter aceite a orientação deste trabalho, pelas inúmeras sugestões e sobretudo pela confiança que depositou em mim.

À Câmara Municipal da Amadora, nas pessoas do Diretor do DEDS - Departamento de Educação e Desenvolvimento Sociocultural, Dr. Luís Vargas e da Chefe da DIC - Divisão de Intervenção Cultural, Dra. Vanda Santos pela cedência e disponibilização para consulta de toda a documentação necessária à elaboração deste trabalho e de todos os esclarecimentos solicitados.

Aos colegas do Mestrado em Museologia que, ao longo do ano letivo de 2017/2019, partilharam conhecimentos, experiências e amizade, mas sobretudo ao Ângelo, à Margarida e à Teresa pelos conselhos, força e incentivo.

Às colegas do Museu Municipal de Arqueologia Vanessa, Salomé e Helena por ouvirem os meus desabafos; e da Casa Roque Gameiro à Cristina, por nem querer ouvir a palavra desistir. Ainda à Gabriela Xavier por ter sempre presente todas as fontes e bibliografia respeitantes à Amadora do século XX.

Ao Fernando Ferreira, da CMA/DIG, por discutir comigo os dados do velhinho PDM e os resultados do REOT.

Ao Miranda por, entre tantas outras coisas, ter tido tempo para ler o meu trabalho e propor algumas ideias pertinentes.

À minha mãe que, mais uma vez e sempre, leu e releu todos os textos, tivessem eles quatro ou quarenta páginas, mas também por me incitar e acreditar naquilo que faço.

Ao meu pai que sonha mais alto do que eu.

Por último, mas ininterruptamente em primeiro, ao Pedro que teve de assumir tantas vezes o papel de pai e de mãe. E ao Henrique e à Júlia, que mais uma vez, em nome do conhecimento, desta feita, dos museus, tiveram de abdicar da mãe, numa altura sempre difícil do crescimento, a adolescência.

E à Cereja pela companhia incondicional.

Reprogramar o Museu Municipal de Arqueologia. Proposta de novo programa museológico: Museu da Amadora

Gisela de Carvalho Guina da Encarnação

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: museu, Amadora, diagnóstico museológico, programação

Este trabalho de projeto pretendeu compreender a génese e desenvolvimento do Museu Municipal de Arqueologia, do Município da Amadora, entre 1999 e 2018, a sua estrutura polinucleada, as diversas áreas de atuação museológica e a sua integração no território, com o objetivo de contribuir para um novo programa museológico.

Este objetivo resultou da constatação da desadequação do programa original de criação do museu, com o que é efetivamente concretizado.

Deste modo, realizou-se um diagnóstico museológico exaustivo, que explicitou os seus dois núcleos constituintes, património arqueológico sob sua gestão, reservas e acervos e que abrangeu, igualmente, a análise às funções museológicas implementadas.

A partir desta análise, foi possível delinear estratégias de atuação para a implementação de um novo programa museológico, que passaram num primeiro momento por definir a missão, os objetivos, a vocação e a visão para o museu, e conseqüentemente reformular a sua designação e de alguns dos seus núcleos.

Foi, igualmente, definido um novo modelo de gestão que passará por uma maior autonomia e pelo reforço dos recursos humanos, a atualização e reformulação do regulamento, culminando com nova candidatura à Rede Portuguesa de Museus.

Um museu de cidade ou um museu da cidade? O Museu da Amadora.

Reprogramming the Municipal Museum of Archaeology. Proposal for a new museum programme. The Museum of Amadora

Gisela de Carvalho Guina da Encarnação

ABSTRACT

KEYWORDS: museum, Amadora, museum diagnosis, programming

This work project aimed to understand the genesis and development of the Municipal Museum of Archaeology, from the municipality of Amadora between 1999 and 2018 its polynucleated structure, the various areas of museological activity and its integration in the territory with the aim to contribute to a new museum program.

This objective resulted from the finding of inadequacy of the original program of creation of the museum, with which it is effectively materialized.

Thus, an exhaustive museum diagnosis was made, which made its two constituent nuclei explicit, archaeological heritage under its management, reserves and collections, and also covered the analysis of the implemented museum functions.

From this analysis, it was possible to outline action strategies for the implementation of a new museum program, which initially defined the mission, objectives, vocation and vision for the museum, and consequently reformulate its designation and some of its nucleus.

It was also defined a new management model that will go through greater autonomy and the reinforcement of human resources, the updating and reformulation of the regulation, culminating with a new application to the Portuguese Museum Network.

A museum of the city or a museum from the city? The Amadora Museum.

ÍNDICE GERAL

Índice de cartas, figuras, fotografias, quadros e organogramas	p. I
1. Introdução	p. 1
1.1 Tema e objetivos	p. 1
1.2 Metodologia	p. 2
1.3 Apresentação	p. 3
2. Amadora: que território?	p. 4
2.1 A génese e a transformação do território: enquadramento histórico e geográfico	p. 4
2.2 Tendências demográficas: do virar do século XX ao século XXI	p. 9
2.3 Breve caracterização económica e social no século XXI	p. 12
3. Museu Municipal de Arqueologia: um diagnóstico museológico	p. 15
3.1 Origem, criação e instalação de um museu de arqueologia na Amadora	p. 15
3.2 Museu polinucleado: património arqueológico, histórico, arquitetónico e museológico	p. 17
3.2.1 Núcleos, espaços e sítios arqueológicos	p. 18
3.2.1.1 Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira	p. 19
3.2.1.2 Núcleo Monográfico da Necrópole de Carenque	p. 22
3.2.1.3 <i>Villa</i> romana da Quinta da Bolacha	p. 24
3.2.1.4 Reservas	p. 27
3.2.2 Acervo/s	p. 28
3.3 Área/s de atuação e funções museológicas implementadas	p. 29
3.3.1 Investigação e estudos arqueológicos	p. 30
3.3.2 Incorporação, conservação e restauro	p. 30
3.3.3 Interpretação e exposição	p. 31
3.3.4 Educação e mediação	p. 34

3.3.4.1 Projeto “Museu em Ação”	p. 34
3.3.4.2 Projeto “Escola Aberta do Património”	p. 36
3.4 Públicos	p. 36
3.5 Gestão	p. 39
3.5.1 Tutela	p. 39
3.5.2 Recursos humanos	p. 41
3.5.3 Recursos financeiros	p. 41
3.5.4 Processo de credenciação – adesão à Rede Portuguesa de Museus	p. 43
3.5.5 Regulamento	p. 44
3.5.5.1 Missão, objetivos, vocação e visão	p. 45
3.6 Novos projetos	p. 46
3.6.1 Moinho do Penedo	p. 46
3.6.2 Casa Roque Gameiro	p. 49
4. Contributos para uma (re)programação museológica: o Museu da Amadora	p. 52
4.1 Breve enquadramento de termos e conceitos implicados na programação	p. 52
4.1.1 Museu	p. 53
4.1.2 Museu de cidade	p. 55
4.1.3 Museu de território	p. 56
4.1.4 Núcleo museológico	p. 56
4.1.5 Sítio arqueológico	p. 57
4.1.6 Casa-museu	p. 57
4.2 Missão, objetivos, vocação e visão para o Museu da Amadora	p. 58
4.3 Constituintes ou núcleos do Museu da Amadora	p. 62
4.3.1 Conceção territorial de museu	p. 63
4.3.2 Reformulação terminológica e novas unidades museais	p. 64

4.3.2.1 Núcleo sede - Núcleo museológico do Casal da Falagueira	p. 65
4.3.2.2 Núcleo museológico da Necrópole de Carenque	p. 66
4.3.2.3 Núcleo museológico do Moinho do Penedo	p. 67
4.3.2.4 Casa Roque Gameiro	p. 68
4.3.2.5 Núcleo museológico da <i>villa</i> romana da Quinta da Bolacha e do sítio do Moinho do Castelinho	p. 69
4.3.2.6 Núcleo museológico da Azenha da Falagueira	p. 70
4.4 Novo modelo de gestão	p. 71
4.4.1 Organização, estrutura funcional e recursos humanos	p. 72
4.4.2 Regulamento: atualização e reformulação	p. 76
4.5 Proposta de credenciação e nova formulação de candidatura à Rede Portuguesa de Museus	p. 78
5. Considerações finais	p. 82
Fontes, referências bibliográficas e legislação	p. 85
Anexos	p. i

Abreviaturas

AML – Área Metropolitana de Lisboa

ARQA – Associação de Arqueologia e Proteção do Património da Amadora

CMA – Câmara Municipal da Amadora

CRG – Casa Roque Gameiro

DEDS – Departamento de Educação e Desenvolvimento Sociocultural

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

DIC – Divisão de Intervenção Cultural

DIG – Divisão de Informação Geográfica

GAU – Gabinete de Arqueologia Urbana

IMUS – Inquérito aos Museus

INE - Instituto Nacional de Estatística

MNA – Museu Nacional de Arqueologia

MMAR – Museu Municipal de Arqueologia

NMCF – Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira e Núcleo Museológico do Casal da Falagueira

NMNC – Núcleo Monográfico da Necrópole de Carenque e Núcleo Museológico da Necrópole de Carenque

NMMP – Núcleo Museológico do Moinho do Penedo

PDM – Plano Diretor Municipal

REOT – Relatório do Estado do Ordenamento do Território

RPM – Rede Portuguesa de Museus

TIMS – The International Molinological Society

Índice de cartas, figuras, fotografias, quadros e organogramas

Carta 1 - Localização das jazidas arqueológicas no território da Amadora. Fonte: Carta arqueológica digital. CMA/DIG, 2018, p.6.

Fotografia 1 - Fábrica de Espartilhos Santos Mattos (1902-1094). Fonte Gabriela Xavier. Fábrica de Espartilhos Santos Mattos. Amadora, Câmara Municipal da Amadora, 1992, p.29, p. 7.

Figura 1 - Localização do município da Amadora. Fonte Carta Arqueológica da Amadora, 1999, p. 8.

Figura 2 - Reorganização das freguesias nos anos de 1979, 1997 e 2013. Fonte <http://www.am-amadora.pt/resenha-historica> [consultado a 22/11/2018], p. 8.

Fotografia 2 - Atual centro da Amadora e área rural envolvente, no levantamento aerofotográfico de Lisboa, 1944, nº 626 e 789, arquivo CMA/MMAR, p. 10.

Figura 3 - Evolução da ocupação do território 1955, 1965, 1975 e 1989. Fonte Plano Diretor Municipal. Estudos de caracterização nível municipal, vol. B, fig. 5.1 e 5.1, p.11

Gráfico 1 - Evolução da população residente na Amadora entre 1890 e 2011. Fonte João Castro, Carta Municipal do Espaço público da Amadora, Relatório de Estágio. Disponível em [http://www.cm-amadora.pt/images/TERRITORIO/INFORMACAO GEOGRAFICA/PDF/TRAB ACADEMICOS/carta municipal espaco_publico.pdf](http://www.cm-amadora.pt/images/TERRITORIO/INFORMACAO_GEOGRAFICA/PDF/TRAB_ACADEMICOS/carta_municipal_espaco_publico.pdf). [consultado a 22/11/2018], p. 12.

Carta 2 - Localização dos núcleos no território da Amadora. Fonte: CMA/DIG, 2019, p. 19.

Fotografias 3 e 4 – Núcleo expositivo “Antes da Amadora”. © G. Encarnação, 2019, p.26.

Gráfico 2 - Visitantes Museu e Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira 2007-2018. Dados arquivo MMAR. © G. Encarnação, p.37.

Gráfico 3 - Visitantes Núcleo Monográfico Necrópole de Carenque 2007-2018. Dados arquivo MMAR. © G. Encarnação, p.38.

Gráfico 4 - Visitantes Recriação Histórica Necrópole de Carenque 2009-2018. Dados arquivo MMAR. © G. Encarnação, p.38.

Quadro 1 - Receitas e despesas do MMAR nos anos de 2016 e 2017. Fonte: Inquérito INE IMUS 2016 e 2017. © G. Encarnação, p. 43.

Quadro 2 – Distribuição dos núcleos por freguesias. © G. Encarnação, p. 64.

Figura 4 – Representação da análise SWOT feita ao MMAR. © G. Encarnação, p. 71.

Organograma 1 – Proposta de organograma funcional do Museu da Amadora por núcleos e funções museológicas. © G. Encarnação, p. 73.

Organograma 2 – Proposta de organograma funcional do Museu da Amadora por equipas de trabalho e funções museológicas. © G. Encarnação, p. 75.

Organograma 3 – Proposta de organograma funcional do Museu da Amadora por categorias e funções museológicas. © G. Encarnação, p. 76.

1. Introdução

O presente trabalho de projeto integra-se na componente não letiva do Mestrado em Museologia, da FCSH-UNL - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Optou-se pela modalidade de trabalho de projeto respeitante à “(...)conceção e desenvolvimento(...) de uma aplicação original dos conhecimentos e competências adquiridas à satisfação de fins(...) culturais(...) identificados”, de acordo com o Regulamento Interno da Faculdade.

Neste sentido escolheu-se o MMAR - Museu Municipal de Arqueologia, do Município da Amadora, como objeto de estudo para elaboração de um projeto.

1.1 Tema e objetivos

A realização de um trabalho de projeto, centrado num museu que se ajudou a concretizar e viu surgir, não é tarefa fácil e muito propícia a subjetividade e falta de isenção mas, esse foi precisamente o desafio.

Olhar o Museu Municipal de Arqueologia, do Município da Amadora, sob outro prisma, de forma crítica e racional, através de ferramentas próprias da museologia, foi o objetivo que nos propusemos concretizar.

Este objetivo surgiu de uma reflexão empírica resultante de anos de trabalho neste museu e da perceção das alterações que aí foram sucedendo; das mudanças ocorridas no seio dos museus portugueses; da criação da RPM; de legislação nacional própria como a Lei-Quadro dos Museus Portugueses e da necessidade de adequação do Museu Municipal de Arqueologia, às novas realidades.

A constatação da inadequação do seu objeto principal, como museu de arqueologia, da ausência de alguns elementos estruturantes como a missão e a visão, foram fundamentais para a decisão de reprogramar este museu.

1.2 Metodologia

A concretização deste trabalho dividiu-se em duas etapas distintas: uma primeira, centrada na análise e diagnóstico museológico do Museu Municipal de Arqueologia e uma segunda, focada na proposta da sua reprogramação a partir dos resultados obtidos e tendo por base bibliografia especializada.

Apesar do MMAR ter sido criado em 1998, a sua instalação e abertura apenas se deu em 1999, pelo que se considerou este ano como ponto de partida para o seu diagnóstico e a data de 31 de dezembro de 2018 como limite para o mesmo, dado o prazo previsto de entrega do presente trabalho ainda para o ano de 2019.

Para a primeira etapa fez-se recurso, principalmente, às fontes facultadas pelo MMAR existentes no seu arquivo (Planos e Relatórios de Atividades, Informações, Registos de visitantes, Dossier de candidatura à RPM, dados INE/IMUS), e outra documentação interna da CMA (Regulamento do Museu, Grandes Opções do Plano, Boletins Municipais).

Ainda nesta fase e com o objetivo de caracterizar o território onde o museu se insere e a sua ocupação, consultou-se o Plano Diretor Municipal em vigor (1990 e 1991), o Relatório do Estado do Ordenamento do Território, de 2014, e da autoria do Instituto Nacional de Estatística, o Retorno de Informação Personalizada dos Municípios de 2016, estes dois últimos disponibilizados no website da Câmara da Amadora e, igualmente, a produção científica a cargo do MMAR como a Carta Arqueológica e os diversos catálogos das exposições foram consultados.

Para a segunda etapa do trabalho, direcionada para a reprogramação do MMAR, como Museu da Amadora e respetiva componente teórica, a leitura focou-se em bibliografia sobre museologia, com incidência para a área da programação.

Considerou-se pertinente a colocação de algumas fotografias, gráficos, mapas, quadros e organogramas, na proximidade do texto, para melhor entendimento das ideias expostas.

Em anexos colocou-se informação e documentação de enquadramento e institucional (mapas, plantas, fotografias, folhetos).

Optou-se pela norma de Harvard (Autor, data) para as referências bibliográficas, por se considerar que remete de imediato para a bibliografia; esta foi elaborada por ordem alfabética pelo sobrenome do autor.

Este texto rege-se pelo acordo ortográfico de 1990.

1.3 Apresentação

O trabalho está organizado em cinco capítulos. Neste primeiro, apresenta-se o tema de estudo e objetivos, a metodologia utilizada e a apresentação da sua estrutura.

No segundo capítulo procedeu-se ao enquadramento geográfico do MMAR no concelho onde se integra, a Amadora, desde a sua génese até à criação do município em 1979; caracterizou-se a sua demografia e as tendências demográficas entre o final do século XX e o século XXI, bem como foram identificadas algumas das principais características económicas e sociais da Amadora, no século XXI.

O terceiro capítulo, correspondendo à análise e ao diagnóstico museológico exaustivo efetuado ao MMAR, foi subdividido em seis subcapítulos, que incidiram sobre a sua origem, criação e instalação; os diversos núcleos, espaços, sítios arqueológicos e acervos; as diferentes áreas de atuação e funções museológicas; os públicos; a gestão e os novos projetos.

O quarto capítulo versou sobre a proposta de reprogramação incidindo no enquadramento de alguns conceitos-chave; na definição da missão, objetivos, vocação e visão; nos núcleos constituintes após reprogramação; no novo modelo de gestão e na proposta de credenciação e reformulação da candidatura à RPM.

Por fim, no quinto capítulo foram apresentadas as considerações finais em que se elabora sucintamente as propostas concebidas a partir dos resultados obtidos no diagnóstico efetuado.

2. Amadora: que território?

Daqui a alguns anos já não haverá pessoas que se lembrem, ou conheçam, o que foi a Amadora e os lugarejos que actualmente dela fazem parte, assim como as casas velhas, as paredes dos moinhos e as ruínas das azenhas que formaram a moagem de outrora(...)

Também não haverá quem se lembre das moradias da Amadora secundária, ou de após o caminho de ferro, com os seus quintais, árvores, poços, jardins, moinhos de tirar água(...)

António Santos Coelho (1982, p.13)

2.1 A génese e a transformação do território: enquadramento histórico e geográfico

A ocupação humana do atual território da Amadora está intimamente ligada às suas condições de habitabilidade, ao longo de milhares de anos, proporcionando, ora de forma temporária ora de forma permanente, a resposta às necessidades de subsistência de diferentes comunidades.

É a partir destas condições, como a abundância de matérias-primas, bons solos agrícolas e cursos de água permanente, que se consegue explicar a ocupação humana, quase contínua (com início há cerca de 900 mil anos), conhecida pelos trabalhos arqueológicos desenvolvidos ao longo das últimas décadas.

Esta ocupação remonta à Pré-história antiga, com cerca de 30 sítios do período Paleolítico, de que se destaca Alfragide Primeiro; à Pré-história recente, com um sítio do Neolítico inicial (VI milénio a.C.), Baútas-povoado e cerca de 20 sítios do Neolítico final e Calcolítico (final do IV e III milénio a.C.), com realce para a necrópole de Carenque e o povoado dos Moinhos do Penedo; à Proto-História, com cerca de dez sítios da Idade do bronze (II milénio a.C.) e da Idade do ferro (séculos VI-III a.C.), como é o caso do Moinho da Atalaia Oeste; à época romana (séculos I a.C./I d.C. e séculos II-IV d.C.) com um número inferior de sítios (sete), mas de maior dimensão, como o aqueduto, a necrópole do Moinho do Castelinho e a *villa* da Quinta da Bolacha; por último à antiguidade tardia (séculos V-VII d.C.) e Época medieval (séculos VIII-XIV d.C.), com cinco sítios identificados, dois dos quais com vestígios de

ocupação islâmica (Alfragide Segundo Sul e *villa* da Quinta da Bolacha) (Miranda et al., 1999 e Encarnação et al., 2017b).

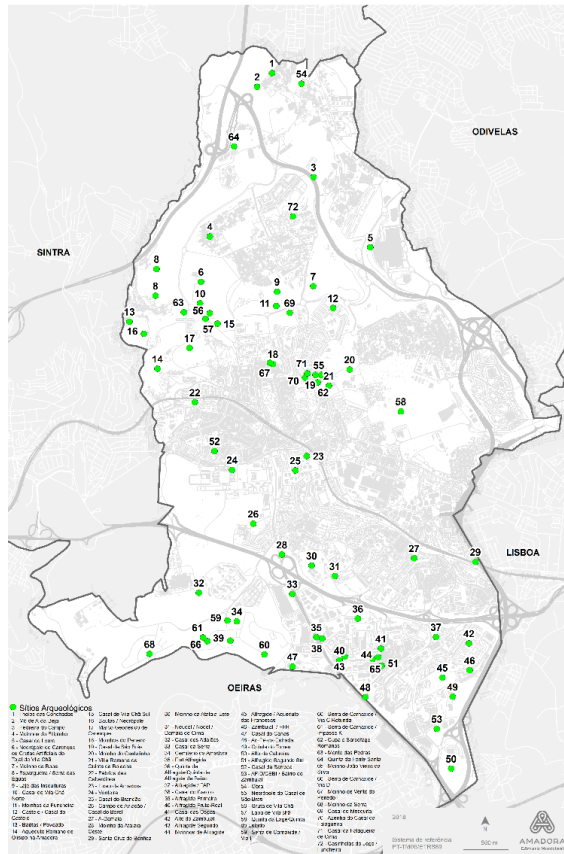
Os vestígios materiais que testemunham as citadas presenças surgem na bibliografia, a partir do século XVI, com Francisco d’Holanda a referir a existência de um aqueduto romano que teria abastecido Lisboa (Viegas et al., 1996, p.13).

No plano dos estudos de cultura material, em especial da arqueologia, o final do século XIX e o início do XX marcam a euforia da pesquisa de vestígios Paleolíticos, surgindo a designação de “Paleolítico dos Arredores de Lisboa”, onde as jazidas da Amadora estão incluídas e que no início dos anos 1950 ganham autonomia e recebem a designação de “Indústrias Antigas do Paleolítico da Amadora” (Neto et al., 2003).

Rapidamente, o interesse pela ocupação antiga deste território desperta novos olhares e a Pré-História recente, com a descoberta das grutas artificiais do Tojal de Vila Chã, também conhecidas como Necrópole de Carenque, vão passar a fazer parte dos valores culturais do país, sendo-lhe atribuída a classificação de Monumento Nacional logo em 1936 (Decreto do Governo 26 235/36), quatro anos após a sua descoberta, pelo Arqueólogo Manuel Heleno (Heleno, 1933).

Será apenas no virar da década de 1970 para a de 1980, que o estudo da época romana vai ganhar novo fôlego com a redescoberta do referido aqueduto romano (Viegas et al., 1996) e da única *villa* identificada, até ao momento, a *villa* da Quinta da Bolacha, também ela classificada como Sítio de Interesse Público em 2012 (Portaria 740-DI/2012), após 16 anos da proposta inicial de classificação, bem como a tentativa de relocalização da sua necrópole, referida por António dos Santos Coelho nos anos 1960 (Coelho, 1982).

Foram identificadas, até ao presente, 74 jazidas (CMA/DIG, 2018) arqueológicas na Amadora, cronologicamente inseridas entre o Paleolítico e a época Contemporânea, que refletem uma grande diversidade de ocupações e reforçam a multiplicidade de opções à fixação de população, que o território sempre ofereceu e que se continuam a refletir em pleno século XXI, destacando-se a facilidade e rapidez de acesso à capital (tempo médio 16m) (CMA, 2014a).



Carta 1 - Localização das jazidas arqueológicas no território da Amadora. Fonte: Carta arqueológica digital. CMA/DIG, 2018.

Este território foi marcadamente rural de modo quase contínuo (Encarnação, 2018), desde a mencionada ocupação romana até aos anos 40 do século XX, com uma lógica de economia de abastecimento à capital que justificou a construção de mais de uma centena de moinhos de vento para a transformação do cereal aí produzido, em farinha, para o mercado lisboeta sempre carente de víveres.

A pacatez aliada à ruralidade foi quebrada, numa primeira fase, pela referida proliferação de moinhos de vento, talvez ainda no final do século XVII (Miranda, 1997, p.11); pela construção do Aqueduto das Águas Livres¹, em meados do século XVIII (em 1748 iniciando-se o abastecimento à zona da Porcalhota) (Xavier, 2011, p.5), que dividiu em dois o território; pela constituição de grandes propriedades rurais e pela construção da linha de caminho-de-ferro Lisboa-Sintra, inaugurada em 1887, com o apeadeiro da Porcalhota a servir a população local.

¹ O Aqueduto das Águas Livres foi classificado como Monumento Nacional, a 16 de junho de 1910 e a 19 de fevereiro de 2002 passa a incluir todos os aferentes e correlacionados.

É precisamente com o impulso do caminho-de-ferro que o território vê chegar uma nova população que, por motivos diversos, nomeadamente a nova acessibilidade e a salubridade do ar, se instala no lado sul do apeadeiro e que ocupa o espaço com moradias unifamiliares com jardins e poços, nos quais a extração de água se fazia com recurso aos moinhos de vento de armação (Xavier, 2013a, p.5).

É neste ambiente que, em 1907, é feita uma petição ao rei D. Carlos para a alteração do nome do apeadeiro de Porcalhota, para Amadora (Xavier, 2013 b, p.5), por o considerarem pejorativo para o bom nome da povoação: “Porcalhota, é portuguez antigo, diminutivo de porcalha – leitôa” (Leal, 1876, p.203).

É também por esta altura que é construída a primeira unidade industrial, a Fábrica de Espartilhos Santos Mattos, paralela à linha de caminho-de-ferro, para aproveitar a facilidade de escoamento do produto, proporcionada pelo comboio, não só para a sua loja na Rua do Ouro em Lisboa, mas também para o resto do país (Xavier, 2017, p.6).



Fotografia 1 - Fábrica de Espartilhos Santos Mattos (1902-1094). Fonte Gabriela Xavier. *Fábrica de Espartilhos Santos Mattos*. Amadora, Câmara Municipal da Amadora, 1992, p.29.

Nesta nova apropriação do espaço, estes recentes habitantes unem-se para um fim comum e criam a Liga de Melhoramentos da Amadora, com o objetivo de, como o próprio nome indica, criar todas as condições para a habitabilidade de um território que durante séculos teve um uso rural, assim como dotá-lo de saneamento básico, iluminação pública, acessibilidades, para além de espaços de lazer e desporto, como o primeiro cinema, o ringue de patinagem e, em 1914, o Salão de Festas dos Recreios, com contributos fundamentais dos seus sócios (Xavier, 2013a, p.11).

Dado o seu crescimento e importância, a 17 de abril de 1916, a Amadora é elevada a freguesia do concelho de Oeiras e mais tarde a Vila, a 24 de junho de 1937.

Situado às portas de Lisboa, que o limita a sueste, o município da Amadora foi criado a 11 de setembro de 1979, a partir da antiga freguesia da Amadora pertencente ao concelho de Oeiras, agregando ainda uma parte das freguesias de Queluz e Belas, que pertenciam a Sintra.

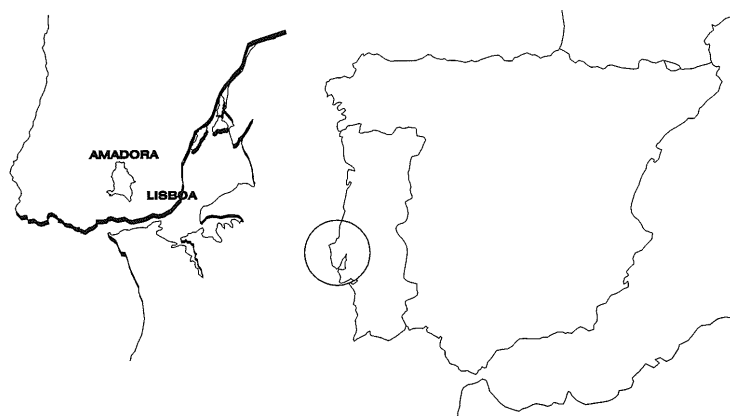


Figura 1 - Localização do município da Amadora. Fonte Carta Arqueológica da Amadora, 1999.

Com os seus 23,78 Km², é um dos municípios mais pequenos do país. É limitado a nordeste pelo município de Odivelas, a sueste pelo de Lisboa, a sul e oeste pelo de Oeiras e a oeste e norte pelo de Sintra, inserindo-se na área Metropolitana de Lisboa.

Inicialmente com oito freguesias, o concelho passa, em 1997, a ter onze e com a reorganização administrativa de 2013, a ser composto por seis freguesias: Águas Livres, Alfragide, Encosta do Sol, Falagueira-Venda Nova, Mina de Água e Venteira.



Figura 2 - Reorganização das freguesias nos anos de 1979, 1997 e 2013. Fonte <http://www.am-amadora.pt/resenha-historica> [consultado a 22/11/2018].

No Relatório do Estado do Ordenamento do Território de 2014, conclui-se que:

“(…)o processo de urbanização do território a que corresponde hoje a cidade da Amadora deu origem a um tecido urbano fortemente ocupado, economicamente dependente, urbanisticamente desqualificado e com um elevado nível de carências ao nível de equipamentos e serviços. Esta génese de subúrbio no seu conjunto correspondia aos seguintes atributos:

- predomínio do uso residencial e de elevadas densidades habitacionais;
- ausência de qualidade do espaço urbano, nomeadamente pela falta de coerência e de articulação, pela falta de elementos simbólicos fortes;
- coexistência de usos desqualificados e degradados;
- sub-equipamento;
- dependências face a Lisboa para aquisição de bens e serviços.” (CMA, 2014b)

2.2 Tendências demográficas: do virar do século XX ao século XXI

Contrastando com a sua dimensão em área, o município da Amadora é o mais densamente povoado do país, com 175 136 habitantes (dados dos censos de 2011) e é a nona cidade mais populosa (CMA, 2014a).

A génese urbanística da Amadora começa a delinear-se por volta do ano de 1913, quando António Cardoso Lopes, também um recém-chegado a esta zona, adquire grande parte dos terrenos a norte da linha de caminho-de-ferro, aos quais ninguém tinha ainda dado importância por serem destinados à lavoura e de difícil acesso, e projetou o Bairro Parque da Mina com as suas necessárias infraestruturas (Lopes, 1989, p.45).

As grandes mudanças vão dar-se a partir da década de 1940, quando em torno da linha do caminho-de-ferro começam a ser construídos pequenos edifícios multifamiliares de três e quatro pisos (CMA, 1991, p. 146), apesar da predominância rural, que as fotografias áreas de 1944 continuam a demonstrar.



Fotografia 2 - Atual centro da Amadora e área rural envolvente, no levantamento aerofotográfico de Lisboa, 1944, nº 626 e 789, arquivo CMA/MMAR.

Também por esta altura, assiste-se ao surgimento de um polo industrial localizado na Venda Nova (primeiras unidades construídas em 1943) (Custódio, coord, 1996, p.183-184).

É de 1949 a proposta do primeiro Plano de Urbanização de iniciativa estatal (CMA, 1991, p.146), mas será entre as subseqüentes décadas de 1950 e 1960, que se dará o ponto de viragem, com tendência de descentralização da população da cidade de Lisboa (perfazia 65% do total da população da AML), para a periferia próxima, (CMA, 1991, p.42) abarcando o atual território da Amadora, no qual a taxa de crescimento decenal registada é de 149.75% (CMA, 1990, p.21).

É neste momento que as searas passam a dar lugar aos prédios e a paisagem de novo se transforma. Um dos casos mais conhecidos é a construção desenfreada da Brandoa, até então coberta por campos agrícolas e que, a partir de 1957/1958, vê surgir os primeiros prédios (alguns deles possuíam entre três e dez pisos), sem qualquer tipo de infraestruturas, planeamento e má qualidade de construção².

Este crescimento da oferta de habitação na Amadora é reflexo dos fluxos migratórios associados à desertificação do campo e interior do país e à melhoria das condições de vida

² Exemplo desta última situação foi a derrocada, a 26 de fevereiro de 1969, de um prédio de sete andares.

das pessoas, alicerçada na proximidade com a capital e intimamente ligada ao crescimento da indústria e do setor terciário em torno da Área Metropolitana de Lisboa (CMA, 1991, p.42).

Ainda na década de 1960, é projetado um novo Plano Urbanístico, o Plano Aguiar, abrangendo toda a freguesia da Amadora, que teve em conta a ligação com a AML e, por isso, evidenciou preocupações respeitantes à circulação ferroviária e rodoviária, (Op. Cit., p.147) assim como uma independência relativamente a Lisboa, que se evidenciou não só na criação de zonas residenciais e espaços de lazer mas, também, de viabilidade de emprego (áreas industriais).

Outro dos fatores de alteração no tipo de ocupação do solo foi a descolonização, que após 25 de abril de 1974 levou à ocupação clandestina dos terrenos, até então deixados vagos pela urbanização emergente dos anos 1950 e à criação de inúmeros bairros degradados e clandestinos (Op. Cit., p.49).

Este crescimento levou não só à urbanização de outras áreas não previstas no Plano anteriormente referido, como ao aumento do número de pisos dos edifícios de habitação, de quatro para sete, deixando por ocupar outras zonas onde se fazia sentir a falta de saneamento e devido ao acesso fácil a transportes em sítios como a Falagueira, o Zambujal e o Alto da Damaia e, ainda, tendo em conta a zona de proteção da Academia Militar e os terrenos da Estação Nacional de Seleção e Reprodução Animal.



Figura 3 - Evolução da ocupação do território 1955, 1965, 1975 e 1989. Fonte Plano Diretor Municipal. Estudos de caracterização nível municipal, vol. B, fig. 5.1 e 5.1.

Atualmente, caminha-se para a ocupação total do espaço, com a criação de novos eixos viários e a expansão da rede de metro e de transportes rodoviários, facilitando a urbanização de áreas como a Serra de Carnaxide, a sul; a Falagueira, na zona da antiga Estação

de Reprodução Animal; e, mais a norte, com a construção de uma grande superfície comercial.

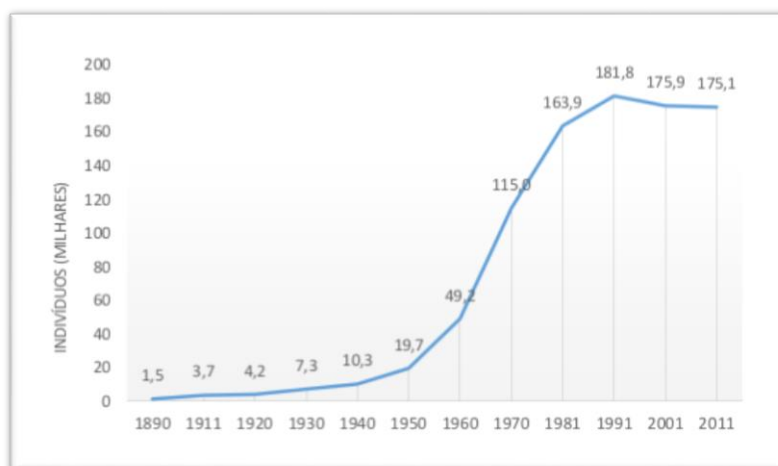


Gráfico 1 - Evolução da população residente na Amadora entre 1890 e 2011. Fonte João Castro, Carta Municipal do Espaço público da Amadora, Relatório de Estágio. Disponível em http://www.cm-amadora.pt/images/TERRITORIO/INFORMACAO_GEOGRAFICA/PDF/TRAB_ACADEMICOS/carta_municipal_espaco_publico.pdf, [consultado a 22/11/2018].

2.3 Breve caracterização económica e social no século XXI

Dos dados obtidos nos Censos de 2011, foram registadas 175 136³ pessoas como residentes na Amadora, das quais 10% era população estrangeira (7 700 pessoas provenientes de Cabo Verde).

Na então freguesia de São Brás, concentrava-se o maior número de residentes, com 26 263, seguindo-se a Damaia com 20 894 e com o menor número, a Venda Nova, com apenas 8 359; da população estrangeira, a freguesia com maior número era a Brandoa com 1 584 pessoas.

Do total de residentes, 86 631 correspondiam à população ativa e 12 963 à população desempregada, na sua maioria homens (7 023). O setor primário é o menos representativo, empregando 103 pessoas (20 em São Brás) e o terciário é o que empregava o maior número

³ Nas estimativas provisórias de 2016, os números atingem os 178.169 habitantes. Disponível em http://www.cm-amadora.pt/images/TERRITORIO/INFORMACAO_GEOGRAFICA/PDF/ESTATISTICAS/1115.pdf, [consultado a 22/11/2018].

de pessoas, cerca de 62 160 (6 985 em São Brás), como é expectável num município com as características da Amadora.

No que diz respeito às deslocações pendulares, 36,1% da população trabalhava ou estudava no município, 41,8% saía para trabalhar ou estudar e 22,1% entrava para trabalhar ou estudar.

Em termos etários, 18,7% da população era idosa, da qual 42% tinha mais de 75 anos e 14,8% era jovem. A taxa de analfabetismo rondava os 3,68%, atingindo a então freguesia da Buraca, 6,70% e a de Alfragide os 0,90% (INE, 2016).

O crescimento exponencial da população da Amadora, caracterizado em subcapítulo anterior, não foi acompanhado pela necessária construção de equipamentos coletivos e infraestruturas, situação herdada pela autarquia criada a 11 de setembro de 1979 (CMA, 1991, p.285).

Esta tem sido uma preocupação sentida por todos os executivos municipais, com especial incidência ao nível dos equipamentos escolares, que se reflete num parque escolar distribuído por todo o território, constituído por 12 Agrupamentos, onde estão integradas 6 escolas secundárias, 12 escolas de 2º e 3º ciclos, 30 escolas de 1º ciclo e 30 Jardins de Infância, por forma a servir os alunos inscritos no sistema de ensino, o que corresponde a cerca de 17% (CMA, 2014a) da população da Amadora, ou seja 29 773 pessoas.

Dos números registados referentes à população escolar, refere-se que 37,1% visitam museus (CMA, 2014a), não sendo possível inferir pelos dados apresentados, que graus de ensino o fazem, nem qual o âmbito geográfico abrangido.

Apesar destes valores, continua a ser um dos municípios com uma elevada taxa de retenção e abandono escolar, na ordem dos 12,7% (INE, 2016).

Dada a sua proximidade com Lisboa, a Amadora é um município que tem sentido, nos últimos anos, uma procura crescente ao nível do turismo. Disponha em 2016 de cinco estabelecimentos hoteleiros, dos quais três hotéis com uma capacidade de alojamento de 644 camas e registando, nesse mesmo ano, 63 652 hóspedes a que correspondem 120 978 dormidas (Op. Cit.).

Em termos de investimento em atividades culturais e criativas, para além de uma programação diversificada na área das artes dos espetáculos, a Câmara Municipal da Amadora tem apostado na divulgação do seu património através da valorização de edificado com valor histórico/patrimonial, na realização de exposições, visitas e oficinas para públicos diversificados⁴, que se traduz em 3 570 000€ de despesa anual em 2016 em atividades culturais e criativas, dos quais 51 000€ em património, no qual o MMAR se encontra inserido, o que resulta numa despesa de 20,00€ por habitante (INE, 2016).

⁴ Segundo informação recolhida na consulta das Agendas Culturais dos anos de 2017 e 2018.

3. Museu Municipal de Arqueologia: um diagnóstico museológico

3.1 Origem, criação e instalação de um museu de arqueologia na Amadora

À semelhança do que ocorreu noutros municípios da AML, na Amadora as associações de defesa do património tiveram um papel preponderante quer na génese e criação de um museu, quer na da recolha sistemática dos vestígios arqueológicos (Camacho, 1999, p.199).

Nos anos de 1960, como consequência dessa recolha surge o “Museu particular da Amadora”, instalado na cave de um dos membros de um grupo informal de jovens que se dedicava ao estudo do património local (Op. Cit., p.199).

Em 1973 “(...)o grupo transfere-se para a Casa Roque Gameiro com o intuito de a transformar num museu, a partir dos materiais que vinha reunindo em casa de António Gonzalez” (Rocha, 2004, p.33) constituindo-se, em 1974, como Centro Cultural Roque Gameiro, no seguimento do que sucedeu com outras Associações da AML, como o Centro de Arqueologia de Almada, em 1972, ou a Comissão Inter-Concelhia para a Protecção do Património Histórico-Cultural dos Concelhos de Sintra, Cascais e Oeiras, em 1977, que englobava o território da Amadora (Camacho, 1999, p. 191-192).

Após uma série de transformações no seio do Centro Cultural Roque Gameiro, o grupo veio a constituir-se em 1988 como ARQA – Associação de Arqueologia e Protecção do Património da Amadora (Rocha, 2004, p.35).

Antecedendo a estruturação do Museu Municipal de Arqueologia, foi deliberado, em 1985, constituir um Museu Municipal da Amadora, a instalar na Casa Roque Gameiro. No entanto só em 1990 será aberto, ao público, o Centro de Documentação, como primeiro núcleo do Museu e a referida Casa em 1996, com um projeto diferenciado do inicialmente pensado (Camacho, 1999, p.286-287).

A criação do Museu Municipal de Arqueologia, no município da Amadora, no final dos anos 1990, surgiu da necessidade de agregar, sob a alçada municipal, um conjunto vasto de documentação e de espólio arqueológico recolhido com objetivos de preservação de património, que se encontrava em risco de destruição devido à crescente urbanização do território. Estes trabalhos decorreram a partir da década de 1960, de modo regular, deles

sendo precursor Luís Guerreiro de Almeida, seguido de António Gonzalez e Luís Campos Costa a par de outros arqueólogos, com atividade de importância nacional, como Veiga Ferreira, José Arnaud e Teresa Júdice Gamito (Rocha, 2004, p.32).

Com a integração de um técnico que exercia funções de arqueólogo⁵ (por Decreto Regulamentar 28/97), nos serviços do Museu Municipal da Amadora, ainda no final dos anos 1980 e em colaboração com a ARQA - Associação de Arqueologia e Proteção do Património da Amadora, criada pela mesma altura, como acima referido, vai ser possível profissionalizar e sistematizar a atividade de investigação em torno dos vestígios arqueológicos já reconhecidos e recolher, para depósito na autarquia, o primeiro espólio sob a direção de Jorge Augusto Miranda (Miranda et al., 2010).

Em 1995, é assinado, entre a Câmara Municipal da Amadora e a ARQA, o “Protocolo para a Preservação e Valorização do Património Arqueológico do Município da Amadora”, com vista à criação do GAU – Gabinete de Arqueologia Urbana, que iniciou funções em agosto desse mesmo ano (ARQA, 2013, p.12 e 30).

Neste momento, a mencionada associação “(...)procede ao depósito, a título precário, das suas coleções arqueológicas no Gabinete de Arqueologia Urbana da CMA, em conformidade com o disposto no nº16⁶ da Portaria 269/78 de 12 de Maio⁷. O depósito será tornado definitivo após o funcionamento efetivo do GAU (...)” (CMA, 1995), ficando instalado na sede da ARQA, na Quinta de São Miguel, na Venda Nova.

A assinatura deste protocolo permitiu a constituição de uma equipa permanente alargada, com diferentes áreas de atuação que passaram pela investigação com recolha de novo espólio, pela conservação e restauro mas, também, por iniciativas dedicadas a diversos públicos como visitas, exposições e integração de voluntários nas campanhas de trabalhos arqueológicos realizadas.

Com o incremento da atividade arqueológica profissional, tornou-se evidente o potencial do município nesta área e, desta forma, a premência na implementação de um Museu Municipal na área da Arqueologia, pelo que a sua criação foi apresentada em reunião

⁵ A carreira de arqueólogo na função pública só foi estabelecida em 1997.

⁶ Deverá ser lapso e referir-se ao Artigo 16º.

⁷ Transcreve-se os artigos 15º e 16º: Art. 15.º O material recolhido será entregue, a título precário, no museu para o efeito indicado pela Comissão e dentro do prazo por esta estabelecido. Art. 16.º - 1 - A Comissão proporá ainda qual o museu em que os achados arqueológicos deverão ser definitivamente incorporados.

de Câmara⁸ de 22 de abril de 1998 que a aprovou por unanimidade; apenas a CDU apresentou declaração de voto, por considerar que as instalações não eram adequadas ao funcionamento de um museu com a seguinte fundamentação: “(...) as instalações em apreço não reúnem condições para lhes podermos atribuir, mesmo que provisoriamente, a função de Museu Municipal de Arqueologia.”⁹.

Apesar desta constatação e de, efetivamente, o espaço e a equipa não serem suficientes, o museu vai ocupar o R/c, do nº 43, da Av. Eduardo Jorge na atual freguesia da Falagueira-Venda Nova. A sua implementação decorre no segundo semestre de 1999 (CMA, 2010), resultando na inauguração a 16 de dezembro desse mesmo ano e do lançamento da Carta Arqueológica da Amadora¹⁰, fruto do trabalho desenvolvido pelo GAU.

Apesar da sua criação, mantém-se o protocolo de colaboração, que iria ser revisto em 2008 (CMA, 2008a) e resolvido em 2017¹¹, permitindo um funcionamento partilhado, nomeadamente ao nível do pessoal, sendo uma parte assegurada pela CMA e outra pela ARQA e ao nível da gestão da Necrópole de Carenque, esta última a cargo da ARQA.

3.2 Museu polinucleado: património arqueológico, histórico, arquitetónico e museológico

Pensado como estrutura polinucleada evolutiva, o MMAR contou, numa primeira fase, com o seu núcleo sede, como mencionado, instalado na Av. Eduardo Jorge 43, R/c, onde se equipou de um laboratório de conservação e restauro, bem como de uma reserva de materiais arqueológicos e espaços técnicos.

Neste local, foi ainda constituída uma biblioteca especializada em arqueologia e um centro de documentação, não só para investigação interna, mas também para o público; foram instalados gabinetes técnicos de museografia e investigação; foram implementados o *software* exploratório “Museu Virtual” (CMA, 1999); uma pequena exposição de materiais arqueológicos na área da receção e, no espaço exterior, foi reproduzida à escala e com

⁸ Reunião de Câmara de 22/4/1998, proposta nº 123/98, de 17 de abril.

⁹ Excerto da declaração de voto da CDU, apresentada na reunião de Câmara de 22/4/1998, no momento da votação da proposta nº 123/98, ponto 9, de 17 de abril.

¹⁰ Convite para a inauguração e apresentação da Carta Arqueológica da Amadora, Arquivo CMA/MMAR.

¹¹ Reunião de Câmara de 31/5/2017, Proposta nº 177/2017, de 25 de maio.

réplicas das sepulturas a necrópole paleocristã do Casal de São Brás, com nove sepulturas, cuja escavação havia decorrido em maio desse ano de 1999 e incluía painéis expositivos sobre os trabalhos aí efetuados.

O MMAR contava com um segundo núcleo, localizado na Necrópole de Carenque, sítio arqueológico pré-histórico, classificado como Monumento Nacional desde 1936, com uma exposição permanente sobre o povoamento neolítico/calcolítico da região envolvente às grutas, no edifício de apoio a este núcleo.

Tendo em vista a expansão do MMAR, a autarquia candidatou-se ao Programa Operacional de Lisboa e Vale do Tejo que, para além da reabilitação de uma área degradada em torno da ribeira da Falagueira, futuro Parque Aventura, permitiu a recuperação de um edifício histórico, de âmbito rural e de grande valor patrimonial, onde iria instalar-se um novo espaço, o Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira.

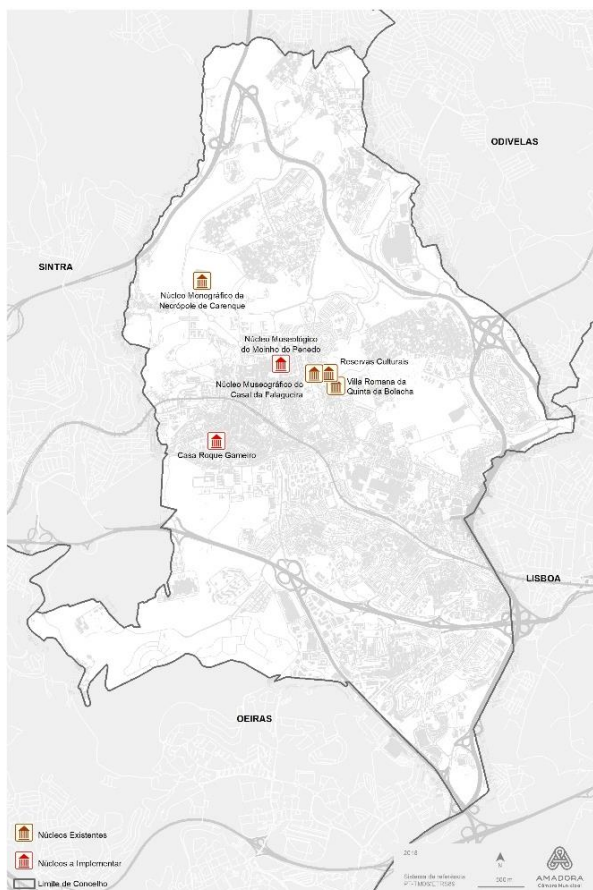
Este passou, a partir de 18 de maio de 2008, a funcionar como núcleo sede do Museu Municipal de Arqueologia.

Com a criação deste novo equipamento, foi possível conceber uma exposição permanente, com diferentes núcleos expositivos vocacionados exclusivamente para a história local e dotar a cidade de um espaço cultural dedicado apenas ao património (CMA, 2008).

3.2.1 Núcleos, espaços e sítios arqueológicos

Em dezembro de 2018 faziam parte do Museu Municipal de Arqueologia: o Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, equivalente à sua sede e onde estão centralizados os serviços administrativos e técnicos; a Necrópole de Carenque, como núcleo monográfico; as Reservas Culturais, onde se encontram o laboratório de conservação e restauro, as reservas de arqueologia, de etnografia e de arte e uma sala de investigação e a *villa* romana da Quinta da Bolacha, que está sob a sua gestão.

Os distintos núcleos estão localizados em áreas espacialmente diferenciadas no território do município, acessíveis a partir dos diversos transportes públicos existentes na Amadora, como o comboio, o metro e o transporte rodoviário e, a partir daqueles, ou a pé, ou através da rede de transporte de circulação dentro da cidade.



Carta 2 - Localização dos núcleos no território da Amadora. Fonte: CMA/DIG, 2019.

3.2.1.1 Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira

Este núcleo, que passou a sede do MMAR em 2008, está instalado no espaço do antigo Casal da Falagueira de Cima, casal agrícola com alguma dimensão que se destaca das restantes casas da antiga aldeia da Falagueira, por possuir dois pisos, uma maior área construída, pela existência de pombal, poços, forno, cantarias diferenciadoras e pela sua relação com a única azenha existente no município da Amadora.

Está inserido num parque urbano, designado Parque Aventura, na freguesia da Falagueira-Venda Nova, espaço verde de certa dimensão que serve como polo de lazer e desporto da Falagueira, envolvendo a ribeira da Falagueira, resultante da reabilitação de uma zona degradada com construções clandestinas.

De acordo com os resultados obtidos na intervenção arqueológica realizada em 1993, terá tido uma primeira fase de construção no século XVI, correspondente a grande parte do piso inferior; e uma segunda fase, já no século XVIII, com o aumento deste piso e a construção do piso superior, do qual se destaca um pombal no alçado tardoz. Da primeira fase também

será a ponte de pedra sobre a ribeira da Falagueira e nas proximidades da entrada principal (Xavier et al., 2009, p.33-34).

Para além dos resultados dos trabalhos arqueológicos, existe documentação nos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, datada do século XIII (Miranda, 1993), que menciona um casal na Falagueira, pelo que parte das cantarias usadas no piso inferior, nomeadamente a verga de muralha e janelas tipo vigias, poderão ser resultado do aproveitamento de um edifício anterior.

O edifício foi construído em alvenaria de pedra calcária não aparelhada, mas rebocada, e os pisos feitos em soalho de madeira, com exceção do piso da cozinha que era constituído por lajes retangulares com o comprimento total da cozinha, suportadas por arcos, também eles de pedra (Xavier et al., 2009, p.33-34).

Foi adquirido pela Câmara Municipal da Amadora após objeto de demolição parcial, pelo seu proprietário, no seguimento da construção de um prédio nas suas proximidades, que afetou grandemente a zona da cozinha e o mencionado piso de pedra (Miranda, 1993).

É também conhecido como a Casa da Ordem de Malta mesmo antes da identificação durante as escavações arqueológicas, junto da fachada principal, de um marco com a cruz da Ordem de Malta, que demarcaria o território pertença desta ordem militar e religiosa.

Objeto de recuperação, no seguimento da candidatura a que já aludi, por parte da autarquia, foi essa recuperação do imóvel que permitiu a sua reconversão a espaço museológico. Esta tentou manter a traça do edifício, mas contemplou algumas alterações, nomeadamente ao nível do telhado, que passou de quatro a duas águas, do pavimento do piso inferior, que foi adaptado às novas necessidades e o do piso superior e sótão, que mantiveram a traça original. Foram repostas as cantarias recuperadas aquando da demolição, e construídas, de raiz, instalações sanitárias, mantendo-se a disposição original das salas.

A designação do equipamento cultural faz alusão ao seu passado como casal agrícola, refletindo a confusão entre os conceitos de museográfico e museológico, situação que permanece até à atualidade.

Classificado como Monumento de Interesse Municipal, em 2006 é o próprio imóvel um espaço patrimonial visitável, que serve de contentor (Barranha, 2005, p. 11) a núcleos expositivos, que apresentam o passado da Amadora.

Apesar de ser uma casa de dimensões muito superiores às da restante aldeia, não deixa de possuir áreas modestas, que se adequavam à sua função, o que faz com que as áreas de trabalho e expositivas sejam pequenas e, por vezes, escassas para os conteúdos que se pretendem transmitir.

No que concerne aos espaços privados, localizados no piso superior, estes são compostos por duas salas de trabalho onde estão situados os serviços de coordenação, de mediação e outras atribuições técnicas, onde trabalha um total de cinco pessoas e duas salas de arrumos (sótão e arrecadação).

Quanto aos espaços públicos, do piso superior, estes incluem uma receção, uma sala para os serviços de mediação, que também é visitável e corresponde à antiga cozinha, onde se localiza um dos poços; e uma sala polivalente onde se realizam exposições¹², palestras, oficinas e cursos.

No piso inferior, para além das instalações sanitárias para mulheres e para homens (que serve também pessoas que utilizam cadeira de rodas), como espaços públicos, existem outros espaços privados, como as instalações sanitárias para os funcionários e uma área, originalmente concebida como receção, mas que nunca teve esse uso e serve para colocação dos aparelhos multimédia de apoio às salas e para arrumação de alguns materiais.

Aqui, localiza-se a principal área expositiva, que inclui cinco espaços, com 86,31m², que poderão ser conciliados conforme as necessidades e que, em dezembro de 2018, possuíam os seguintes núcleos expositivos: “Antes da Amadora”; “Amadora rural”; “Aqueduto das Águas Livres”; e “G.E.A.R. – Grupo de Esquadrilhas Aviação República”.

À data de 31 de dezembro de 2018, encontrava-se aberto ao público de terça a sábado, das 9h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00 e ao domingo das 14h30 às 17h30 e, desde 1 de dezembro, desse mesmo ano, passou a abrir aos dias feriados.

A tarifa de entrada, no ano de 2018, era de 1,00€ (CMA, 2017, p.13) sendo gratuito para crianças e jovens até aos 18 anos, estudantes, pessoas a partir dos 60 anos, funcionários da autarquia, grupos escolares desde que realizem marcação prévia, pessoas portadoras de deficiência e aos sábados de manhã (CMA, 2010, p.4).

¹² Nos dois últimos anos têm sido aí realizadas as exposições temporárias de longa duração.

O Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira disponibiliza um tríptico divulgativo que contém uma breve explicação sobre o edifício que alberga o núcleo, o seu horário, localização e contactos.

Dadas as dimensões do edifício e a sua natureza patrimonial, o acesso a pessoas com mobilidade reduzida é feita através da colocação de rampas amovíveis concebidas para a circulação entre as diferentes salas do piso inferior sendo, entre os dois pisos, o acesso feito pelo exterior, uma vez que não existe elevador.

3.2.1.2 Núcleo Monográfico da Necrópole de Carenque

A Necrópole de Carenque¹³, (Miranda, 1999, p.39) primeiramente conhecida como Grutas Artificiais do Tojal de Vila Chã e, posteriormente, Grutas Artificiais de Carenque, corresponde a um sítio arqueológico pré-histórico descoberto em 1932 por colaboradores do arqueólogo Manuel Heleno¹⁴ e intervencionada por este, nesse mesmo ano. Esta necrópole pré-histórica é constituída por três grutas artificiais escavadas na rocha calcária de base, sendo a sua construção e primeira ocupação cronologicamente enquadráveis no final do IV/inícios do III milénio a.C., apresentando uma segunda ocupação datável do final do III milénio a.C..

Como era hábito do referido arqueólogo, este contou, não só na sua descoberta, mas também na própria escavação, com o apoio de colaboradores assim como de trabalhadores locais da zona de Carenque que desviou do trabalho mais pesado das pedreiras de calcário¹⁵.

O espólio arqueológico e osteológico humano recolhido foi levado para as reservas do atual Museu Nacional de Arqueologia, onde ainda permanece¹⁶ (Miranda et al., 1999, p.16) Dada a sua importância e singularidade ao nível do megalitismo regional e nacional, em termos construtivo e de espólio, foi classificada como Monumento Nacional, logo em 1936 (Decreto nº 26:235/36).

Em 1993 a autarquia assumiu a sua gestão e conservação através da colocação de um contentor de apoio, de um funcionário que assegurava a abertura do espaço ao público, da

¹³ Esta designação só lhe foi atribuída em 1993.

¹⁴ Então Diretor do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos.

¹⁵ Informação recolhida na exposição patente no Núcleo Monográfico da Necrópole de Carenque.

¹⁶ Consulta do matriznet a 26/12/2018.

limpeza das grutas e sua proteção, cuja inauguração ocorreu a 11 de setembro desse mesmo ano, (Miranda, 1994, p.149) situação que foi interrompida devido a diversos atos de furto e vandalismo, levando à perda total da estrutura de apoio ao visitante e ao consequente encerramento ao público.

A sua reabertura dá-se a 1 de outubro de 1995, no âmbito do protocolo celebrado, nesse ano, entre a CMA e a ARQA, onde é definido o apoio financeiro que garantirá a sua abertura regular ao público (CMA, 1995).

Com a criação do MMAR e sendo o terreno onde se localiza a Necrópole de Carenque (sítio arqueológico), propriedade da Câmara Municipal da Amadora, este sítio transitou para a alçada do MMAR, como um dos seus núcleos.

A Necrópole de Carenque localiza-se na freguesia da Mina de Água, no topo da Av. Luís de Sá, nas proximidades da urbanização da Serra das Brancas, em zona sem edificações, entre dois depósitos de água da EPAL, e encontra-se aberta ao público, de forma ininterrupta, desde 1995.

No que diz respeito ao horário de funcionamento para o público, este tem sofrido alterações ao longo dos anos. Entre 1999 e dezembro de 2014 abria de terça a domingo da parte da tarde; a partir de janeiro de 2015, até dezembro de 2017, passou a abrir somente aos fins-de-semana, com horário distinto no verão e no inverno, abertura esta assegurada por um colaborador da ARQA, no âmbito do protocolo existente.

Desde 3 de fevereiro de 2018, a abertura ao público passou a ser assegurada por um vigilante, com o seguinte horário: verão, sábado, das 14h00 às 18h00 e domingo, das 9h00 às 14h00; inverno, sábado, das 13h00 às 17h00 e domingo, das 10h00 às 15h00.

Ao contrário do núcleo sede, a entrada neste local é gratuita. O acesso é feito a partir da rotunda onde está colocada uma placa de trânsito que indica a existência desta necrópole através da passagem por um portão, que tem a indicação do horário de funcionamento e onde se inicia uma estrada de alcatrão, que leva a um segundo portão e que permite a circulação de carros e de peões.

Junto a este segundo portão, encontra-se um edifício pré-fabricado de madeira que funciona como espaço de acolhimento ao visitante. Este espaço possui uma zona de receção (espaço privado), com painéis explicativos sobre o enquadramento do sítio na região

envolvente e dos trabalhos arqueológicos aí realizados por Manuel Heleno e de uma entrevista realizada em 2003 ao único trabalhador de Carenque que ainda se encontrava vivo¹⁷. Possui também: uma pequena mostra de réplicas dos materiais arqueológicos provenientes das grutas, cujos originais se encontram em depósito no Museu Nacional de Arqueologia; uma arrecadação (espaço privado) e uma casa de banho, com uma área de 37 m².

As três grutas, que constituem a necrópole, encontram-se ao ar livre, não possuindo qualquer tipo de cobertura, situação que remonta a 1993, quando realizada a preparação da primeira fase de abertura ao público, (Miranda, 1994, p. 150) mas que se mostrou ineficaz no impedimento de entrada de água para o interior das grutas e conseqüente degradação da pedra calcária que as constitui.

Em torno de cada uma das grutas, foi colocada uma corda que funciona como dissuasora das tentativas, por parte dos visitantes, de entrada nas mesmas, por forma a evitar a sua degradação pela passagem destes no corredor e câmara, com a área total de 3351 m².

À entrada do segundo espaço vedado, encontra-se um painel bilingue (em português e em inglês) e, junto de cada uma das grutas, outro painel de menores dimensões, à exceção da gruta I que possui dois, dada a sua diferente orientação.

É também disponibilizado ao público um tríptico bilingue que contém informação útil sobre o sítio, incluindo uma descrição do mesmo e dos trabalhos arqueológicos aí realizados.

Dada a existência da estrada alcatroada que leva o visitante até ao sítio arqueológico, as pessoas com mobilidade reduzida poderão visitar o local, embora com algumas limitações, dado que todo o circuito de visita é coberto por uma camada de *tout-venant* que dificulta a circulação de cadeiras de rodas e obriga ao redobrar de atenção durante o percurso.

3.2.1.3 Villa romana da Quinta da Bolacha

A *villa* da Quinta da Bolacha, apesar de se inserir em terrenos privados¹⁸, (Encarnação, 2003) tem estado sob gestão da Câmara, através do MMAR, no que diz respeito à sua

¹⁷ Entretanto falecido.

¹⁸ A área delimitada com vestígios arqueológicos tem 3 proprietários e em 2001 a mesma correspondia a cerca de 3000 m².

conservação, manutenção e divulgação, no seguimento dos trabalhos realizados em 1997 e 1998, em colaboração com o GAU (Miranda et al., 1998).

Esta *villa* localiza-se na freguesia da Falagueira-Venda Nova, num terreno inculto, junto à Estrada da Falagueira e da antiga aldeia da Falagueira, a cerca de 5 minutos a pé do núcleo sede.

Foi descoberta em 1979, quando se procedia à identificação do percurso do aqueduto romano de Olisipo. Logo no ano de 1980/81 realizaram-se trabalhos de escavação arqueológica que permitiram a descoberta de algumas estruturas e a sua caracterização.

Devido a atos de vandalismo que levaram ao roubo de uma canalização de chumbo pertencente a um tanque, os trabalhos foram interrompidos e só retomados em 1997, aquando da entrada de um pedido de licença de obra para a construção de um supermercado, numa área próxima àquela em que se deu a descoberta das estruturas mencionadas.

Entre 1997 e 1998, foram realizados trabalhos arqueológicos no âmbito do referido pedido de construção e descobertas novas estruturas que permitiram aferir a importância dos achados identificados.

No seguimento da proposta de classificação, realizada em 1996 e tendo em vista a caracterização mais precisa do sítio, foram ainda realizados trabalhos em 2000 e 2001, que permitiram a interpretação do espaço escavado, como uma sala ampla com pilar central estucado construída em meados do século III e após remodelação no século IV, correspondendo à última fase de ocupação, como uma cozinha com lareira, forno e drenagem de águas.

Em 2004, parte das estruturas localizadas num dos setores foram destruídas devido a obras de reparação no supermercado, o que levou à última campanha de escavação levada a cabo no sítio. Deste sabe-se que foi construído e ocupado entre 270 e 525 d.C. (Quaresma, 2017).

Reconhecida a sua importância pela DGPC – Direção Geral do Património Cultural, a referida *villa* foi classificada como Sítio de Interesse Público, a 24 de dezembro de 2012.

Nunca esteve aberta ao público, nem possui qualquer tipo de estrutura de acolhimento, mas são realizadas, de modo irregular, visitas orientadas ao local desde 2000,

após a abertura do MMAR, sobretudo para o público escolar. Para visitar o local, é necessário usar um caminho de terra batida e, fora dos grupos escolares, estar sujeito à programação anual do museu.

Quanto a acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida, é possível fazê-lo com algumas limitações, desde que o terreno não se encontre enlameado.

Este sítio arqueológico apresenta diferentes graus de conservação, desde paredes com cerca de 1m de altura, bastante bem preservadas, a paredes com cerca de 20cm, uma lareira, restos de estuques pintados e drenos bastante completos; apesar disso, e como já exposto, foi sujeito, desde a sua descoberta, a diferentes ações que levaram à perda de alguns vestígios, nomeadamente da canalização de chumbo pertencente a um tanque em 1981 (Miranda et al., 1998, p.5).

Anualmente, são realizadas ações de monitorização das estruturas com o objetivo de avaliar a necessidade de trabalhos de manutenção ou de conservação e restauro.

Possui dois painéis interpretativos de pequenas dimensões que ajudam a explicar ao visitante a função das estruturas postas a descoberto, bem como a sua cronologia.

Parte do seu espólio encontra-se exposto no núcleo sede e integrado no núcleo expositivo “Antes da Amadora”, onde foi reconstituída parte de uma cozinha romana para facilitar a compreensão dos vestígios postos a descoberto na *villa* romana da Quinta da Bolacha.



Fotografias 3 e 4 – Núcleo expositivo “Antes da Amadora”. © G. Encarnação, 2019

No núcleo sede é ainda disponibilizado um tríptico com informação relevante sobre os trabalhos desenvolvidos e alguns dos achados mais importantes, à semelhança dos restantes núcleos do museu.

3.2.1.4 Reservas

Com a transferência do núcleo sede do MMAR da Av. Eduardo Jorge, para o Núcleo museográfico do Casal da Falagueira, mantiveram-se em funcionamento, na Av. Eduardo Jorge, tanto o laboratório de conservação e restauro, como as reservas de arqueologia.

No entanto, em 2015, por necessidades de rentabilização de espaços, estas valências foram transferidas para uma nova instalação da Câmara localizada na Rua Ordem Militar do Hospital, lote 14, nas proximidades do núcleo sede, nos pisos -2 e -3 de um prédio de habitação, na freguesia da Falagueira-Venda Nova.

Estas instalações ficaram sob a gestão da DIC – Divisão de Intervenção Cultural e sob responsabilidade do MMAR e acomodaram-se, no piso -3, não só o laboratório de conservação e restauro e as reservas de arqueologia, assim como foi transferida a biblioteca especializada em arqueologia e o arquivo de jazidas, que se encontravam no núcleo sede.

Dada a dimensão deste novo espaço, foi possível criar uma sala de investigação que faz recurso à mencionada biblioteca especializada; reservas de etnografia e objetos provenientes de demolições, uma área para as reservas de arte municipais, que ainda se encontra em fase de instalação e uma zona para objetos em pedra de grandes dimensões, que se encontravam ao ar livre, assumindo a designação de Reservas Culturais.

Neste local, os espaços privados são as três reservas mencionadas¹⁹ e os restantes são espaços semiprivados, dado o seu potencial para receber investigadores e estudantes.

Estas novas instalações possuem, igualmente, uma área para lavagem e para secagem de materiais, uma arrecadação e um espaço de arrumos de exposições e instalações sanitárias para homens e mulheres.

Nas Reservas Culturais trabalham o conservador restaurador e parcialmente o arqueólogo e o assistente técnico da área de arqueologia, para a realização dos trabalhos de

¹⁹ Reserva de arqueologia com 140m²; reservas de etnografia com 48m² e reservas de arte com 174m².

conservação e restauro do diverso espólio incorporado, assim como dos trabalhos de lavagem, classificação, inventário e acondicionamento do mesmo espólio.

3.2.2 Acervo/s

O acervo do Museu Municipal de Arqueologia teve a sua origem no espólio arqueológico recolhido, desde os anos 1960, por curiosos destas matérias, como já indicado e que foi transferido para a posse da ARQA – Associação de Arqueologia e Proteção do Património da Amadora, (Rocha, 2004, p.35) no momento da sua constituição.

Com a assinatura do protocolo estabelecido entre esta associação e a Câmara Municipal da Amadora, a prioridade centrou-se na transferência do espólio arqueológico²⁰ (Lei 107/2001) que se encontrava à guarda desta associação, para a alçada municipal (CMA, 1995).

Incluídos nesse conjunto, vinham também materiais resultantes de recolhas em prospeções realizadas por todo o país e que após contactos com as diversas autarquias foram entregues às mesmas, pela CMA, entre os anos de 2005 e 2006.

Este acervo é constituído na sua quase totalidade por materiais arqueológicos, correspondendo a 98,7% do espólio inventariado, isto é, 35 690 registos; os restantes 1,3% são espólio etnográfico doado por munícipes e outro proveniente de demolições, num total de 460 itens, que se encontram com inventário sumário (CMA, 2018d).

Dada a obrigatoriedade, desde 2014 (Decreto-Lei nº 164/2014), da inclusão no relatório dos trabalhos arqueológicos do inventário do espólio recolhido, é possível ter uma ideia aproximada da quantidade de espólio que se encontra por inserir na base de dados.

Segundo os dados fornecidos ao INE, no inquérito IMUS 2017, estes valores eram de 35 459 para os bens arqueológicos e 323 para os bens etnográficos e outros, para um inventário sumário ou desenvolvido, num total de 51 300 bens existentes.

²⁰ Artº 74, nº 3: “Os bens provenientes da realização de trabalhos arqueológicos constituem património nacional, competindo ao Estado e às Regiões Autónomas proceder ao seu arquivo, conservação, gestão, valorização e divulgação através dos organismos vocacionados para o efeito, nos termos da lei.

Apesar de não estar ainda refletido nos dados do INE, também pertencem ao acervo do museu, as taças e troféus da antiga A.A.A. – Associação Académica da Amadora, adquirido pela CMA em leilão no ano de 2014²¹, num total de 2 271 objetos inventariados (CMA, 2016).

3.3 Área/s de atuação e funções museológicas implementadas

A proposta de criação do Museu Municipal de Arqueologia, como se infere pela sua designação, teve como objetivo primeiro o estudo e a salvaguarda do património arqueológico do município da Amadora, bem como a capacitação da CMA, para a gestão do património arqueológico, através de um museu que pudesse ter reservas para incorporar os inúmeros materiais recolhidos ao longo dos anos (Proposta de Câmara Nº 123/98).

Efetivamente, os objetivos definidos foram cumpridos pela incorporação em reservas, criadas para o efeito, do espólio transitado do GAU, centrando-se a sua atividade no desenvolvimento de trabalhos diversos na área da arqueologia culminando, logo no ano de abertura, com a publicação da Carta Arqueológica da Amadora.

No entanto, rapidamente se verificou a necessidade de alargamento de funcionalidades e competências a outras áreas do património, nomeadamente o histórico, com a elaboração dos processos de classificação de imóveis e sítios arqueológicos, como o da Casa Roque Gameiro, classificada como Monumento de Interesse Público (Portaria nº 638/2012); ou a *villa* romana da Quinta da Bolacha, como Sítio de Interesse Público (Portaria nº 740-DI/2012); ou, ainda, o Casal da Falagueira de Cima, como Monumento de Interesse Municipal (CMA, 2006, p.25), entre outros.

A possibilidade de musealização de um antigo casal agrícola, e a sua agregação ao museu, obrigou ao repensar do próprio MMAR, optando-se pela criação de um espaço que apresentasse ao público não só a sua riqueza arqueológica, mas que conseguisse fazer um itinerário sobre a ocupação do território da Amadora, desde as primeiras ocupações ao século XX, dada a inexistência de outro espaço onde se contasse essa história.

A partir do momento de abertura deste local ao público, a 18 de maio de 2008, o contacto direto com os munícipes passou a ser uma constante e com ele iniciou-se a recolha

²¹ Informação retirada dos documentos oficiais cedidos pelo Museu Municipal de Arqueologia.

de testemunhos e tradições orais, (Encarnação, 2011, p.177) bem como de fotos complementares a esses testemunhos e de alguns objetos que serviram, desde essa data, como apoio às exposições temporárias, em torno do século XX (Encarnação, 2010a).

3.3.1 Investigação e estudos arqueológicos

Apesar de 98,7% do espólio gerido ser arqueológico, o trabalho arqueológico é apenas uma das áreas de atuação do MMAR.

A investigação é concretizada por duas vias. Por um lado, pelo desenvolvimento de trabalhos arqueológicos, na área da Arqueologia e de História local, no âmbito da investigação interna, que se traduz em exposições, publicações de carácter científico e para público não especializado, como os catálogos das exposições. Por outro lado, pela cedência de materiais arqueológicos a estudantes de Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento²².

3.3.2 Incorporação, conservação e restauro

A política de incorporações está estabelecida no Regulamento do MMAR, (CMA, 2010, pp.12-16) sendo a incorporação concretizada, maioritariamente, a partir dos materiais resultantes dos trabalhos arqueológicos a cargo da equipa do museu, de algumas recolhas no seguimento de demolições de imóveis e, igualmente, de doações de munícipes.

O inventário está registado na base de dados *In Arte Premium* implementada a partir do ano de 2010, com a importação de uma base de dados em Excel, que tem sido atualizada e revista de forma sistemática, acompanhada da inserção de novas fichas, complementada com o respetivo registo em fichas em papel individualizadas, que funcionam como livro de tombo.

Quanto à conservação, ela é apoiada pela existência de um laboratório de conservação e restauro e por um conservador restaurador, que entre 1999 e 2017 trabalhava a meio tempo e era assegurado através do protocolo estabelecido com a ARQA e que, desde 1 de janeiro de 2018, passou a ter funções a tempo inteiro e garante a existência das condições e do trabalho necessário à conservação do acervo museológico. O MMAR possui igualmente,

²² Informação obtida dos Relatórios de Atividade consultados.

definidas no seu regulamento, normas e procedimentos de conservação preventiva (CMA, 2010, p.16-19).

De acordo com as diferentes instalações, são utilizados meios que garantam a segurança dos bens do acervo, nomeadamente sistemas de alarme, videovigilância e recurso a vigilantes, ou de forma individualizada ou em conjugação de recursos.

3.3.3 Interpretação e exposição

Uma das principais lacunas do edifício destinado, na sua origem, a Museu Municipal de Arqueologia era a inexistência de qualquer espaço que permitisse a exposição do espólio entregue à autarquia e respetivo enquadramento.

Essa situação foi sendo parcialmente colmatada com a realização de exposições na Casa Roque Gameiro, sempre que foi possível incluir na sua programação anual, quer exposições temporárias de longa duração (Encarnação et al.,1999), quer exposições temporárias mais curtas (Neto et al., 2003; Encarnação, 2007).

A primeira experiência decorreu no ano de 1999, entre abril e dezembro, com a exposição “Do Paleolítico ao Romano”, que ocupou duas salas, uma do piso -1 e a sala do piso -2; antecedendo a abertura do próprio museu e como resultado do trabalho desenvolvido pelo GAU.

Entre 14 de dezembro de 2002 e 29 de março de 2003, realizou-se a exposição “Foi há quatro mil anos na Amadora” e, de 7 de junho a 13 de dezembro, a exposição “Os primeiros homens” abordava as ocupações mais antigas do atual território da Amadora, cuja interpretação conjugava com as primeiras descobertas arqueológicas.

A última exposição decorreu pouco tempo antes da abertura do NMCF, de 15 de dezembro de 2007 a 1 de março de 2008 e intitulava-se “A Arqueologia na História da Amadora”, com a pretensão de mostrar o trabalho arqueológico desenvolvido pelo museu, desde a sua criação.

Com a abertura do NMCF e para além dos módulos expositivos permanentes, que já sofreram renovações²³, anualmente tem sido realizada pelo menos uma exposição temporária²⁴.

Com a abertura deste núcleo e tendo como base o edifício e as temáticas chave da história da Amadora, foram criados cinco módulos expositivos permanentes dispostos em salas distintas e designados: “Casal da Falagueyra”; “Do Paleolítico à Idade Média”; “Amadora Rural”; “Aqueduto das Águas Livres” e “*Villa romana*” (CMA, 2008).

O primeiro destes módulos permanentes a ser reformulado foi o respeitante à ocupação mais antiga “Do Paleolítico à Idade Média”, logo em 2011, com nova museografia, conteúdos e acervo. Apenas possuía folha de sala, no momento de abertura e no da reformulação, apoiando-se no catálogo da exposição “Do Paleolítico ao romano” realizada, como referido, na Casa Roque Gameiro.

A exposição volta a ser reformulada, de um modo mais profundo, em janeiro de 2018, passando a designar-se “Antes da Amadora”. O mobiliário expositivo é totalmente substituído, permitindo a aproximação fácil às vitrinas para utilizadores de cadeiras de rodas.

A museografia fez recurso a maquetas 2D, bem como a réplicas de materiais arqueológicos e outros elementos, concebidos para serem tocados pelo público, aos quais se associa uma reprodução de uma cozinha romana, que dá dimensão aos vestígios arqueológicos por vezes de difícil compreensão.

À semelhança do que tem sucedido, desde 2015, quer nas exposições temporárias, quer no restante espaço faz-se recurso à utilização de *QRcodes* para enriquecer a informação sobre o material exposto, incluindo reconstituições virtuais de peças do acervo museológico. Foi ainda editado um catálogo da exposição.

Nesta mesma altura e sucedidos dez anos, foi reformulado o núcleo “Amadora rural”, apresentando uma museografia completamente renovada, com fotografias de grandes dimensões, incluindo objetos oferecidos por munícipes e utilizando os *QRcodes*.

²³ Módulos expositivos “Antes da Amadora”, “Amadora Rural” e “Aqueduto das Águas Livres”.

²⁴ Em 2018 “Av. da República. A primeira rua da Amadora”, patente entre 19 de maio de 2018 e 12 de maio de 2019.

Em 2015, dada a necessidade de espaço para instalação da exposição temporária “Moinho do Castelinho. Um sítio a descobrir” foi desmantelado o núcleo expositivo “*Villa romana*”, que em 2011 tinha sido objeto de atualização e inclusão de elementos.

No decorrer da elaboração deste trabalho, foram inaugurados em janeiro de 2019, após reestruturação, os núcleos expositivos “Aqueduto das Águas Livres” e “G.E.A.R. – Grupo de Esquadrilhas de Aviação República”, que integraram a exposição permanente, apostando o primeiro numa museografia que conjuga elementos já existentes, como a réplica de uma parede do Aqueduto, com uma reprodução do interior de um troço do aqueduto e a inclusão de um jogo didático.

A exposição sobre o Casal da Falagueira foi alternando com outras exposições permanentes, dependendo da sua dimensão e a partir de 2017 foi retirada em definitivo, não havendo previsão para a sua reposição.

A realização anual de exposições temporárias de longa duração, relacionadas com a história da Amadora durante o século XX, tem sido uma constante desde a sua criação.

Esta linha programática tem por objetivo dar a conhecer aos munícipes da Amadora, a história do local onde vivem, estudam e trabalham, por forma a contribuir para o enraizamento da sua população, que na grande maioria vem de outras regiões e países.

Têm ainda sido desenvolvidos diversos estudos sobre história local e temáticas diversas em torno do século XX, podendo servir de ponto de partida para estudos mais aprofundados, incluindo a edição de um catálogo que ficaria como memória física da mencionada exposição.

As exposições temporárias de longa duração realizadas até 31 de dezembro de 2018 foram as seguintes:

Nome da exposição	Período de duração
“Amadora 1900-1920”	18/5/2008 a 18/5/2009
“Amadora anos 20. Através da Imprensa Local”	16/5/2009 a 18/5/2010
“Amadora, um outro olhar”	22/5/2010 a 18/5/2011

“O 5 de outubro na Toponímia da Amadora”	22/5/2010 a 18/5/2011
“Um menino como eu. Um dia há 4000 anos...”	22/10/2011 a 31/12/2011
“As primeiras escolas da Amadora”	18/5/2011 a 14/5/2012
“Há 50 anos na Amadora”	18/5/2012 a 11/5/2013
“Dinossauros da Lourinhã na Amadora”	29/9/2012 a 15/12/2012
“Pela Estrada da Porcalhota”	18/5/2013 a 10/5/2014
“Amadora 1900-1920”	18/5/2013 a 10/5/2014
“Pela Estrada da Porcalhota: A Venda Nova”	17/5/2014 a 9/5/2015
“Moinho do Castelinho. Um sítio a descobrir”	16/5/2015 a 8/5/2016
“G.E.A.R. – Grupo de Esquadrilhas de Aviação República”	21/5/2016 a 14/5/2017
“A Fábrica de Espartilhos Santos Mattos”	20/5/2017 a 10/5/2018
“Avenida da República. A primeira rua da Amadora”	19/5/2018 a 12/5/2019

3.3.4 Educação e mediação

Relativamente à educação e apesar do pouco espaço disponível, foram realizadas visitas orientadas às instalações da Av. Eduardo Jorge, que conciliavam a existência da reprodução da necrópole paleocristã do Casal de São Brás no espaço exterior, com a pequena vitrina com espólio arqueológico e com o próprio trabalho do laboratório de conservação e restauro, sobretudo direcionado para as escolas do município.

3.3.4.1 Projeto “Museu em Ação”

A abertura do NMCF permitiu o crescimento da atividade desenvolvida pelo museu, sobretudo no que concerne à função respeitante à educação, dadas as limitações de espaço e ausência de exposições na Av. Eduardo Jorge.

A partir de 2009 foi criado o projeto de mediação “Museu em Ação” para o público escolar, sénior e portador de deficiência, com visitas orientadas, oficinas e com algumas ações direcionadas para a ocupação fora dos mencionados grupos.

Neste “(...) projecto de animação museológica e patrimonial pretende-se (...) proporcionar o contacto directo com o património histórico e arqueológico (...)” (Encarnação, 2010b, p.3).

O “Museu em Ação” teve como princípio a realização de visitas orientadas ao património, a que se juntou a concretização de oficinas teórico-práticas alicerçadas nos módulos expositivos permanentes e nas exposições temporárias, bem como na génese rural do próprio edifício, com oficinas como “Pãozinho quentinho”, cuja execução ainda se mantém.

No primeiro ano de funcionamento este concretizava-se dois dias por semana, passando no ano seguinte, dada a procura, a realizar-se cinco dias por semana, da parte da manhã ou da tarde, através de marcação prévia. No ano de 2018 e devido ao encerramento do NMCF às segundas, este realiza-se quatro dias por semana (de terça a sexta).

Destina-se a grupos organizados de instituições de ensino, a partir do pré-escolar até ao ensino secundário, associações culturais, sociais e instituições de pessoas portadoras de deficiência, entre outros.

Foram ainda contemplados com estas ações, durante os anos de 2010 a 2012, o Hospital de Santa Maria e o Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca com a realização de oficinas nas alas pediátricas para crianças com internamentos de longa duração.

Integrado neste projeto foi concebido, igualmente em 2009²⁵, o subprojeto “Jovem Explorador” tendo em vista a ocupação, durante as férias escolares, de crianças e jovens entre os 6 e os 12 anos de idade, “(...) com o objetivo de iniciar os mais jovens, de modo divertido, nas temáticas do património histórico e arqueológico” (CMA, 2018e, p.35).

Entre 2009 e 2018 foram realizadas 1169 ações, para 24 906 participantes abrangendo, no ano de 2013, 51 instituições²⁶.

²⁵ Até 2018 foram realizadas 42 semanas abrangendo 504 crianças e jovens.

²⁶ Ano que teve o maior número de instituições participantes.

3.3.4.2 Projeto “Escola Aberta do Património”

Numa vertente mais direcionada para o público adulto foi concebido o projeto “Escola Aberta do Património”, pensado para a realização de ciclos de palestras em torno de temáticas de património histórico e arqueológico, de participação gratuita e de entrada livre.

Contou com a colaboração de investigadores de diversas áreas, realizando-se um total de onze ciclos de palestras com temáticas tão diversificadas como “O Mundo rural”, “A astronomia”, “A Arqueologia e as outras ciências” ou o “Património imaterial”. Em 2011 foram editados pela CMA os textos destas comunicações (CMA, 2011).

Outras iniciativas têm complementado este projeto, como visitas orientadas a equipamentos culturais, visitas orientadas pedestres²⁷, oficinas, cursos e observações astronómicas, entre outros, perfazendo um total de 1854 participantes, até 2018.

3.4 Públicos

Até à abertura do NMCF, em maio de 2008, os visitantes que o MMAR recebia, dadas as características e limitações de espaço, correspondiam, maioritariamente, a grupos escolares que realizavam visitas ao património onde se incluía a Necrópole de Carenque, a *villa* romana da Quinta da Bolacha, a barragem romana, as Mães de água nova e velha do Aqueduto das Águas Livres, as próprias instalações do museu (centrando-se a visita na reprodução da necrópole paleocristã do Casal de São Brás e no laboratório de conservação e restauro) e, quando solicitado, a Casa Roque Gameiro, registando-se em 2007, 320 participantes no âmbito desta iniciativa.

A partir de maio de 2008, foram criadas fichas em papel para registo de visitantes, quer para a tipologia “visitantes individuais/famílias”, quer para a tipologia “grupos”, não só para o núcleo sede, mas também para o Núcleo monográfico da Necrópole de Carenque, tornando-se este registo, a partir de dezembro de 2015, informatizado para o núcleo sede, dado que a Necrópole de Carenque não é abastecida por energia elétrica.

²⁷ Como por exemplo os passeios pedestres temáticos “As Ruas da República” e “Por terras de Carenque” realizados em diferentes anos.

Cada registo feito corresponde à totalidade dos visitantes recebidos em cada ano, mesmo que estes visitem o museu mais do que uma vez, pelo que a análise estatística da informação recolhida deste modo não permite a quantificação exata do número de pessoas que visitam o museu.

No entanto, pela observação, nomeadamente da origem dos visitantes registados sob a tipologia “individuais/famílias” verifica-se que estes são maioritariamente da Amadora e acabam por visitar o museu por morarem nas proximidades ou se encontrarem a passear no Parque Aventura. Quanto à Necrópole de Carenque, para além do que se passa no núcleo sede, a quase totalidade toma conhecimento da sua existência através das placas direcionais existentes²⁸.

Observando os dados do inquérito IMUS fornecidos ao INE respeitantes a 2017, que incluem o NMCF e o NMNC, verifica-se que dos 4885 visitantes, 2290 são visitantes em grupo e, do valor total, apenas 48 pagaram entrada.

Nos gráficos abaixo, pode verificar-se a evolução do número de visitantes nos dois núcleos entre os anos de 2007 (Museu - Av. Eduardo Jorge) e 2018.

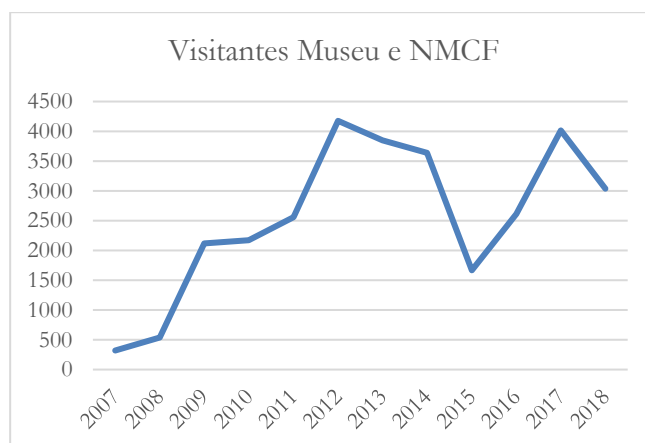


Gráfico 2 - Visitantes Museu e Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira 2007-2018. Dados arquivo MMAR.

© G. Encarnação

²⁸ Registo de visitantes entre 2007 e 2018.

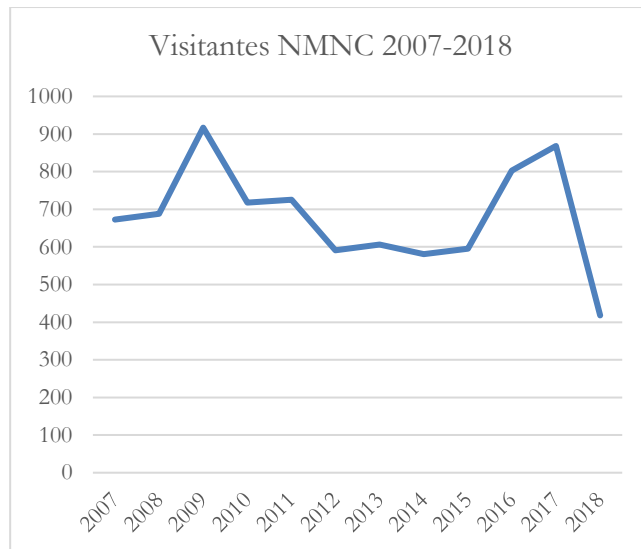


Gráfico 3 - Visitantes Núcleo Monográfico Necrópole de Carenque 2007-2018. Dados arquivo MMAR. © G. Encarnação

Por cada iniciativa realizada pelo museu é também registado o número de visitantes para que se possa avaliar o impacto das mesmas junto do público. Um desses exemplos é a iniciativa anual na Necrópole de Carenque, “Recriação Histórica” que é feita em parceria com a ARQA.



Gráfico 4 - Visitantes Recriação Histórica Necrópole de Carenque 2009-2018. Dados arquivo MMAR. © G. Encarnação

Entre 1 de junho de 2011 e 29 de maio de 2012, foi realizado, por decisão da DIC - Divisão de Intervenção Cultural e através de aquisição de serviços à Professora Helena Santos, da Faculdade de Economia da Fundação Universidade do Porto, um estudo de públicos a todos os equipamentos culturais onde se incluía o museu, “(...) com o objectivo geral, não apenas de caracterização sistemática, mas de identificação de relações, potencialidades e

debilidades, de modo [a] construir instrumentos de gestão (avaliação e estratégia) da oferta e da procura culturais por parte da Câmara Municipal/DIC e dos responsáveis pelos equipamentos” (Santos, 2011a).

Para a sua concretização foram realizados “Registos diários, com o objectivo de um quadro geral, que nos servirá de contexto, uma vez que se baseia no total da procura "real" e “Inquérito por questionário e amostragem aos visitantes/utilizadores com 15 e mais anos - Questionário mais aprofundado, abrangendo diversas dimensões dos visitantes/utilizadores: caracterização sociográfica, modalidades de conhecimento e utilização dos vários equipamentos e eventos do concelho, satisfação e expectativas. O objectivo é a diversificação, entre os inquiridos, as actividades e a sua programação” (Santos, 2011b).

No entanto e apesar da recolha dos elementos definidos, o estudo não foi concluído por motivos pessoais da investigadora.

3.5 Gestão

Em 2017, foi entendimento da autarquia da Amadora assumir a totalidade da gestão deste museu, que se fazia em parceria com a ARQA, desde 1995, em algumas áreas específicas de atuação, como a Necrópole de Carenque, o laboratório de conservação e restauro e o apoio ao trabalho de arqueologia (CMA, 2008a), como já referido.

As próprias instalações da Av. Eduardo Jorge, por questões de operacionalização, encerraram, passando as duas valências que lhe estavam agregadas (a conservação e restauro e as reservas de arqueologia), para novas instalações mais próximas do núcleo sede.

Apesar de não ser entendida como um núcleo e de se encontrar em diversos terrenos privados, a *villa* romana da Quinta da Bolacha encontra-se sob gestão do museu e todas as questões relacionadas com a sua conservação e divulgação estão sob a sua alçada.

3.5.1 Tutela

O Museu Municipal de Arqueologia encontra-se sob a tutela da Câmara Municipal da Amadora.

De acordo com o regulamento orgânico dos serviços municipais, da Câmara Municipal da Amadora e apesar de não se encontrar refletido no organograma da estrutura flexível, alterada a 16 de setembro de 2015, este é um dos equipamentos culturais da Divisão de Intervenção Cultural (DIC), à qual compete, entre outros, “Gerir o **museu municipal**, programar e desenvolver os respetivos serviços de extensão cultural e educativo (...)” (Despacho n.º 12471/2015), que se encontra integrada no Departamento de Educação e Desenvolvimento Sociocultural (DEDS), ao qual compete, entre outros, “Assegurar a realização da política e dos objetivos definidos para a área da educação, social, **cultura**, desporto e juventude” (Op. Cit.); “Salvaguardar, valorizar e gerir o Património cultural do Município enquanto memória coletiva (...)” (Op. Cit.).

Desde a sua implementação que está à frente deste serviço um coordenador técnico, que hierarquicamente responde a um Chefe de Divisão, por sua vez na dependência de um Diretor de Departamento, o qual responde ao Vereador da Cultura, que faz parte do executivo a que preside o Presidente da Câmara.

Será também no ano de 2009, com a necessidade de adequação aos requisitos exigidos pela Lei-Quadro dos Museus – segundo a qual “O museu deve ter um director, que o representa tecnicamente, sem prejuízo dos poderes da entidade pública ou privada de que o museu dependa” (Lei 47/2004) - que será proposta a criação de um Diretor técnico, acabando por ficar apenas aprovada a figura de Coordenador técnico.

No entanto, da leitura atenta do regulamento do MMAR, nomeadamente no que se refere à estruturação orgânica dos serviços do museu, surge a indicação de uma Direção (CMA, 2010) e ao longo do texto é mencionado que cabe à Direção a decisão sobre determinadas matérias, como por exemplo que a cedência de bens culturais “(...) só pode ser efectuada desde que sejam asseguradas as condições de segurança e de conservação que a direcção entenda adequadas (...)” (Op. Cit.).

O que se constata é que, efetivamente, não existe a figura de diretor, apenas a de coordenador, o qual tem muito pouca autonomia e capacidade decisória, mesmo quando se trata da autorização de cedência para estudo do espólio, como referido anteriormente.

3.5.2 Recursos Humanos

No que diz respeito aos recursos humanos, a equipa do MMAR é composta, como já vimos, por um coordenador técnico, que também é arqueólogo; por um técnico superior de história; por um técnico superior de património; por um técnico superior de conservação e restauro; por um assistente técnico, na área da mediação e por um assistente técnico, na área da arqueologia.

Para além destes colaboradores, pertencentes ao mapa de pessoal da Câmara Municipal da Amadora, o museu conta também com a contratação de serviços de três vigilantes para assegurar a abertura ao público do núcleo sede (um) e do núcleo da Necrópole de Carenque (dois).

Os serviços de limpeza, à semelhança da vigilância, são realizados através da contratação de serviços a uma empresa que asseguram a limpeza da Necrópole de Carenque (uma pessoa), Reservas Culturais (duas pessoas) e Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira (uma pessoa).

Esta equipa é reforçada, durante o período de trabalhos arqueológicos, por estudantes universitários da Licenciatura de Arqueologia da FCSH-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, por um protocolo estabelecido em 2012, bem como de jovens através do programa de férias da Câmara intitulado *16+* e de voluntários.

Dada a quantidade de espólio arqueológico recolhido nas diversas intervenções e das diferentes fases de tratamento até à sua inserção na base de dados, parecem insuficientes os recursos disponibilizados para esta área.

De realçar que este mapa de pessoal é de formação recente e até 31 de dezembro de 2017 este era composto por colaboradores da ARQA, no âmbito do protocolo existente, alguns deles a meio tempo e por funcionários do quadro da Câmara.

3.5.3 Recursos financeiros

Em termos financeiros e dentro das Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal da Amadora, o museu possui rubricas orçamentais próprias definidas anualmente a partir das

propostas apresentadas pelo responsável do museu, e debatidas com as chefias diretas para serem submetidas ao Executivo Municipal.

Em 2018 e com a perspetiva de crescimento, houve um aumento de valores logo nas previsões de janeiro que incluíram não só a atividade regular do museu com cerca de 33 000,00€, mas também o projeto de museografia para o futuro Núcleo museológico do Moinho do Penedo, com 2 500,00€; incluía, igualmente, 26 000,00€ para a recuperação da azenha da Falagueira, situação que acabou por não se concretizar por questões de execução técnica; e o acordo de parceria com a ARQA, no valor de 9 050,00€ (CMA, 2018a).

Num outro projeto/ação, que transitou de 2017, foi incluído o montante de cerca de 56 000,00€ com vista à aquisição de estantes destinadas às reservas de arte, arqueologia e etnografia e 1 000,00€ para equipamento diverso para as Reservas Culturais.

No projeto de animação cultural, foram considerados 5 225,00€, que refletiam os valores gastos em 2017 e incluíam a execução do projeto “Museu em Ação” e “Jovem Explorador”, por uma entidade externa, mas em 2018, por motivos de inclusão de um assistente técnico na área da mediação, apenas foram contratados serviços externos para o “Jovem Explorador” (CMA, 2018c).

Foi também contemplada verba para a manutenção do *software In Arte Premium* (quatro postos de trabalho) usados no museu, Casa Roque Gameiro e Galeria Municipal Artur Bual, no valor anual total de cerca de 1 700,00€. Em 2018 foram gastos 85 911,24€, incluindo o valor do acordo de parceria com a ARQA (9 050,00€), mas sem contar com gastos com o pessoal e despesas gerais.

As receitas geradas pelas vendas de publicações, materiais promocionais e entradas ingressam diretamente como receita da autarquia e não são revertidos para as despesas do museu. No entanto, em termos comparativos, estas são diminutas (ver quadro abaixo), comparativamente com as despesas do museu.

Em termos comparativos apresenta-se a tabela abaixo respeitante aos dados fornecidos ao INE, respeitantes ao preenchimento do inquérito IMUS:

Ano	Receitas totais	Receitas próprias	Receitas externas	Despesas totais	Despesas pessoal
2016	118 221,00€	1 747,00€	116 474,00€	164 889,00€	103 614,00€
2017	60 044,00€	1 286,00€	58 758,00€	174 207,00€	107 361,00€

Quadro 1 - Receitas e despesas do MMAR nos anos de 2016 e 2017. Fonte: Inquérito INE IMUS 2016 e 2017. ©

G. Encarnação

3.5.4 Processo de credenciação – adesão à Rede Portuguesa de Museus

Com a criação da RPM - Rede Portuguesa de Museus (Lei 47/2004) passou a ser intenção da autarquia da Amadora a candidatura do MMAR à mencionada rede. No entanto, reconhecendo que não estavam reunidas as condições para o cumprimento de todas as funções museológicas definidas na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, nomeadamente a interpretação e exposição, optou por só submeter esse pedido em finais de 2008, no seguimento da abertura ao público do NMCF, a 18 de maio desse mesmo ano (MMAR, 2009).

Será passado um ano, após realização de uma primeira visita técnica por parte do IMC – Instituto dos Museus e da Conservação e da análise de toda a documentação enviada, que se vai dar início, oficialmente, ao processo de credenciação.

O primeiro relatório preliminar é datado de março de 2010, apontando como deficiência a inexistência de enquadramento orgânico do museu. Neste, ainda é proposta a realização de nova visita técnica com os objetivos de verificar o cumprimento das funções museológicas e conhecer o acervo e os espaços do museu, com enfoque para as seguintes questões: Inventário, conservação, segurança, interpretação e exposição, educação e instalações.

Dada a inexistência de qualquer tipo de resposta, por parte do IMC e tendo em conta o interesse da autarquia na credenciação do museu, foi enviado ofício no início de 2011 a solicitar ponto de situação sobre o processo, reiterado em 2013, o qual resultou numa nova visita técnica, por outra equipa, em setembro desse ano e a solicitação de informação atualizada sobre o museu, que se repete em 2014.

Só no início de 2016 foi enviado o relatório de progresso de apreciação da candidatura elaborado pelo Departamento de Museus, Conservação e Credenciação / Divisão de Museus e Credenciação da DGPC – Direção Geral do Património Cultural o qual, refere a existência de situações de incumprimento, no âmbito das funções museológicas em diversas áreas propondo um conjunto de medidas corretivas que deveriam ser executadas, num prazo máximo de dois anos.

Tendo em conta as medidas apontadas e a decisão de reestruturação do MMAR, por parte da autarquia, mas cujos prazos não se coadunavam aos estabelecidos pela DGPC, o processo de credenciação caducou.

3.5.5 Regulamento

O Regulamento do MMAR foi elaborado como consequência da sua candidatura à RPM, apresentada em 2009.

Apresenta duas versões, uma primeira editada no Boletim Municipal e datada de 18 de maio de 2009 e uma segunda, publicada no mesmo Boletim e datada de 29 de abril de 2010, por se ter detetado um erro no artigo 36º, do Capítulo V, no que respeita à “Entrada em vigor”, que mencionava que o mesmo entraria em vigor após publicação em Diário da República, quando deveria estar expresso, “em Boletim Municipal”. Aproveitou-se ainda o momento para a retificação de algumas outras gralhas.

Como referido, a última versão foi publicada em 2010, pelo que já decorreram quase nove anos desde a sua publicação. Segundo o artigo 12º, do Capítulo II das Disposições finais, o mesmo “(...) deve ser revisto e atualizado de cinco em cinco anos, tendo as alterações de ser ratificadas em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal.” (p.16), verificando-se pois que o prazo máximo estimado já foi há muito ultrapassado.

Pela leitura do documento constata-se a desatualização de alguns artigos resultante do aumento de atividade e expansão do museu, nomeadamente no Capítulo I, o artigo 2º (p.2) respeitante aos núcleos que o compõem e a morada de localização das reservas; o enquadramento orgânico também se alterou, passando o museu a estar integrado no Departamento de Educação e Desenvolvimento Sociocultural e na Divisão de Intervenção Cultural.

As diversas mudanças no horário de funcionamento do Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira e do Núcleo Monográfico da Necrópole de Carenque, explanadas no Capítulo II, artigos 5º e 6º (p.4) carecem de atualização.

No que diz respeito ao número quatro, do artigo 8º, Capítulo II deveria ser adequado às capacidades de realização dos mencionados estudos de público, que são feitos por entidades externas ao museu. Igualmente no Capítulo III, artigo 25º (p.5), deverão ser revistas as proibições, particularmente no que concerne ao uso dos telemóveis nos espaços museológicos, harmonizando-se com os hábitos dos visitantes.

De um modo geral, o regulamento está bem estruturado, incluindo dois anexos, o Anexo I respeitante à Política de Incorporação dos bens culturais e o Anexo II alusivo às Normas e procedimentos de conservação preventiva.

3.5.5.1 Missão, objetivos, vocação e visão

Criado em momento anterior à publicação da Lei-Quadro dos Museus Portugueses, o surgimento do MMAR não foi objeto de uma reflexão museológica sobre a função do museu, sendo algo que naturalmente sucedia ao GAU, dado o seu crescimento e o reconhecimento da importância dos estudos arqueológicos desenvolvidos no município por este gabinete.

Deste modo, não são explanados, no seu documento de criação, a missão, objetivos, vocação e visão. Esta situação é parcialmente colmatada com a publicação do regulamento deste museu a 29 de abril de 2010 e com a informação constante da candidatura à RPM, que inclui o Programa Museológico elaborados no ano de 2009.

Sendo um museu municipal, a sua missão integra-se na missão da própria Câmara: “(...) planejar, organizar e **executar as políticas municipais** nos domínios (...) **cultura** (...), prestando serviços aos cidadãos” (CMA, 2019b) pelo que, de acordo com a leitura do documento de candidatura à RPM, infere-se que tem como missão “(...) dar a conhecer aos seus Municípios e sobretudo à comunidade escolar, de forma activa e dinâmica o seu património, quer arqueológico e histórico, quer cultural, tendo em vista a criação de laços de pertença.” (CMA, 2009b).

Também a partir da leitura do mesmo documento se depreende que os seus objetivos passam por “(...) conhecer de forma aprofundada a ocupação humana do território, que hoje é, o Município da Amadora, desde a presença das primeiras comunidades, até à actualidade (...)” (MMAR,2009).

Este museu “(...) tem por vocação a investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição, divulgação e valorização dos bens arqueológicos e patrimoniais do Município da Amadora” de acordo com o Capítulo I, artigo 1º, do regulamento do MMAR (CMA, 2010, p.20).

No que diz respeito à sua visão, a mesma não se encontra mencionada em qualquer documento consultado.

3.6 Novos projetos

No decorrer da elaboração deste trabalho identificaram-se dois projetos em desenvolvimento: a criação de um novo núcleo, em torno de um moinho de vento, cuja abertura aconteceu a 6 de abril de 2019 e a integração da Casa Roque Gameiro como núcleo do museu.

3.6.1 Moinho do Penedo

Com forte presença a partir do século XVIII os moinhos de vento, construídos como máquinas de transformação do cereal em farinha, para abastecer os mercados de Lisboa (Miranda, 2004, p.6), continuam a ser uma presença marcante do território da Amadora, apesar da existência apenas das torres.

Tornados obsoletos logo em finais do século XIX (Op. Cit., p. 7 e 11), estes foram não só “despidos” dos seus mecanismos, das varas, das velas, dos capelos para serem reutilizados noutros moinhos que continuaram a laborar em territórios mais periféricos mas, também, do seu uso original. Foram transformados em casas de habitação, de trabalho e anexos, até perderem qualquer função.

Será em 1983 que acontece a recuperação, na íntegra, do único moinho de vento que está preparado para moer na cidade da Amadora, o Moinho do Casal do Garoto, mais

conhecido como Moinho da Siemens e que, durante algumas décadas, serviu de apoio a iniciativas camarárias, para divulgação do seu património molinológico²⁹, apesar de ser propriedade privada, situação que foi sendo cada vez mais difícil de conciliar por questões de segurança justificadas pela empresa proprietária.

Em dezembro de 1997, é assinado o “Acordo de cedência do Moinho de vento do Penedo para instalação da Secção Portuguesa da Sociedade Internacional de Molinologia”, localizado no alto da Rua Dr. Azevedo Neves, na freguesia da Mina de Água, entre a CMA e a TIMS – Sociedade Internacional de Molinologia para a entrega do referido moinho com o fim de instalar a secção portuguesa da aludida Sociedade (CMA, 1997), que viria a ser recuperado pela Câmara no ano seguinte.

Estando este moinho em desuso como sede, há mais de uma década, e sentida a necessidade de criação de um núcleo museológico nesta área para suprir as dificuldades de visita ao Moinho da Siemens, foi entendimento da Câmara a instalação de mais um núcleo do museu neste moinho, dadas as condições que já possuía, nomeadamente a recuperação cuidada com piso em madeira, capelo tradicional, mastro original e varas.

Deste modo, ao longo do ano de 2018, foi elaborado o projeto museológico e museográfico, bem como a recuperação de algum espólio que já tinha sido objeto de incorporação e que foi intervencionado para o efeito. Como acima referido a sua abertura ocorreu a 6 de abril de 2019, coincidindo com as comemorações do Dia Nacional dos Moinhos.

Para além da recuperação do próprio moinho, englobou uma componente interpretativa do que foi a cintura moageira pré-industrial de Lisboa e do funcionamento de um moinho de vento.

No piso superior ou de moagem, dada a inexistência de mecanismos de moagem, foi instalada uma maquete à escala 1/10 de um moinho de vento característico desta região, bem como elementos do uso quotidiano do moinho e espaço para jogos didáticos sobre a moagem³⁰.

No piso inferior, que abrange a área do piso intermédio, onde se localizava o sistema motor do moinho, que corresponde ao local de entrada dos visitantes, foram dispostos

²⁹ Através da realização de visitas pelos serviços do Museu da Amadora e da Casa Roque Gameiro.

³⁰ Documentação interna do MMAR. Informação nº 87196 de 9/10/2018. [consultada a 11/2/2019].

painéis informativos que explicam o funcionamento do moinho mas, também, alguns objetos necessários no dia-a-dia do moleiro, que dão uma dimensão 3D às informações explanadas nos painéis.

O Moinho do Penedo localiza-se no Alto do Moinho do Penedo, envolto por moradias e integrado no recinto de um depósito de água dos SIMAS - Serviços intermunicipalizados de água e saneamento dos municípios de Oeiras e Amadora.

No alto do Penedo existe outro moinho de vento, cedido para sede da ARQA, havendo instalações sanitárias no recinto para homens e mulheres que possibilitam o apoio à realização de iniciativas que aí se pretendam realizar, como visitas orientadas e oficinas, quer para grupos escolares e organizados, quer para visitantes individuais e famílias.

Dada a reduzida dimensão do moinho, todos os espaços disponíveis (piso superior e inferior) são públicos.

No que diz respeito ao acesso, é possível fazê-lo por duas zonas distintas, mas sempre a partir de um caminho alcatroado com um grau de inclinação elevado, alcançável por carro e a pé, apresentando alguma dificuldade para quem tem mobilidade reduzida e não tenha apoio automóvel.

Quando se chega ao moinho, e apesar da criação de uma rampa em calçada para facilitar a entrada, dadas as características dos moinhos de vento, só é possível aceder ao piso inferior, uma vez que a escada de madeira que acompanha a forma circular do próprio moinho impede a subida, mesmo com apoio, de quem necessite de recurso a cadeira de rodas para se deslocar.

Como tem sido prática corrente dos diferentes núcleos, também para este e com o objetivo de divulgar o próprio moinho e a sua função, foi elaborado um quadríptico que inclui informação essencial como contactos e localização.

Sem horário de abertura ao público estabelecido, abre no âmbito da programação anual do museu para visitantes individuais e famílias e da atividade direcionada para as escolas, ao longo do ano letivo mediante marcação.

3.6.2 Casa Roque Gameiro

Também a Casa Roque Gameiro integrará a curto prazo este museu, alicerçando-se esta opção na componente de edificado patrimonial, cujo reconhecimento se deu com a sua classificação como Monumento de Interesse Público a 2/11/2012 e que dará continuidade ao projeto de divulgação da vida e obra de Alfredo Roque Gameiro e sua família, aliada à componente de desenvolvimento da terra onde optou por viver e para o qual desempenhou um papel fundamental (Xavier, 2013, p. 9 e 15).

Esta casa foi construída para albergar a família do pintor e aquarelista Alfredo Roque Gameiro que, vindo de Lisboa, optou por viver na Venteira onde deu dimensão ao conceito da “Casa Portuguesa”, com projeto de arquitetura original seu datado de 1898 e ampliação de Raul Lino de 1900.

Por volta de 1926, a família regressa a Lisboa e, após um período de ocupações e transformações, é adquirida pela Câmara Municipal de Oeiras em 1969, que a decide transformar em Casa-Museu em 1972, projeto este nunca concretizado.

Com a criação do município da Amadora em 1979 e reconhecendo a sua importância e valor, apesar de despojada de qualquer bem pertencente à família Roque Gameiro, a mesma sofreu obras de recuperação e adaptação e abriu ao público a 27 de novembro de 1997³¹.

Pela leitura do *website* da autarquia verifica-se que tem por missão “organizar e promover exposições temporárias e outras atividades culturais relacionados com o Alfredo Roque Gameiro e família, ou com a construção da Casa, nomeadamente Rafael Bordalo Pinheiro, responsável pela decoração da sala de jantar e pelos materiais de construção, ou Raul Lino, autor do projeto de ampliação da Casa de 1900, entre outros” e como objetivos: “A investigação no domínio da vida e obra da família Roque Gameiro; A divulgação do percurso artístico da família; e Promover a divulgação do valor histórico e patrimonial da Casa Roque Gameiro, junto da população do município e da comunidade escolar” (CMA, 2019a).

É constituída por quatro pisos: três deles com a volumetria original e o que corresponde, presentemente ao piso-2, fruto de rebaixamento levado a cabo nas obras de

³¹ Convite de abertura. Arquivo CRG.

remodelação realizadas pela autarquia. Sofreu, igualmente, outras remodelações neste mesmo âmbito, nomeadamente a inclusão de um elevador que faz a ligação entre três pisos (0, -1 e -2), a supressão ou redução de quartos, para adaptação às novas necessidades, como a da implementação de mais uma casa de banho.

No piso 0 todos os espaços são públicos, à exceção da receção que é um espaço semipúblico, onde se encontra o quadro elétrico, a central de alarmes e uma pequena arrecadação. É aqui que se localizam as duas casas de banho e um espaço de cafetaria, em substituição da antiga cozinha, marcada pela chaminé e duas salas de exposição, na antiga sala de jantar (25,60m²) e num dos quartos (19,40m²), que albergam uma exposição permanente sobre o historial da casa.

A sala de jantar é também um espaço polivalente onde se realizam palestras, oficinas, cursos e cerimónias protocolares. Na antiga sala do fresco (16,90m²), cuja verdadeira função se desconhece, foi na fase de remodelação da autarquia a biblioteca dedicada a temáticas da História da Arte mas, presentemente, é onde se realiza o projeto de mediação “Vamos conhecer os cantos à Casa”.

No torreão encontra-se o quarto de Roque Gameiro (18,70m²), com parte da exposição permanente sobre a casa, e o sótão que serve como espaço de arrumos.

No piso -1 localiza-se o *atelier* da família (32,10m²), que inclui mais uma parte da exposição permanente sobre a casa, uma sala de exposições temporárias (35,40m²), como espaços públicos e como espaços privados, duas salas para serviço administrativo, técnico e de coordenação e uma sala de reservas que alberga o pouco espólio adquirido pela autarquia ao longo dos anos, sobretudo à família, com quem mantém contacto, que se distribui por quadros, negativos em vidro, fotografias, correspondência e livros e onde se guarda algum material expositivo. O piso -2 possui apenas uma sala para exposições temporárias, a maior área expositiva com 63,50m².

A casa encontra-se rodeada por um jardim murado, de acesso público, dentro do seu horário de funcionamento, no qual se situa um outro espaço de arrecadação, dividido em duas partes, sendo um deles para uso do funcionamento da casa e outro para os jardineiros da Câmara que trabalham naquela área geográfica.

O seu horário de abertura ao público é de terça a sábado, das 10h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30 e aos domingos das 14h30 às 17h30. Encerra às segundas e a sua entrada é gratuita. À semelhança do NMCF desde 1 de dezembro de 2018 passou a abrir aos feriados.

Em termos de pessoal, conta com um coordenador, responsável pela programação e gestão do equipamento, um técnico superior de História, um assistente técnico e um assistente operacional. A abertura é assegurada por uma empresa de vigilância contratada através de prestação de serviços, acontecendo o mesmo com a limpeza.

A Casa Roque Gameiro encontra-se circundada por prédios de habitação e por uma área ajardinada que permite algum distanciamento entre esta e os referidos prédios, situada na Praceta 1º de Dezembro, freguesia da Venteira.

4. Contributos para uma (re)programação museológica: o Museu da Amadora

Da análise elaborada no capítulo anterior, constata-se que existe uma necessidade de adequação e atualização do Museu Municipal de Arqueologia ao seu âmbito de atuação, a qual deverá refletir as diferentes áreas de património e de acervo abordadas, bem como a perspetiva de crescimento disciplinar e de incidência territorial do museu. Esse crescimento foi efetivado pela inclusão, já no decorrer da elaboração deste trabalho, de um dos moinhos de vento do Penedo e a curto prazo da Casa Roque Gameiro, como núcleos; e pela inclusão, a médio ou longo prazo, de outros espaços patrimoniais com valências diversas, o que se explanará em seguida como propostas para a reprogramação.

Esta necessidade foi sentida pela autarquia, o que se refletiu na constituição de mais um núcleo em 2019 (Núcleo Museológico do Moinho do Penedo) e na inclusão a curto prazo da Casa Roque Gameiro e consequente reprogramação deste museu, como algo mais amplo.

Dada a natureza das funções de coordenação que a autora deste trabalho exerce no Museu Municipal de Arqueologia e a sua frequência no Mestrado em Museologia, considerou-se pertinente e uma oportunidade, conjugar uma reflexão museológica alicerçada no trabalho desenvolvido em contexto académico e a componente mais prática em que se tem baseado o seu trabalho, ao longo de quase vinte anos, neste museu.

A proposta de programação do Museu Municipal de Arqueologia passará não só pela sua designação, como pela revisão e reformulação da sua missão, dos objetivos, da vocação e da visão. Inerentemente aos aspetos indutores duma atualização programática, esta contemplará ainda; uma reconhecida conceção territorial; a reformulação terminológica dos seus núcleos e a inclusão de novas unidades museais; o repensar do seu modelo de gestão; a reestruturação do regulamento vigente e a redação de um documento que o atualize. Todos estes aspetos pressupõem uma nova proposta de credenciação, por adesão à RPM.

4.1. Breve enquadramento de termos e conceitos implicados na reprogramação

A primeira reflexão necessária, no âmbito da reprogramação do Museu Municipal de Arqueologia do município da Amadora, prende-se com a designação do próprio museu, que o confina a uma temática disciplinar muito específica (a arqueológica). Esta não reflete a evolução e a abrangência patrimonial, multidisciplinar e temática do museu. A denominação

que o acompanha desde a sua criação não deverá pois limitar as pretensões de crescimento, apesar do espólio arqueológico corresponder à quase totalidade do seu acervo, ou seja 98,7%.

Chegando a entendimento de que a designação de museu de arqueologia é redutora para o âmbito de atuação que se pretende alcançar, outra das hipóteses a seguir, tendo em conta que se trata de um museu municipal, será pela via do território de inserção e de investigação.

Como explanado no capítulo 2, o atual município da Amadora foi criado a 11 de setembro de 1979 (Lei 45/1979) e é o resultado da agregação da vila da Amadora (então município de Oeiras), com parcelas de duas freguesias do município de Sintra.

Apesar de pertencerem a municípios distintos, estas diferentes parcelas partilhavam de um conjunto de afinidades relacionadas com a ocupação humana do espaço, que levaram à mencionada agregação e que são anteriores à constituição da Amadora como cidade, sendo esse sobretudo o objeto de estudo deste museu, mas que se pretende mais abrangente e atual.

A partir desta reflexão considerou-se que a designação mais adequada seria Museu da Amadora, englobando todo o território geográfico do município, bem como as diferentes ocupações humanas aqui ocorridas, atestadas a partir do período Paleolítico até à sua elevação a cidade (Lei nº 58/79) e que pudesse de modo claro incluir os diferentes núcleos, como estrutura polinucleada que é e que se propõe manter e expandir.

Neste sentido, considerou-se importante o enquadramento concetual de alguns termos como museu; museu de cidade; museu de território; núcleo museológico; sítio arqueológico e casa-museu, tendo em vista perceber se as nomenclaturas dos núcleos existentes estão de acordo com o que lhe é inerente e atribuir uma designação adequada aos atuais e futuros núcleos.

4.1.1. Museu

A partir do uso do termo grego *mouseion*, que se associa ao local sagrado dedicado às musas como protetoras e guardiãs, entre outros, das artes e da história (Pasquale, 2005, p.1), muito se tem escrito sobre a definição de museu (Rivière et al., 1989; Desvallées et al., 2013;

Garcia, 2003), dada a sua mutação/transformação ao longo dos tempos não só em termos de significado, mas também de função.

Destaca-se pela sua adoção e influência a nível mundial, a estabelecida pelo ICOM em 2007 (ICOM, 2015), que define o museu como:

“(…) uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite”.

Dada a pertinência para o ICOM da adequação, o mais concreta possível, deste conceito à realidade museológica mundial atual, encontra-se a decorrer um processo de reflexão aberto e participativo que reúna o consenso da maioria para que possa ser revista a definição de museu de 2007 (ICOM, 2019).

No que respeita ao nosso país, a Lei-Quadro dos Museus Portugueses de 2004, tendo por base também as conceções de museu, à data da sua redação, a nível internacional, concebe-o, no seu artigo 3º, como:

“(…) uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: a) Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos; b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade”.

Reconhece-se nesta Lei-Quadro o contributo fundamental da concretização das funções museológicas, como referências orientadoras de atuação para os museus e seus profissionais (Claro, 2009, p.53).

Segundo Claro (2009, p.51) identificam-se diversos princípios da política museológica, do qual se destaca para o tema em causa o:

“(…) princípio da descentralização, através da valorização dos museus municipais e do respectivo papel no acesso à cultura, aumentando e diversificando a frequência e a participação dos públicos e promovendo a correcção de assimetrias neste domínio”.

4.1.2. Museu de cidade

O vocábulo cidade terá a sua origem na palavra latina *civitas*, que significava, primeiramente, cidadania assumindo outros sentidos em época romana, como o de corresponder ao aglomerado urbano de maior densidade populacional existente no atual território português, nesse período, isto é, às capitais (Alarcão, 1998, p. 177).

A junção destes dois conceitos cidade e cidadania (tornar-se cidadão) vão dar corpo ao museu de cidade. A designação de museu de cidade surge ainda no século XIX, mas vai ser nas primeiras décadas do século XX que, quer em museus europeus, quer em museus norte americanos, este termo vai ser usado com maior frequência, a partir de modos diferentes de estabelecimento dos próprios museus, mas com o objetivo de preservar o passado das cidades em que foram criados (Johnson, 1995, p.4).

Este diferencia-se de outras tipologias de museu, porque alicerça o seu discurso na construção do espaço urbano e no modo como este se foi moldando e utilizado ao longo do tempo pelos seus cidadãos. Trata-se, sobretudo, de museus de história (Uzeda, 2016, p.63) que refletem o passado da cidade à medida que a mesma se vai formando.

Toda a dinâmica urbana de ocupação da cidade vai condicionar o próprio museu, obrigando-o a adaptar-se à constante transformação da cidade e da sua relação próxima com a comunidade/com o cidadão em contraste direto com o campo (Bruno, 2011, p.6).

“(...) o que se pretende é a preservação e a valorização das cidades no passado, no presente e, possivelmente, com ideias projectadas para o futuro” (Op. Cit).

A importância deste tipo de Museus é tal, que sob a alçada do ICOM foi aprovada a criação, em outubro de 2004, do CAMOC – The International Committee for the Collections, and Activities of Museums of Cities, materializado em Moscovo, no ano seguinte, este é:

“(...) um fórum para pessoas que trabalham ou que estão interessadas em museus sobre o passado, presente e futuro das cidades”³².

³² Tradução livre da autora “We are a forum for people who work in or are interested in museums about the past, present and future of cities”. Disponível em <http://network.icom.museum/camoc/about/about-camoc/>. [consultado a 23/5/2019].

4.1.3. Museu de território

O termo tem a sua génese nos ecomuseus surgidos da Nova Museologia, centrando-se na relação entre território, comunidade e valorização do seu património cultural e natural num contexto participativo (Desvallées et al., 2013, p.66). Fazendo recurso à definição veiculada pelo INE - Instituto Nacional de Estatística, museu de território é um:

“(...) museu cujas coleções são representativas de um território específico, mais ou menos vasto e cuja ligação a esse mesmo território se concretiza através de um conjunto de ações em articulação com a comunidade e outras instituições locais” (INE, 2001b).

Este território não se limita necessariamente a fronteiras políticas, mas sim a afinidades patrimoniais, culturais e naturais, onde a mobilização de toda a população é um fator preponderante (Varine, 2011, p.4 e 5).

Ainda segundo o mesmo autor (Varine, 2011, p.5) e em situações pontuais:

“(...) este tipo de museu não tem edifício, não tem coleção, não tem um público, tem um território, uma comunidade como actor e o património global como acervo”.

4.1.4. Núcleo museológico

Apesar de núcleo significar o centro fulcral de algo, quando se refere a um núcleo museológico este é:

“(...) uma extensão ou um pólo territorialmente descentralizado de um museu. Ou seja, uma unidade dependente de um museu que comporta os principais serviços técnicos que permitem a sua adequada manutenção, bem como o cumprimento das funções museológicas indispensáveis (investigar, preservar, comunicar)” (INE, 2001a).

O termo museológico deriva da palavra museologia que, etimologicamente, significa “o estudo do museu” (Desvallées et al., 2013, p.61) e corresponde a algo que diz respeito ao museu.

4.1.5. Sítio arqueológico

Outro termo de utilização comum no âmbito patrimonial e museológico é o de sítio. Este é definido na Convenção Sobre a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural da Unesco, realizada a 16 de novembro de 1972 do seguinte modo:

“(…) obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os sítios arqueológicos, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.” (Barranha, 2016, p.28).

Na Lei de Bases do Património Cultural (Lei 107/2001) a definição de sítio remete para o direito internacional, acima transcrito. Junto da comunidade arqueológica a definição não é consensual (Sousa, 2009, p. 224), entende-se que será o local onde foram identificados vestígios arqueológicos à superfície ou em cota negativa, resultantes da ocupação e/ou utilização desse mesmo local pelo homem em determinado momento.

Dada a sua importância ou monumentalidade, muitos sítios arqueológicos são objeto de musealização e abertos de forma regular para fruição pública.

4.1.6. Casa-museu

De acordo com Ponte (2007, p. 6-7) para se poder considerar uma casa-museu, não basta que a casa em que determinada personalidade tenha vivido ou em que se destacou no domínio cultural, científico, político, desportivo ou artístico, ainda exista, mas que os cenários da vida dessa mesma personalidade se mantenham representados de modo claro, em ambientes explícitos, com os seus objetos pessoais e do dia-a-dia, sob pena de a mesma não se enquadrar nesta tipologia museológica.

Dá-se um processo de transformação da casa como espaço habitacional ou privado, para um espaço museológico/público em que serão desempenhadas todas as funções museológicas (Ponte, 2007, p.7).

A proposta de reprogramação do atual Museu Municipal de Arqueologia, do município da Amadora, em Museu da Amadora, teve em conta os conceitos aqui definidos considerando-se que o mesmo cumpre todos os requisitos para ser considerado um museu, de acordo com a Lei-Quadro dos Museus Portugueses, no que diz respeito às funções

museológicas, apesar de algumas carências detetadas e da necessidade de redefinição de prioridades.

Um museu de cidade ou um museu da cidade? Apesar da proximidade concetual com um museu de cidade no sentido em que, ao longo de quase vinte anos de existência, o museu foi-se adequando ao crescimento e mutação da cidade da Amadora, criando afinidades com os seus habitantes, na sua grande maioria desenraizada e sem qualquer relação com o meio rural. Existe, igualmente, alguma correspondência com os museus de território dado que, durante centenas de anos e com diferentes fronteiras políticas, que sofreram diversas alterações, desenvolveram-se relações e afinidades culturais entre os diferentes territórios e as suas populações que culminaram na constituição do município da Amadora.

Este museu refletirá a simbiose entre estas duas formas de museu (cidade e território), por um lado dada a sua formação muito recente como cidade, constituída apenas em 1979, e com uma tradição de ocupação do espaço marcadamente rural até aos anos 1960; por outro, apesar de haver alguma identidade territorial, já que o atual território da Amadora é fruto da agregação e desmembramento de outras realidades territoriais como Sintra e Oeiras, este confina a sua investigação nas atuais fronteiras do município da Amadora.

A dimensão multicultural da Amadora e as diferentes culturas em presença trazem materialidades e imaterialidades novas, obrigando o museu a adaptar-se e a refletir estas novas realidades.

4.2 Missão, objetivos, vocação e visão para o Museu da Amadora

Como se constatou através do diagnóstico elaborado, a missão e a visão do Museu Municipal de Arqueologia não foram redigidas num documento programático, nem no momento da sua criação, nem na fase de preparação da candidatura à RPM, cerca de dez anos depois, onde apenas a visão é explanada e os objetivos depreendidos, pelo que importa, à luz da sua reprogramação, definir estes elementos.

Tratando-se de aspetos essenciais para o funcionamento de um museu importa:

“(…) que o planeamento será mais realista e viável se sua construção incluir as várias partes interessadas, como equipe do museu, membros do conselho, representantes da comunidade, representantes de benfeitores e dos moradores do entorno.” (Cândido, 2014, p.55)

No entanto dado tratar-se de um exercício com fins meramente académicos, que poderá ser revisto e objeto e reelaboração são apresentadas aqui as propostas base elaboradas pela autora.

Como componente de gestão do museu (Garcia, 2003, p.130-134), a **missão** deverá corresponder à sua razão de ser (Lord, 2012, p.45), refletindo a sua finalidade, valores, metas, estratégias e público-alvo (Cândido, 2014, p.56), pelo que se considera que a mesma deverá ser: estudar, investigar, recolher e conservar testemunhos materiais e memórias, com o intuito de dar a conhecer o património histórico, arqueológico e cultural do município da Amadora e a sua relação com o território envolvente contribuindo para a criação de laços de identidade e pertença, com o território e o seu património.

Terá como **objetivos gerais**:

- Investigar a história da Amadora a partir dos dados obtidos nas intervenções arqueológicas, na pesquisa documental e na recolha de testemunhos de vivências, memórias e tradições orais;
- Disponibilizar a diferentes públicos a informação recolhida no decurso da investigação;
- Conservar e preservar o património histórico e arqueológico do município da Amadora, pela recolha e integração de acervos e sua divulgação pública; pela recolha de testemunhos e memórias; pela concretização de exposições regulares de carácter temporário e de longa duração; pela realização de oficinas com enfoque no público escolar do município, de visitas temáticas orientadas e de ações de formação de temática patrimonial;
- Incorporar, na sua estrutura polinucleada, sítios arqueológicos e património edificado representativo das diferentes formas de ocupação do território.

Objetivos específicos dos núcleos:

Núcleo museológico do Casal da Falagueira – núcleo sede

- Testemunhar o passado rural da Amadora através da preservação do seu edificado;
- Criar um espaço agregador e de transmissão ao público dos diferentes momentos de ocupação do território, pela apresentação regular de módulos expositivos de longa duração e de exposições temporárias.

Núcleo museológico da Necrópole de Carenque

- Testemunhar a ocupação pré-histórica da Amadora;
- Valorizar e dar a conhecer o património arqueológico nacional;
- Constituir ponto de partida para o conhecimento da presença de populações da pré-histórica recente, através dos espaços de vida e de morte.

Núcleo museológico do Moinho do Penedo

- Preservar o património molinológico municipal;
- Criar um núcleo interpretativo sobre o património molinológico municipal e a cintura moageira pré-industrial de Lisboa.

Casa Roque Gameiro

- Valorizar e dar a conhecer o património imóvel nacional;
- Desenvolver estudos, pelo recurso a especialistas, sobre a vida e obra do aguarelista Roque Gameiro e da sua família;
- Criar uma programação regular que represente a vida e obra do aguarelista Roque Gameiro e da sua família;
- Estabelecer acordos de depósito com os descendentes de Roque Gameiro para a recriação de ambientes em alguns espaços da CRG e inclusão na exposição permanente;
- Estabelecer parcerias com museus e instituições detentoras de obras de Roque Gameiro e seus familiares para reprodução das mesmas e sua apresentação na CRG.

Núcleo museológico da azenha da Falagueira

- Conservar o último exemplar sobrevivente de um moinho de água na Amadora;
- Recriar o modo de funcionamento de uma azenha de roda vertical;
- Criar um núcleo, juntamente com o Casal da Falagueira, do passado rural da Amadora.

Núcleo museológico da *villa* romana da Quinta da Bolacha e do sítio do Moinho do Castelinho

- Valorizar o património arqueológico de época romana identificado na Amadora;
- Desenvolver um projeto de investigação em torno dos vestígios habitacionais e de necrópole identificados nestes dois lugares de época romana;
- Estabelecer protocolos de colaboração com instituições de ensino superior;
- Desenvolver estudos multidisciplinares para o conhecimento da população romana que ocupou estes locais;
- Contribuir para a preservação do património arqueológico de época romana descoberto no município da Amadora.

No que concerne à sua **vocação**, e dada a sua natureza interdisciplinar no seio das ciências do homem (Rivière et al., 1989, p. 134) ela corresponderá: ao estudo e divulgação da ocupação humana do atual território do município da Amadora, desde a pré-história ao século XX, pela valorização dos bens materiais e imateriais constituintes do seu acervo e a incorporar.

Quanto à sua **visão**, o Museu da Amadora pretende ser o lugar de referência onde o passado (o seu património material) e o futuro (a sua população e as dinâmicas da cidade) se conciliam.

4.3 Constituintes e núcleos do Museu da Amadora

A reprogramação do Museu Municipal de Arqueologia, em Museu da Amadora, pretende dar continuidade à estrutura polinucleada existente, numa perspetiva de crescimento futuro, como foi inicialmente concebido. Esta perspetiva tem-se verificado quase nula desde a sua origem, apenas com a constituição de mais um núcleo em 2008 (dez anos após a sua criação) - o Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira - passando a ter funções de núcleo sede.

Foram, recentemente³³, consideradas pela autarquia, as pretensões de crescimento do museu pela inclusão de património molinológico na sua estrutura polinucleada, que será refletido nesta proposta, bem como da Casa Roque Gameiro, como património edificado de referência do século XX, na linha das aspirações da autarquia de meados dos anos 1980 para que aí fosse instalado o Museu Municipal da Amadora³⁴.

Neste sentido, na nossa proposta de reprogramação manter-se-ão os núcleos existentes do Casal da Falagueira (como núcleo sede) e do sítio arqueológico da Necrópole de Carenque e, incluir-se-ão, o moinho de vento do Penedo (entretanto inaugurado) e a Casa Roque Gameiro.

Num segundo momento, pretende-se ainda agregar os sítios arqueológicos da *villa* romana da Quinta da Bolacha e do povoado e necrópole do Moinho do Castelinho³⁵, cujas questões de propriedade do terreno³⁶ carecem de resolução a fim de se desenvolverem trabalhos arqueológicos, no sentido da sua adaptação a espaço de abertura regular ao público. E ainda, a azenha da Falagueira, que requer obras de recuperação estrutural para que se possa concretizar um projeto de musealização.

³³ No Plano de atividades de 2017 surge a proposta de criação do núcleo da Azenha da Falagueira e do Moinho do Penedo e no de 2018 a do Moinho do Penedo, que se concretizou em 2019.

³⁴ Ver subcapítulo 3.1, respeitante à CRG.

³⁵ Projeto cuja intervenção arqueológica decorre no âmbito de um projeto de investigação PERA – Povoamento romano da Amadora.

³⁶ Os terrenos são de propriedade privada.

4.3.1 Conção territorial de museu

Como vem sendo referido, as atuais fronteiras do município da Amadora resultam da desanexação de partes dos municípios de Oeiras e Sintra efetuada em 1979 e delimitam uma área de cerca de 24Km².

Estas fronteiras agregam um conjunto de zonas que são fruto de diferentes formas de relação, ocupação e exploração do espaço, ao longo dos séculos, mas de características marcadamente rurais. Apenas no início do século XX, no seguimento da construção do apeadeiro da Porcalhota, em 1887, é operada a transformação de uma pequena área, em torno do referido apeadeiro, que vai ganhando características urbanas em contraste com o restante território.

Terão de decorrer cerca de 40 anos para que a malha urbana se intensifique e a génese da cidade surja em torno da linha de caminho-de-ferro, nomeadamente das estações da Amadora e Damaia, deixando o resto do território disponível para manter a sua atividade agrícola e pecuária.

É desses modos diferentes de apropriação do espaço que remontam à pré-história e que se continuam a operar, que a reprogramação do museu, aqui apresentada, entende o seu território e sobre o qual irá centrar os seus projetos.

A inclusão dos diferentes núcleos não se deveu a uma estratégia geográfica, mas sim de preservação de vestígios patrimoniais que se encontravam em risco de desaparecer e que importava preservar.

A concentração deste mesmo património na área da Falagueira (Encarnação et al., 2016 e Encarnação et al., 2019), não é uma coincidência, mas deveu-se sim às condições de habitabilidade que esta foi oferecendo às diferentes gentes que a foram ocupando, de modo quase contínuo desde a pré-história recente³⁷, da proto-história, passando pela ocupação romana republicana e imperial³⁸ (com vestígios bem preservados), pela antiguidade tardia³⁹, moderno⁴⁰, até à contemporaneidade.

³⁷ Povoado do Casal de São Brás e área da *villa* romana da Quinta da Bolacha.

³⁸ Sítio do Moinho do Castelinho e *villa* romana da Quinta da Bolacha.

³⁹ Necrópole Paleocristã do Casal de São Brás.

⁴⁰ Casal e azenha da Falagueira, moinhos de vento e aqueduto das Águas Livres.

Em continuidade com esta linha de atuação, importa que os diferentes núcleos existentes, e a serem criados, reflitam as diversas componentes patrimoniais deste território como ele se encontra estruturado atualmente e não integrar um núcleo, por freguesia⁴¹, só para que o museu esteja presente fisicamente em todo o município.

No âmbito da nova programação os diferentes núcleos ficariam distribuídos, por freguesia, do seguinte modo:

Núcleo	Freguesia	Situação
Núcleo sede - Núcleo Museológico do Casal da Falagueira	Falagueira-Venda Nova	Aberto desde 2008
Núcleo Museológico da azenha da Falagueira	Falagueira-Venda Nova	A abrir a médio/longo prazo
Núcleo interpretativo da <i>villa</i> romana da Quinta da Bolacha e do sítio do Moinho do Castelinho	Falagueira-Venda Nova	A abrir a médio/longo prazo
Núcleo Museológico da Necrópole de Carenque	Mina de Água	Aberto desde 1999
Núcleo Museológico do Moinho do Penedo	Mina de Água	Proposta de abertura pela CMA - abril de 2019 ⁴²
Casa Roque Gameiro	Venteira	Aberto desde 1996

Quadro 2 – Distribuição dos núcleos por freguesias. © G. Encarnação

4.3.2 Reformulação terminológica e novas unidades museais

A sucinta análise de diversos conceitos efetuada no subcapítulo 4.1 teve como objetivo verificar se a terminologia usada na designação dos atuais núcleos do Museu

⁴¹ Cujas fronteiras já foram objeto de modificação por três vezes, desde 1979.

⁴² Inaugurou a 6 de abril de 2019.

Municipal de Arqueologia seria a mais correta e adequada, tendo em vista a sua reprogramação.

Neste seguimento foram analisadas as designações atuais e nos casos em que tal se justifique, serão apresentadas novas propostas.

No âmbito do crescimento do museu, para além das duas propostas da autarquia, sugerir-se-á a criação de mais duas unidades museais.

4.3.2.1 Núcleo sede - Núcleo museológico do Casal da Falagueira

No que diz respeito à designação utilizada para o núcleo sede do museu, Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, verifica-se que o termo museográfico não é utilizado de forma correta, uma vez que esta palavra, surgida no século XVIII a partir do vocábulo museografia (Desvallées et al., 2011, p.58-60), designava o conteúdo de um museu, e na aceção atual portuguesa este refere-se à componente prática da museologia, onde se inclui a apresentação dos objetos numa exposição (Op. Cit., p.84).

Pelo exposto, considera-se que esta designação deveria ser alterada para Núcleo museológico do Casal da Falagueira.

Dada a posição estratégica em que se encontra relativamente às reservas, à azenha da Falagueira e aos sítios romanos da *villa* da Quinta da Bolacha e do Moinho do Castelinho, considera-se pertinente que este se mantenha como núcleo sede.

Nele se concentrarão e manterão os serviços técnicos e administrativos, para além da componente expositiva respeitante a diferentes momentos da história da Amadora, reservando espaço para a concretização de, pelo menos, uma exposição temporária anual.

Neste âmbito e à semelhança do que vem sendo prática por parte da autarquia, propõe-se o desenvolvimento de programação diversificada dirigida aos diferentes públicos, com realização de oficinas para grupos organizados, visitas orientadas, palestras e oficinas, que farão a ligação entre os núcleos existentes e a criar.

No entanto, torna-se necessária a atração de novos públicos, que terá de passar pelo desenvolvimento de iniciativas mais diversificadas e criação de parcerias com os agentes locais e externos.

Neste sentido e dado o crescimento, nos últimos anos, do turismo em Lisboa e tendo em conta a proximidade da Amadora à capital, o estabelecimento de acordos com agentes de turismo cultural seria uma aposta importante, tanto para a divulgação do museu e seus núcleos, que conseguem, dentro desta área, abranger patrimónios distintos, como ser uma alternativa ao turismo de massas de Lisboa.

Uma das necessidades identificadas durante o diagnóstico é a ausência de qualquer tipo de apoio ao visitante durante as visitas fora dos grupos ou da programação do museu.

Parece-nos essencial a implementação do sistema de audioguias, que contemplaria, igualmente parte do público com necessidades especiais.

Neste âmbito foi feita uma primeira abordagem na exposição “Antes da Amadora” com a colocação de diferentes matérias e réplicas que podem ser tocadas e interpretadas por diversos tipos de visitantes.

Foi igualmente dado acesso facilitado às vitrinas para quem usa cadeiras de rodas, na exposição acima referida e a linguagem ao longo das diferentes exposições é clara e objetiva, no entanto muito há a fazer neste âmbito. Trata-se sobretudo de situações pontuais que carecem de um diagnóstico direcionado incluindo os diferentes núcleos (Mineiro, coord, 2004, 27-30).

4.3.2.2 Núcleo museológico da Necrópole de Carenque

O sítio arqueológico da necrópole de Carenque tem a designação de núcleo monográfico da Necrópole de Carenque, dado que se pretendia que este local fosse um espaço de interpretação e comunicação sobre esta necrópole pré-histórica de importância a nível nacional; devido a uma série de constrangimentos, não se conseguiu ir além da sua abertura regular ao público, desde 1995 e à colocação de painéis explicativos junto de cada gruta (os quais já foram alvo de diversas reformulações), bem como de uma exposição sobre a ocupação neolítica e calcolítica da envolvente, colocada na estrutura de apoio existente à entrada.

Deste modo e também nesta situação, considera-se que a denominação mais correta seria a de Núcleo museológico da Necrópole de Carenque.

Considera-se, ainda, pertinente e no seguimento do parecer RPM, a reformulação do espaço de acolhimento ao público, com o arranjo da entrada e de colocação de informação ao longo do caminho até à receção do espaço, com pequenos excertos do caderno de campo de Manuel Heleno, incidindo sobre a descoberta deste arqueossítio, como se os visitantes participassem na própria escavação, sendo o culminar “da escavação”, a visita às próprias grutas.

Apesar das limitações de área e de infraestruturas⁴³ a exposição necessitava de atualização museográfica e de conteúdos para se tornar mais legível e interessante, bem como a inclusão de audioguias no apoio à visita autónoma, uma vez que a abertura é realizada por um vigilante sem qualquer tipo de formação.

Outra das áreas a explorar será a articulação com a DGPC – Direção Geral do Património Cultural/MNA - Museu Nacional de Arqueologia, fiel depositário do espólio recolhido por Manuel Heleno, em 1932.

Esta articulação passaria pela divulgação deste núcleo, através da colocação de folhetos divulgativos (a atualizar), no espaço de receção do MNA, que recebe milhares de visitantes por ano, sendo este o ponto de partida para a visita à necrópole de Carenque.

Em caso de sucesso desta proposta, o horário de abertura ao público teria de ser revisto, uma vez que apenas abre num total de 9 horas por cada fim-de-semana⁴⁴.

4.3.2.3 Núcleo museológico do Moinho do Penedo

Com a sua abertura em abril de 2019, este novo núcleo, localizado num dos moinhos de vento do Penedo, reflete, na sua designação, o que este espaço efetivamente é, uma extensão do museu, territorialmente distinto deste, pelo que se considera que esta designação é apropriada.

Dada a impossibilidade de integrar um moinho de vento mais próximo do Casal da Falagueira, onde seria possível criar um conjunto relacionado com a componente rural do

⁴³ O sítio encontra-se delimitado por dois depósitos de água da EPAL. Não possui eletricidade, nem linha telefónica.

⁴⁴ Horário Necrópole: Verão, Sábados: 14h00/18h00, Domingos 9h00/14h00; Inverno, Sábados 13h00/17h00 e domingos 10h00/15h00.

município ligado ao lugar da Falagueira, a opção foi a da integração de um dos moinhos de vento do Penedo, devolvido à CMA, em dezembro de 2016⁴⁵, pela TIMS. Esta incorporação foi facilitada dado que este moinho já tinha sido alvo de obras de reabilitação e carecia apenas de pequenos arranjos como explanado no subcapítulo 3.6.1.

Em termos museográficos e dado que no projeto inicial de recuperação, devido aos custos avultados não foram instalados os mecanismos de moagem, considera-se pertinente a virtualização do funcionamento de um moinho de vento da região, que para além de facilitar a interpretação da estrutura molinológica envolverá, no projeto, as tecnologias multimédia.

Quanto ao período de abertura do espaço, considera-se que o mesmo é insuficiente e limitativo e que deveria incluir a abertura um sábado por mês, mediante marcações de visitantes individuais e, em caso de maior procura, abrir mediante horário definido.

4.3.2.4 Casa Roque Gameiro

À exceção do projeto inicial da Casa Roque Gameiro, que remonta à Câmara de Oeiras, em que se pretendia criar a Casa-Museu Roque Gameiro, foi entendimento desde cedo que esta já não possuía as características para ser uma casa-museu.

Efetivamente, a família deixa a casa por volta de 1926 levando todas as suas memórias e bens, deixando lugar para que outras pessoas a ocupassem até à sua aquisição pela referida Câmara.

Tendo em conta os pressupostos referidos, considera-se que a manutenção do seu nome, apenas como Casa Roque Gameiro, será a mais adequada, até porque é deste modo que ela é conhecida, acrescentando-se apenas a sua integração no museu: Museu da Amadora – Casa Roque Gameiro.

No entanto, e apesar das limitações apontadas, julga-se apropriada a inclusão da recriação de alguns ambientes dentro da Casa, quer parciais, quer integrais, nomeadamente na sala de jantar, quarto do casal e atelier, a partir de fotografias e obras, através da celebração de acordos de depósito com os descendentes de Roque Gameiro.

⁴⁵ A renúncia deste acordo por parte da TIMS deu-se a 31 de dezembro de 2016. Arquivo MMAR.

Outra das áreas que importa investir é na apresentação das obras de Roque Gameiro e seus filhos, que se encontram espalhadas por diversos museus e particulares. Esta situação poderia ser superada através do estabelecimento de protocolos para reprodução das mesmas que seriam apresentadas ou de forma digital ou por reproduções à semelhança do que acontece no Centro Vermeer em Delft⁴⁶.

Para além desta componente de divulgação da vida e obra de Alfredo Roque Gameiro e da sua família de artistas, e dada a sua importância como interveniente na transformação da Amadora, sobretudo ao nível cultural e de desenvolvimento e da sua relação com figuras notáveis da época, na Amadora, a Casa Roque Gameiro deveria funcionar como núcleo do século XX, onde o tema central para a realização de exposições temporárias, seria a Amadora nas duas primeiras décadas deste século.

Em termos de harmonização propõe-se, ainda, a alteração do horário para que fique compatível com o do núcleo sede⁴⁷.

4.3.2.5 Núcleo museológico da *villa* romana da Quinta da Bolacha e do sítio do Moinho do Castelinho

Para além da necrópole de Carenque, a *villa* romana da Quinta da Bolacha e o sítio do Moinho do Castelinho, são os únicos sítios arqueológicos com estruturas de dimensão apreciável, para que possam ser visitados.

A sua ligação funcional, uma como espaço de vida e a outra como espaço de morte, para além de ser uma situação pouco habitual na região de Lisboa, dão-lhe características únicas que podem ser aproveitadas para dar a conhecer o património arqueológico de época romana.

Fruto de trabalhos de emergência numa primeira fase e de trabalhos de investigação desde 2017, estes dois sítios têm tido um incremento de informação resultante dos referidos trabalhos, com a possibilidade de cruzamento dos dados obtidos na *villa* e na necrópole, através de trabalho multidisciplinar, no sentido de conhecer, com maior profundidade, as

⁴⁶ Onde não há um único quadro original e apenas são apresentadas reproduções.

⁴⁷ De 3ª a sábado das 9h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00; domingos das 14h30 às 17h30.

diferentes gerações que habitaram este espaço, bem como o seu modo de ocupação (Encarnação et al., 2016 e Encarnação et al., 2019).

A partir de toda esta informação e das estruturas que vão sendo postas a descoberto torna-se viável a criação de um núcleo museológico. Para que tal pudesse ser concretizado, e tendo em conta que os terrenos envolventes estão dentro da área de proteção da *villa*, incluindo o Moinho do Castelinho, a CMA teria de chegar a um entendimento com os proprietários para a cedência dos terrenos, bem como da realocização da estrutura comercial existente, para que esta pudesse albergar serviços de apoio e uma área expositiva.

A criação deste núcleo permitiria, igualmente, quer pela delimitação do espaço com barreiras físicas, quer pela presença regular de técnicos, reduzir os riscos de vandalismo e consequentemente da perda de património, a que este sítio tem vindo a ser sujeito.

Serviria, também, no âmbito da criação do campo escola de arqueologia, através de protocolo com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, para o desenvolvimento regular de trabalhos arqueológicos (de campo e laboratório), bem como da recuperação das estruturas como modo de preservação e de entendimento, por parte dos visitantes.

4.3.2.6 Núcleo museológico da Azenha da Falagueira

Apesar de surgir como intenção no Plano de Atividades de 2018, respeitante ao museu, a recuperação da única azenha que se conservou no município da Amadora, esta não foi concretizada, pela inexistência de caudal da ribeira da Falagueira suficiente para que a mesma pudesse funcionar.

Independentemente desta questão, que poderia levantar alguns problemas técnicos em termos de manutenção, esta poderá ser recuperada sem que se tenha de assegurar o seu funcionamento, à semelhança do que foi feito com o Moinho do Penedo, podendo aqui, a partir dos estudos elaborados sobre estes moinhos de água, ser reconstituído e instalado todo o mecanismo de moagem para melhor interpretação.

A sua relevância, a nível local, está ainda associada ao facto de corresponder ao património molinológico mais antigo da Amadora, tendo sido construída por volta do século

XVI (Encarnação et al., 2017a), quando os moinhos de vento o terão sido, pelo menos, um século mais tarde.

A afinidade com o Casal da Falagueira revela-se da leitura da documentação do séc. XVI (1512) e posterior, constituindo um conjunto coeso em que a relação de transformação do cereal produzido na exploração agrícola estão presentes e que importa valorizar.

Dada a proximidade com o núcleo sede, este poderia beneficiar das mesmas condições de visita do museu, sem aumento de custos associados a necessidades de pessoal.

4.4 Novo modelo de gestão

No âmbito do diagnóstico realizado ao Museu Municipal de Arqueologia e com o intuito de perceber as suas potencialidades e carências, e por forma a delinear as estratégias para um funcionamento mais eficaz procedeu-se à análise SWOT⁴⁸ (Lord, 2012, p.15-17 e Cândido, 2014, p.51-57).

Análise SWOT		
Fatores Internos	Forças - Participação e envolvimento da comunidade mais idosa - Valorização da diversidade cultural e da coesão social - Oportunidade de investigação	Fraquezas - Falta de autonomia - Recursos humanos escassos - Falta de divulgação própria - A grande maioria da população é migrante e emigrante
	Oportunidades - Crescente mercado turístico em Lisboa - Proximidade a Lisboa - Boas acessibilidades por transportes públicos e próprios	Ameaças - O grande número de museus em Lisboa - Falta de visibilidade para o exterior - Número reduzido de visitantes
Fatores externos		

Figura 4 – Representação da análise SWOT feita ao MMAR. © G. Encarnação

A partir de janeiro de 2018, com a resolução do protocolo com a ARQA, foi implementado um novo modelo de gestão, por parte da autarquia, a qual assumiu a plenitude da gestão do museu, nomeadamente ao nível dos recursos humanos e do funcionamento dos núcleos.

⁴⁸ Tarefa que deverá ser encetada por uma equipa multidisciplinar foi aqui realizada, com fins meramente académicos, apenas pela autora.

Verifica-se, no entanto, que para o cumprimento de todas as funções museológicas, o modelo de gestão implementado não é eficiente. Importa dotar o museu de maior autonomia decisória no que diz respeito ao planeamento da atividade anual, bem como à efetiva concretização das situações decorrentes ao seu funcionamento e à divulgação do próprio museu e iniciativas, junto dos diferentes agentes.

Esta última questão é fundamental no alcance de outros públicos, nomeadamente os que procuram uma oferta de turismo cultural (patrimonial), mas que não se identificam com o turismo de massas existente em Lisboa.

A área onde se verifica a necessidade de maior investimento é, sem dúvida, ao nível dos recursos humanos. Apesar do crescimento constatado, estes são insuficientes para a concretização de todos os campos de atuação, sobretudo devido à proposta de abertura de mais um núcleo (Moinho do Penedo), à perspectiva de inclusão, a curto prazo, de outro (Casa Roque Gameiro) e das propostas a médio e longo prazo (feitas no âmbito deste projeto), que mereceriam nova avaliação e eventuais ajustes.

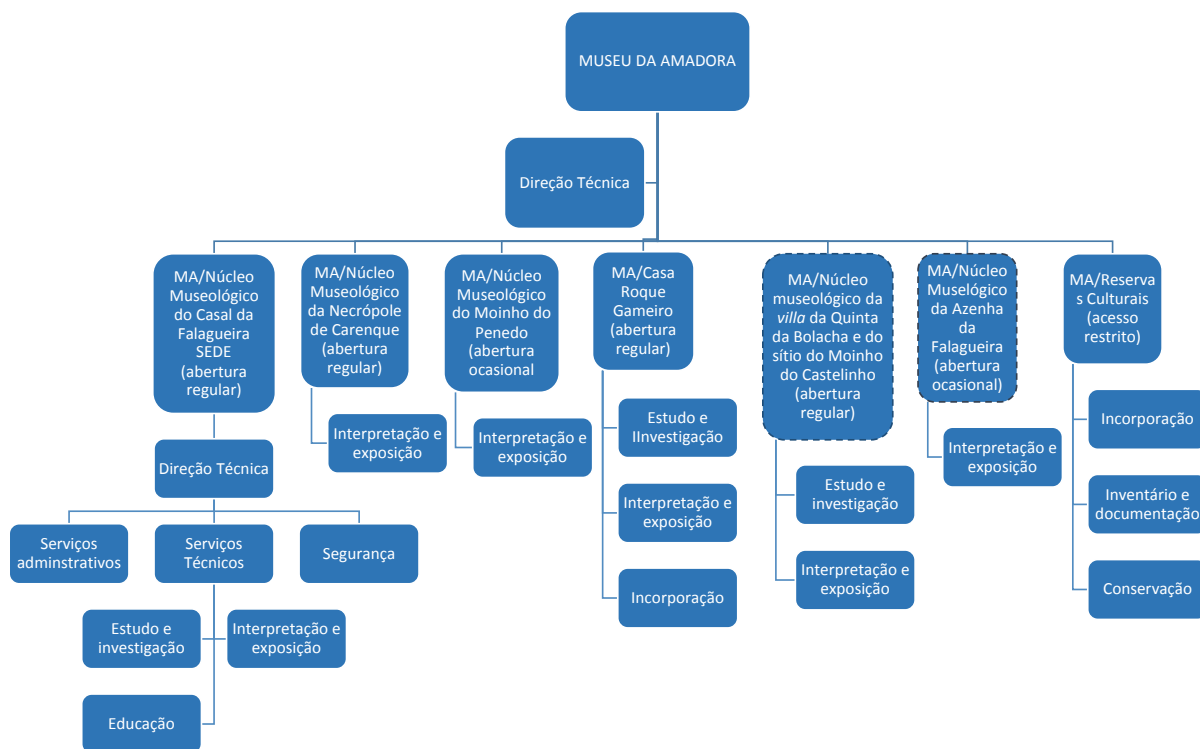
4.4.1 Organização, estrutura funcional e recursos humanos

Seguindo as tipologias criadas por Lameiras-Campagnolo (p.103), este é um museu de descentralização territorial (relativa), com centralização funcional sob tutela municipal.

Na organização dos serviços municipais da Câmara Municipal da Amadora e no que diz respeito às unidades orgânicas flexíveis do Departamento de Educação e Desenvolvimento Sociocultural (DEDS), a Divisão de Intervenção Cultural (DIC) não apresenta qualquer subunidade, o que seria a nosso ver essencial. Esta desfragmentação da DIC poderia ser aplicada a outras áreas da própria Divisão, o que permitiria, no caso do museu, a autonomização anteriormente referida.

Em termos de estruturação interna propõe-se o seguinte organograma funcional, em que todos os núcleos estão sob a alçada do museu, centralizando-se a direção técnica, a parte administrativa e os serviços técnicos respeitantes ao estudo e investigação e comunicação no núcleo sede. A interpretação e exposição e a educação desenvolverão a sua atividade a partir do núcleo sede, mas com extensões para os restantes núcleos.

O inventário e documentação, bem como a conservação ficam reunidos nas Reservas Culturais. No que diz respeito à incorporação, para além das reservas e dada a natureza específica da Casa Roque Gameiro, há a possibilidade da incorporação de bens, por via do depósito, por parte dos descendentes de Roque Gameiro.



Organograma 1 – Proposta de organograma funcional do Museu da Amadora por núcleos e funções museológicas. © G. Encarnação

Contrapondo com os recursos existentes, à data de dezembro de 2018, compostos por três técnicos superiores na área do património (um deles com funções de coordenação) e um conservador restaurador; dois assistentes técnicos (um na área da arqueologia e outro na área da educação) que são notoriamente escassos face às necessidades de cumprimento das funções museológicas, à dispersão dos núcleos, às diferentes atividades desenvolvidas e ao volume de trabalho propõe-se, para além do diretor técnico, sete técnicos superiores e cinco assistentes técnicos, para o cumprimento das funções museológicas e das áreas da comunicação e administrativa.

Estudo e investigação:

- Técnico superior de História e Património;

- Técnico superior de Arqueologia;
- Técnico superior de Antropologia;
- Assistente técnico (área Arqueologia)

Incorporação:

- Assistente técnico (área Arqueologia)
- Assistente técnico (área Património)

Inventário e documentação:

- Assistente técnico (área Arqueologia)
- Assistente técnico (área Património)

Conservação:

- Técnico superior de Conservação e restauro

Segurança:

- Vigilante
- Funcionário limpeza

Interpretação e exposição:

- Técnico superior de História e Património;
- Técnico superior de Arqueologia;
- Técnico superior de Antropologia;
- Técnico superior de educação
- Assistente técnico (área educação)

Educação:

- Técnico superior de educação
- Assistente técnico (área educação)

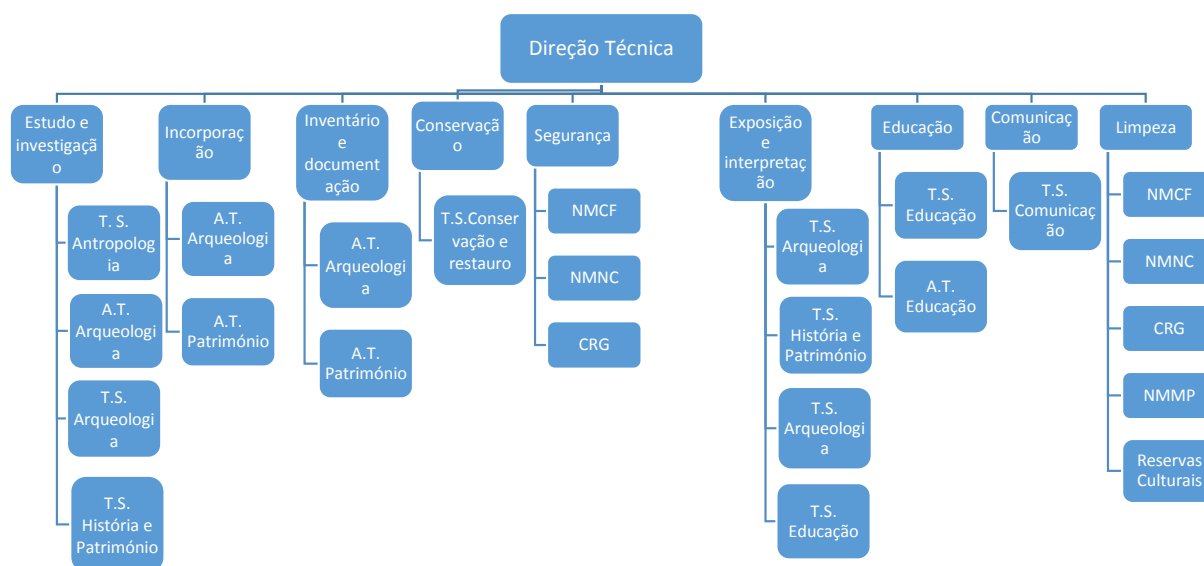
Comunicação

- Técnico superior na área da comunicação

Serviços administrativos

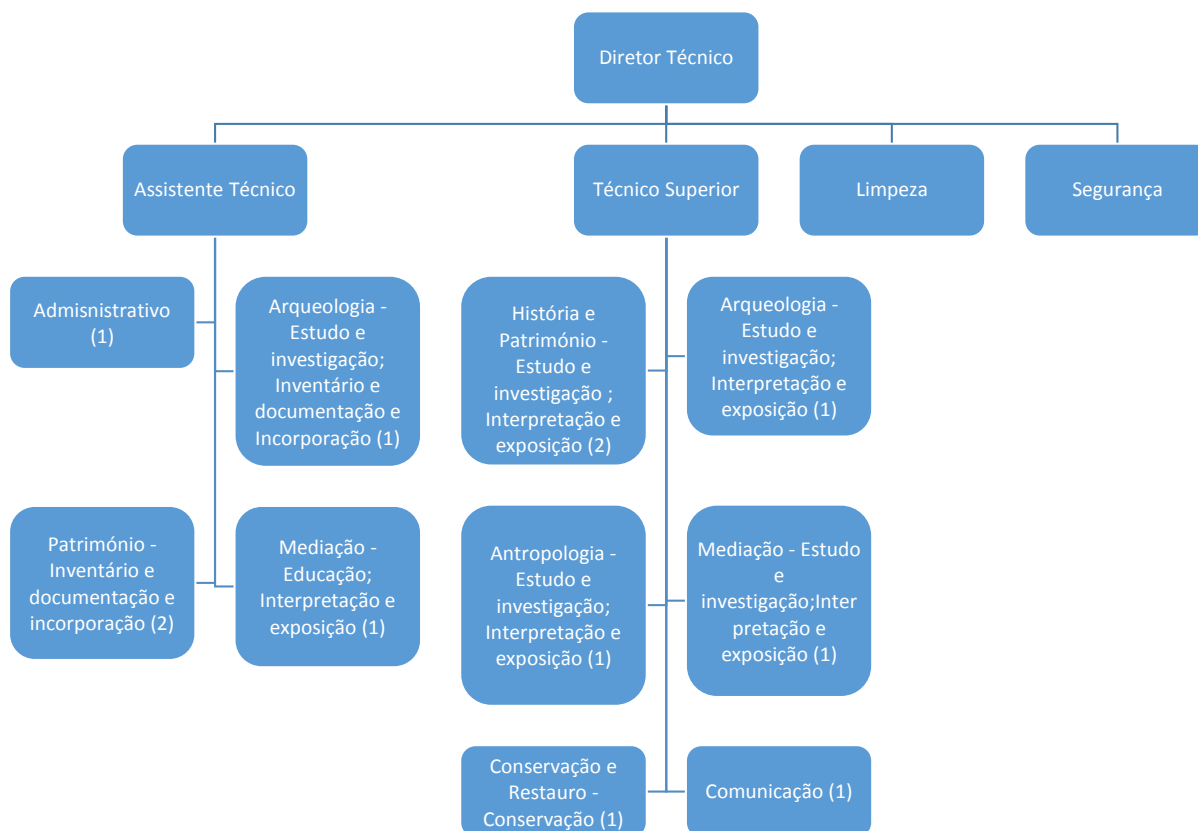
- Assistente técnico (área administrativa)

A vigilância, composta por três elementos e a limpeza, composta por cinco elementos, sob a gestão da direção técnica do museu, manter-se-iam através de empresas de prestação de serviços de acordo com os procedimentos da Câmara Municipal da Amadora, de acordo com o organograma abaixo indicado.



Organograma 2 – Proposta de organograma funcional do Museu da Amadora por equipas de trabalho e funções museológicas. © G. Encarnação

O organograma funcional apresentado abaixo esquematiza o exposto, indicando o número de técnicos por categoria.



Organograma 3 – Proposta de organograma funcional do Museu da Amadora por categorias e funções museológicas. © G. Encarnação

4.4.2 Regulamento: atualização e reformulação

Decorridos cerca de nove anos desde a publicação do regulamento do museu e devido às alterações à estrutura flexível da Câmara Municipal da Amadora, operadas em 2013 e 2015, torna-se imperiosa a revisão do regulamento em vigor.

Com a reprogramação do Museu Municipal de Arqueologia, para Museu da Amadora e a definição de missão, visão, vocação e objetivos, os mesmos deverão constar do novo documento a elaborar.

Este passará não só pela atualização de alguns artigos mas, nomeadamente, pela reformulação de parte deles, de acordo com as seguintes sugestões:

Artigo 1º - Objeto – Identificação da missão, visão, vocação e objetivos do museu, explanados no subcapítulo 4.3 deste trabalho.

Artigo 2º - Identificação do museu – O Museu da Amadora é uma estrutura polinucleada evolutiva composta pelos seguintes núcleos: Núcleo museológico do Casal da Falagueira, como núcleo sede, onde se concentram os serviços técnicos e administrativos; Núcleo museológico da Necrópole de Carenque; Núcleo museológico do Moinho do Penedo; Casa Roque Gameiro.

Possui ainda instalações nos pisos -2 e -3, da Rua Ordem Militar do Hospital, lote 14, onde estão instaladas as Reservas Culturais, que dispõem de um laboratório de conservação e restauro; uma área de investigação; três espaços de reservas (arqueologia, arte e etnografia).

Artigo 3º - Enquadramento na orgânica municipal – O museu é uma subunidade da Divisão de Intervenção Cultural do Departamento de Educação e Desenvolvimento Sociocultural à qual caberá (no caso de concretização da proposta realizada neste projeto):

- Gerir o Museu da Amadora;
- Gerir os núcleos existentes e os que venham a ser criados;
- Desenvolver programas de extensão cultural e educativa anuais e de qualidade;
- Promover o acesso ao património e à cultura;
- Promover a defesa e reabilitação do património histórico e arqueológico municipal;
- Salvaguardar o património arqueológico, arquitetónico, histórico e cultural de operações urbanísticas;
- Gerir os acervos municipais de arqueologia, etnografia e arte.

Artigo 5º - Horário e funcionamento dos núcleos – Atualização dos horários vigentes nos diferentes núcleos, incluindo os que não estão abertos de modo regular ao público.

Artigo 8º, número 4 – Deverá ser acrescentado que o estudo de públicos será elaborado através do recurso a entidades externas e com definição da sua periodicidade.

Artigo 9º - Reproduções fotográficas – Todo este articulado deverá ser atualizado, adequando-se às práticas dos atuais visitantes dos museus, especialmente no que diz respeito ao uso dos telemóveis, reforçando a proibição do uso de *flashes*.

Artigo 32º - Estruturação orgânica dos serviços do museu – A ajustar de acordo com a proposta apresentada no organograma funcional.

Anexo I – Política de Incorporação, Artigo 3º - Deverá ser reformulada a redação deste artigo, uma vez que o acervo do museu, apesar de ser maioritariamente composto por bens resultantes de intervenções arqueológicas realizadas na Amadora⁴⁹, incorpora bens etnográficos e de arte.

Anexo II – Normas e procedimentos de conservação preventiva. Os pontos 5 e 6 respeitantes às instalações do museu e às reservas encontram-se desadequadas face às atuais instalações do museu, sobretudo no que respeita às reservas, o que obrigará a uma revisão profunda das presentes normas.

4.5 Proposta de credenciação e formulação de candidatura à Rede Portuguesa de Museus

O reconhecimento da qualidade do trabalho desenvolvido pelos museus portugueses é espelhada, desde a criação da RPM - Rede Portuguesa de Museus (Cordeiro, 2013, p.3) pela sua integração nesta Rede, que permite, para além da troca de meios e experiências⁵⁰ entre os museus a ela pertencentes, também a possibilidade de acesso a fundos⁵¹ que poderão fazer a diferença nas estratégias de investimento, tanto por parte da própria tutela municipal quanto de financiamento do governo central ou europeu, por exemplo em áreas que podem contribuir para um museu mais inclusivo, ou melhor equipado tecnologicamente⁵², isto é, mais apto para se modernizar e corresponder às exigências dos novos públicos.

A reprogramação aqui apresentada teve em consideração as questões emanadas no relatório de progresso, emitido em 2016 pelo Departamento de Museus, Conservação e

⁴⁹De acordo com a Lei/107/2001, Artº 74º, nº3 “Os bens provenientes da realização de trabalhos arqueológicos constituem património nacional, competindo ao Estado e às Regiões Autónomas proceder ao seu arquivo, conservação, gestão, valorização e divulgação através dos organismos vocacionados para o efeito, nos termos da lei”.

⁵⁰ <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/> e <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/credenciacao-de-museus/> [consultado a 20/6/2019].

⁵¹ <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/programa-de-apoio-financeiro-museus-da-rede-portuguesa-de-museus-promuseus/> [consultado a 20/6/2019].

⁵² Em 2019 as áreas preferenciais de candidatura foram acessibilidade e inclusão; transformação digital; internacionalização e parcerias.

Credenciação / Divisão de Museus e Credenciação, da DGPC – Direção Geral do Património Cultural, respeitante à credenciação deste museu na RPM, iniciada em 2008.

Com a revisão do regulamento orgânico dos serviços municipais em 2013 (Despacho 882/2013) e 2015 (Despacho n.º 12471/2015), e a integração legal do museu no DEDES, dependente da DIC, ficou resolvida a questão da falta do documento de enquadramento orgânico obrigatório para a credenciação deste museu o qual não tinha sido apresentado na proposta inicial, como referido no mencionado relatório.

No entanto, esta estrutura flexível apenas contempla os diferentes Departamentos e Divisões que constituem a Câmara, não surgindo qualquer subunidade dentro dos mesmos, pelo que se considera essencial, como aludido anteriormente⁵³, no âmbito da DIC, que sejam criadas subunidades, nomeadamente uma respeitante ao Museu da Amadora, permitindo uma maior autonomia.

O que se verifica da análise do documento, que data de janeiro de 2016, mas que remete para uma visita realizada em setembro de 2013⁵⁴, é que apesar da Câmara Municipal da Amadora não ter respondido formalmente à DGPC, no prazo estabelecido (máximo de 2 anos), foram implementadas algumas medidas corretivas⁵⁵, a partir das recomendações efetuadas, não apenas do documento referido, mas também mencionado na troca de correspondência (MMAR, 2009), que permitem equacionar um novo pedido de credenciação.

Neste sentido, poder-se-á referir o reforço dos recursos humanos ao nível da autarquia pela integração no mapa de pessoal da Câmara de um técnico superior em Conservação e Restauro e de um assistente técnico na área de Arqueologia, a tempo inteiro, bem como a afetação de um assistente técnico na área da Educação⁵⁶, que substituíram os recursos assegurados pela ARQA, através do protocolo existente, e de um técnico superior de História a tempo inteiro. Esta integração, nos quadros da Câmara, permitirá a criação de uma equipa coesa, empenhada e focada nos objetivos definidos (Nunes, 2007, p.7).

Com as alterações operadas, sobretudo ao nível do técnico superior de Conservação e Restauro, foram revistos e adequados os sistemas de monitorização dos espaços

⁵³ Subcapítulo 4.5.1 Organização, estrutura funcional e recursos humanos.

⁵⁴ Página 2 do relatório de progresso, contido no dossier de candidatura à RPM.

⁵⁵ Algumas delas anteriores ao relatório de progresso.

⁵⁶ Recurso insuficiente, ao nível da formação, para assegurar o projeto de mediação.

expositivos, bem como das reservas que, como já indicado, foram transferidas para novas instalações mais amplas, que sofreram obras de adaptação para contemplarem as condições necessárias para a conservação e preservação do espólio.

Ainda neste domínio e no que respeita à necrópole de Carenque foi, em 2015, reabilitado o caminho de acesso com um piso de alcatrão e um primeiro nível de segurança, através da colocação de um portão.

No que concerne ao inventário e documentação, verifica-se pelos relatórios anuais de atividades, que esta tem sido uma área em desenvolvimento, com trabalho feito de forma regular e contínua, que conta com um reforço através da colaboração prestada pelos alunos da Licenciatura em Arqueologia, da Universidade Nova de Lisboa, no âmbito do Campo Escola de Arqueologia. Apesar do esforço desenvolvido, esta área necessita do incremento de meios humanos (refletido na nossa proposta) para que se possa contemplar a totalidade do espólio arqueológico, uma vez que o de arte e etnográfico já se encontram integralmente inventariados.

Relativamente às funções de interpretação e exposição, em janeiro de 2018, foram reformulados os núcleos expositivos permanentes do núcleo sede “Da pré-história à Idade Média”⁵⁷ e “Amadora rural” e, em dezembro de 2018, foi reformulado o núcleo “Aqueduto das Águas Livres” e criado o núcleo “A aviação na Amadora”, inaugurados em janeiro de 2019, já no decorrer deste trabalho.

Na necrópole de Carenque foi, em 2017⁵⁸, reformulada a sinalética identificativa do sítio com novo grafismo, bem como substituídas as placas explicativas por materiais mais naturais (contraplacado marítimo) e elaborados novos conteúdos. Ficou por reformular a museografia utilizada no espaço de acolhimento, recomendação feita no relatório de progresso, mas que não surge contemplada nos Planos de Atividades consultados.

Uma das prioridades para a nova candidatura e após aprovação da reprogramação do museu, será a reformulação do regulamento vigente, que terá de contemplar a revisão das normas e procedimentos de conservação preventiva.

⁵⁷ Que passou a designar-se “Antes da Amadora”.

⁵⁸ Em 2018, dada a pouca durabilidade dos suportes utilizados na sinalética, houve necessidade de os substituir, pelo que foi igualmente alterado o grafismo.

A partir da informação recolhida e com a implementação das medidas propostas, sobretudo ao nível dos recursos humanos a fim de que possam ser supridas as carências evidenciadas, sobretudo ao nível do inventário e documentação, referidos por diversas vezes ao longo do relatório. Após implementação de um cronograma de trabalho, com o objetivo de inventariar a totalidade do acervo, e tendo em conta a continuidade do trabalho desenvolvido ao nível das funções museológicas de estudo e investigação; incorporação; as alterações operadas ao nível da conservação; da segurança; da interpretação e exposição e da educação explanados nos relatórios de atividades consultados, considera-se que estarão reunidas as condições necessárias para que este museu possa iniciar novo pedido de credenciação.

5. Considerações finais

Entre as principais dificuldades de propor a reprogramação de um museu já existente, criado em período anterior à Lei-Quadro dos Museus, destaca-se o facto de fazermos parte da sua equipa técnica e científica desde o início, acrescentando responsabilidades para o nosso trabalho de projeto.

Para o desenvolvimento deste identificou-se a necessidade, num primeiro momento, de compreender de modo aprofundado o território onde o Museu Municipal de Arqueologia se insere, que transformações sofreu, como foi ocupado até se tornar no que é hoje o município da Amadora.

Deste estudo verifica-se que a sua ocupação remonta à pré-história e que as grandes alterações ocorreram nos últimos 80 anos, com o início da construção urbanística e da substituição de terrenos agrícolas por zonas de habitação, para além dos impactos da construção do Aqueduto das Águas Livres e do surgimento do caminho-de-ferro, em períodos anteriores.

A proximidade com a capital do país contribuiu em muito para as grandes mudanças, o crescimento populacional, com pessoas oriundas de outras zonas geográficas, apesar da sua área diminuta e também por um certo alheamento desta população sobre as potencialidades do espaço em que habita, nomeadamente as culturais.

Da concretização do diagnóstico museológico constata-se que, apesar de tentativas anteriores para a criação de uma casa-museu, ainda com a Câmara Municipal de Oeiras, ou de um museu municipal, já com a Câmara Municipal da Amadora, a tradição e o forte incremento da investigação arqueológica, ainda que durante muitos anos apenas ao nível do associativismo, e posteriormente com a criação do Gabinete de Arqueologia Urbana, a um nível profissional, foram elementos cruciais para a concretização do Museu Municipal de Arqueologia no ano de 1999.

Este surge, como referido, em momento anterior à Lei-Quadro, sem um programa museológico definido, mas com diversas valências e áreas de atuação bem explanadas, como a investigação arqueológica, a conservação e restauro do espólio proveniente das intervenções arqueológicas e a conceção de iniciativas de divulgação do trabalho

desenvolvido que incluíam exposições pontuais, na Casa Roque Gameiro e visitas ao património.

O museu foi criado como estrutura polinucleada e era constituído, inicialmente, por dois núcleos, o núcleo sede e a necrópole de Carenque, a que se agregou, em 2008, o Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira.

Entre 1999 e a criação deste núcleo, atesta-se o alargamento das áreas de atuação, fazendo com que a investigação arqueológica fosse apenas uma das suas vertentes, apesar de ser aquela em que o espólio continuava a ser mais numeroso, pela sua própria natureza e dificuldades de acesso a espólio de outra índole.

A constituição do Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira parece ter permitido uma reflexão interna sobre o papel do museu, a partir do potencial que permitia, com a possibilidade de ter exposição permanente e exposições temporárias regulares, bem como do contacto direto com os visitantes, nomeadamente munícipes que passaram a ser uma fonte frequente de informação.

Face à constatação de que a abertura deste novo espaço iria colmatar as funções museológicas em falta, nomeadamente interpretação e exposição e educação, de modo regular e com outras condições, começou a ser pensada a candidatura à RPM, que se acabou por concretizar em 2009, no ano seguinte à sua abertura.

Como documentos obrigatórios à credenciação foram elaborados, nesta altura, o programa museológico e o regulamento interno, que inclui, como anexos, a política de incorporação de bens culturais e as normas e procedimentos de conservação preventiva.

O culminar do processo de credenciação deu-se em 2016, com o envio do relatório de progresso da candidatura, elaborado pelo Departamento de Museus, Conservação e Credenciação/Divisão de Museus e Credenciação da DGPC, que estabelecia o prazo de dois anos para que a autarquia cumprisse as medidas corretivas indicadas, situação que a Câmara Municipal da Amadora optou por não concretizar, uma vez que pretendia reestruturar o museu sobretudo ao nível da gestão.

Esta reestruturação passou pela resolução do protocolo com a ARQA, que vigorou entre 1995 e 2017 e pela substituição dos colaboradores assegurados por este, nas áreas da conservação e restauro, arqueologia, mediação e vigilância, por funcionários da autarquia.

Outra das alterações passou pela mudança de instalações das reservas e laboratório para um novo espaço físico, mas que inclui outras valências, pela decisão de abertura de um novo núcleo museológico, que acabou por se concretizar em abril de 2019 e pela inclusão, a curto prazo, da Casa Roque Gameiro como mais um núcleo do museu, bem como pelo repensar da sua designação.

A conjugação de diversos fatores que se concretizam na vontade de mudanças no seio do próprio museu, por parte da autarquia, acima referidas; das medidas corretivas propostas pela Divisão de Museus e Credenciação da DGPC, decorrentes da candidatura à RPM, sem as quais uma nova candidatura não será possível; e da constatação da necessidade de aprofundamento de algumas questões como a proposta de um novo programa museológico para este museu, sentidas pela autora, levaram à elaboração deste trabalho.

A partir das propostas apresentadas, considera-se estarem reunidas as condições para uma nova candidatura à RPM.

O crescimento do museu em termos de abrangência territorial e patrimonial, aliada ao reforço da equipa, passando pela consolidação do seu programa museológico, potenciará o reforço das parcerias existentes, quer com entidades locais, quer com instituições de ensino, bem como o estabelecimento de novas parcerias, sobretudo com museus de índole municipal, mas também nacional, como seria o caso do Museu Nacional de Arqueologia, com o denominador comum centrado na necrópole de Carenque ou o Museu Nacional de Arte Contemporânea com ligações à Casa Roque Gameiro.

Fontes, referências bibliográficas e legislação

Fontes

Câmara Municipal da Amadora (1995), “Protocolo para a Preservação e Valorização do Património Arqueológico do Município da Amadora”, [policopiado]. [consultado a 28/11/2018];

Câmara Municipal da Amadora (1997), “Acordo de cedência do Moinho de Vento do Penedo para instalação da Secção Portuguesa da Sociedade Internacional de Molinologia”, [policopiado]. [consultado a 28/11/2018];

Câmara Municipal da Amadora (2007), “Relatório de Gestão de 2007. Museu Municipal de Arqueologia”. [consultado a 11/2/2019];

Câmara Municipal da Amadora (2008a), “Protocolo para a Preservação e Valorização do Património Arqueológico do Município da Amadora”, [policopiado]. [consultado a 28/11/2018];

Câmara Municipal da Amadora (2008b), “Relatório de Gestão de 2008. Museu Municipal de Arqueologia”. [consultado a 11/2/2019];

Câmara Municipal da Amadora (2009a), “Relatório de Gestão de 2009. Museu Municipal de Arqueologia”. [consultado a 11/2/2019];

Câmara Municipal da Amadora (2010), “Relatório de Gestão de 2010. Museu Municipal de Arqueologia”. [consultado a 11/2/2019];

Câmara Municipal da Amadora (2011), “Relatório de Gestão de 2011. Museu Municipal de Arqueologia”. [consultado a 11/2/2019];

Câmara Municipal da Amadora (2012), “Relatório de Gestão de 2012. Museu Municipal de Arqueologia”. [consultado a 11/2/2019];

Câmara Municipal da Amadora (2013), “Relatório de Gestão de 2013. Museu Municipal de Arqueologia”. [consultado a 11/2/2019];

Câmara Municipal da Amadora (2014), “Relatório de Gestão de 2014. Museu Municipal de Arqueologia”. [consultado a 11/2/2019];

Câmara Municipal da Amadora (2015), “Relatório de Gestão de 2015. Museu Municipal de Arqueologia”. [consultado a 11/2/2019];

Câmara Municipal da Amadora (2016), “Relatório de Gestão de 2016. Museu Municipal de Arqueologia”. [consultado a 11/2/2019];

Câmara Municipal da Amadora (2017a), “Plano de Atividades 2017. Museu Municipal de Arqueologia”.. [consultado a 11/2/2019];

Câmara Municipal da Amadora (2017b), “Relatório de Gestão de 2017. Museu Municipal de Arqueologia”. [consultado a 11/2/2019];

Câmara Municipal da Amadora (2018a), “Acordo de parceria para o património arqueológico e história local”. [policopiado]. [consultado a 28/11/2018];

Câmara Municipal da Amadora (2018b), “Grandes Opções do Plano 2018”. [consultado a 11/2/2019];

Câmara Municipal da Amadora (2018c), “Plano de Atividades 2018. Museu Municipal de Arqueologia”. [consultado a 11/2/2019];

Câmara Municipal da Amadora (2018d), “Relatório de Gestão de 2018. Museu Municipal de Arqueologia”. [consultado a 11/2/2019];

IMUS – Inquérito aos Museus (2017), “Museu Municipal de Arqueologia”, *Instituto Nacional de Estatística* [policopiado] [consultado a 11/2/2019];

Museu Municipal de Arqueologia (2009), “Dossier de candidatura à RPM – Rede Portuguesa de Museus”. [consultado a 28/11/2018];

Santos, H. (2011a), “Estudo sobre os públicos culturais de alguns equipamentos da Câmara Municipal da Amadora”, Porto, Faculdade de Economia da Fundação Universidade do Porto [documento de trabalho]. [consultado a 28/11/2018];

Santos, H. (2011b), “Inquérito por questionário amostragem e registos diários dos visitantes/utilizadores de equipamentos culturais da Câmara Municipal da Amadora. Maio 2011/Abril 2012. Considerações sobre os processos de amostragem”, Porto, Faculdade de Economia da Fundação Universidade do Porto. [documento de trabalho]. [consultado a 28/11/2018].

TIMS – The International Molinological Society (2016), “Renúncia ao Acordo de cedência do Moinho de Vento do Penedo para instalação da Secção Portuguesa da Sociedade Internacional de Molinologia, celebrado entre a Câmara Municipal da Amadora e a TIMS – The International Molinological Society”, [policopiado]. [consultado a 28/11/2018].

Referências bibliográficas

Alarcão, J. (1998), “Três níveis de aglomerados populacionais romanos”, *O Arqueólogo Português*, Série IV, Nº 16, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 175-186;

ARQA (2013), *ARQA Associação de Arqueologia da Amadora, 25 anos*, Amadora: ARQA – Associação de Arqueologia da Amadora;

Assembleia Municipal da Amadora (2018), *Resenha histórica*. Disponível em <http://www.am-amadora.pt/resenha-historica>. [consultado a 22/11/2018];

Barranha, H. (2005), “A arquitectura do museu, entre a invenção do presente e a (re)construção da memória”, *Actas 2003. Adaptação de Edifícios Históricos a Museus*, Faro: Câmara Municipal de Faro – Museu Municipal de Faro, pp. 11-21;

Barranha, H. Org. (2016), *Património Cultural: Conceitos e critérios fundamentais*, Lisboa: IST Press e ICOMOS-Portugal. Disponível em <http://istp2018ress.tecnico.ulisboa.pt/files/E-book-patrimonio.pdf>. [consultado a 9/4/2018];

Bruno, M. (2011), *Museu de Cidade: Uma Proposta de Plataforma Digital Para a Difusão Cultural, Diálogo Cívico e Preservação Patrimonial de Aveiro*, Tese de Mestrado em Estudos Artísticos com especialização em Estudos Museológicos e Curadoriais, Porto: Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto. Disponível em <file:///C:/Users/acer/Downloads/Marzia Bruno - Museu de Cidade.pdf>. [Consultado a 14/3/2019];

Camacho, C. (1999), *Renovação museológica e Génese dos Museus Municipais da área Metropolitana de Lisboa*, Tese de mestrado em Museologia e Património, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, [policopiado];

Câmara Municipal da Amadora (1990), *Plano Diretor Municipal. Estudos de caracterização nível regional*, Vol. A, Amadora: Câmara Municipal da Amadora;

Câmara Municipal da Amadora (1991), *Plano Diretor Municipal. Estudos de caracterização nível municipal*, Vol. B, Amadora: Câmara Municipal da Amadora;

Câmara Municipal da Amadora [1999], *Um Projecto Participado. Museu Municipal de Arqueologia. Amadora*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora [Tríptico];

Câmara Municipal da Amadora (2006), “Aviso”, *Boletim Municipal de 17 de Abril de 2006*, Nº 3, Amadora: Câmara Municipal da Amadora, p.25;

Câmara Municipal da Amadora (2009), “Regulamento do Museu Municipal de Arqueologia”, *Boletim Municipal de 18 de Maio de 2009*, Edição Especial, Amadora: Câmara Municipal da Amadora;

Câmara Municipal da Amadora (2010), “Regulamento do Museu Municipal de Arqueologia – Rectificação”, *Boletim Municipal de 29 de Abril de 2010*, Edição Especial, Amadora: Câmara Municipal da Amadora;

Câmara Municipal da Amadora (2014a), *Amadora em números. Retrato do Município*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora;

Câmara Municipal da Amadora (2014b), *Relatório do Estado do Ordenamento do Território*, p.17. Disponível em: <http://www.cm-amadora.pt/territorio/urbanismo/plano-diretor-municipal/718-reot-relatorio-do-estado-do-ordenamento-do-territorio.html>. [consultado a 13/11/2018];

Câmara Municipal da Amadora (2017), “Tabela de tarifas do Município da Amadora entrada em vigor a 01/01/2018”, *Boletim Municipal de 29 de dezembro de 2017*, Separata nº 31, Amadora: Câmara Municipal da Amadora, p.13;

Câmara Municipal da Amadora (2018e), *Roteiro cultural do município da Amadora. jul/ago/set 18*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora, p.35;

Câmara Municipal da Amadora (2019a), *Apresentação*. Disponível em <http://www.cm-amadora.pt/cultura/casa-roque-gameiro/690-apresentacao-casa-roq-gameiro.html>. [consultado a 26/12/2018];

Câmara Municipal da Amadora (2019b), *Missão, Visão e Valores*. Disponível em <http://www.cm-amadora.pt/municipio/camara-municipal/visao-missao-valores-da-camara-municipal.html>. [consultado a 2/12/2018].

Câmara Municipal da Amadora/Museu Municipal de Arqueologia (2008), *Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora [Tríptico];

Câmara Municipal da Amadora/Museu Municipal de Arqueologia [2009], *Núcleo Monográfico. Necrópole de Carenque. Grutas artificiais pré-históricas 3º milénio a.C.*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora [Tríptico];

Câmara Municipal da Amadora/Museu Municipal de Arqueologia [2010], *Sítio arqueológico. Villa romana da Quinta da Bolacha. Século III/V*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora [Tríptico];

Cândido, M. M. D. (2014), *Orientações para Gestão e Planeamento de Museus*, Florianópolis: FCC;

Cardoso, J. L. (s.d.), *Manuel Heleno. Monte Real (Leiria), 11 de novembro de 1894; Lisboa, 25 de agosto de 1970.* Disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/recursos/bibliotecas_e_arquivos/biografias/biografiademmanuelheleno.pdf. [consultado a 26/12/2018];

Castro, J. V. R. (2016), *Carta Municipal do Espaço Público da Amadora*, Tese de mestrado em Gestão do território: Área de especialização em Planeamento e Ordenamento do território, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em, http://www.cm-amadora.pt/images/TERRITORIO/INFORMACAO_GEOGRAFICA/PDF/TRAB_ACADEMICOS/carta_municipal_espaco_publico.pdf. [consultado a 22/11/2018];

Coelho, A. S. (1982), *Subsídios para a História da Amadora*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora;

Cordeiro, I. (2013), [Prefácio] “O Panorama Museológico em Portugal”, *Os Museus e a Rede Portuguesa de Museus na Primeira Década do Século XXI*, Lisboa, Direção Geral do Património Cultural, p.3. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/opanoramamuseol+ogicosite.pdf>. [consultado a 21/1/2019];

Custódio, J. (Coord.) (1996), *Recenseamento e Estudo Sumário do Parque Industrial da Venda Nova*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora;

[s.n.] (1969), “Desmoronamento na Brandoa”, *Diário de Notícias de 27 de fevereiro de 1969*, Lisboa, pp. 1 e 4;

Desvallées, A. e Mairesse, F. (dir.) (2013), *Conceitos-chave de museologia*, São Paulo: ICOM/Armand Colin;

Direção Geral do Património Cultural (2018), *Necrópole do Tojal de Vila Chã*. Disponível em <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosListar.aspx?TipoPesq=2&NumPag=1&RegPag=50&Modo=1&Critério=Necr%C3%B3pole+do+Tojal+de+Vila+Ch%C3%A3>.

[consultado a 26/12/2018];

Direção Geral do Património Cultural (2019a), *Credenciação de Museus*. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/credenciacao-de-museus/> [consultado a 20/6/2019];

Direção Geral do Património Cultural (2019b), *Rede Portuguesa de Museus*. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/>

[consultado a 20/6/2019];

Direção Geral do Património Cultural (2019c), *ProMuseus – Programa de Apoio Financeiro a Museus da RPM*. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/programa-de-apoio-financeiro-museus-da-rede-portuguesa-de-museus-promuseus/>. [consultado a 20/6/2019];

Encarnação, G. (2003), *Villa romana da Quinta da Bolacha, Amadora. Relatório dos trabalhos arqueológicos efectuados entre Março e Setembro de 2000 e Julho a Setembro de 2001*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora, [policopiado];

Encarnação, G. (2010a), *Catálogo da exposição Amadora, um outro olhar*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora;

Encarnação, G. (coord.) (2010b), *Museu em Acção. Brochura de divulgação do projeto* Amadora: Câmara Municipal da Amadora;

Encarnação, G. (2011), “A Amadora com memória”, *Escola Aberta do Património. Comunicações janeiro de 2009 a Novembro de 2010*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora/Museu Municipal de Arqueologia;

Encarnação, G. (2018), *Catálogo da exposição Amadora rural*, 3ª edição, Amadora: Câmara Municipal da Amadora;

Encarnação, G. e Dias, V. (2017a), *Azenha do Casal da Falagueira. Relatório dos Trabalhos Arqueológicos realizados entre 6 e 21 de julho de 2016*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora, [policopiado];

Encarnação, G. e Dias, V. (2017b), *Catálogo da exposição Antes da Amadora*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora;

Encarnação, G., Granja, R., Barbosa, R. e Dias, V. (2016), *Moinho do Castelinho. Trabalhos arqueológicos realizados entre 2011 e 2015*, Relatórios 9, Amadora: ARQA – Associação de Arqueologia da Amadora/Câmara Municipal da Amadora;

Encarnação, G., Miranda, J e Rocha, E. (1999), *Catálogo da exposição Do Paleolítico ao Romano*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora/Museu Municipal de Arqueologia/Casa Roque Gameiro;

Encarnação, G., Dias, V., Miranda, J. Duarte, V., Duarte, C. (2019), *Villa romana da Quinta da Bolacha. Trabalhos arqueológicos realizados entre 1998 e 2015*, Relatórios 12, Amadora: ARQA – Associação de Arqueologia da Amadora/Câmara Municipal da Amadora;

Garcia, N. G. (2003), *O museu entre a cultura e o mercado: um equilíbrio instável*, Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra;

Gómez, M. C., Peraile, I. I., Lacasta, A. A. (red. e ed.) (2006), *Criterios para la elaboración del plan museológico*, Madrid: Ministério de Cultura;

Heleno, M. (1933), *Grutas artificiais do Tojal de Vila Chã (Carenque)*, Lisboa: Tipografia da Empresa do Anuário Comercial;

ICOM International/CAMOC (2010), *About CAMOC*. Disponível em <http://network.icom.museum/camoc/about/about-camoc/>. [consultado a 23/5/2019].

ICOM Portugal (2015), *Definições. Definição: Museu*. Disponível em <http://icom-portugal.org/recursos/definicoes/>. [consultado a 22/4/2019];

ICOM Portugal (2019), *Definição de Museu – Conferência de Jette Sandahl*. Disponível em <http://icom-portugal.org/2019/02/28/definicao-de-museu-conferencia-de-jette-sandahl/>.

[consultado em 22/4/2019];

Instituto Nacional de Estatística (2001a), *3114 - Núcleo Museológico*. Disponível em <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6142>. [consultado a 12/5/2019];

Instituto Nacional de Estatística (2001b), *3117 – Museu de território*. Disponível em <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4467>. [consultado a 12/5/2019];

Instituto Nacional de Estatística (2016), *Retorno de Informação Personalizada dos Municípios*. Disponível em http://www.cm-amadora.pt/images/TERRITORIO/INFORMACAO_GEOGRAFICA/PDF/ESTATISTICAS/1115.pdf. [consultado a 22/11/2018];

Johnson, N. (1995), “Discovering the city”, *Museum International. City Museums*, Nº 187 (Vol. XLVII, nº 3), UNESCO, pp.4-6. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000103018>. [consultado a 3/6/2019];

Lameiras-Campagnolo, M.O. (1998) “Analisar e comparar entidades museológicas e paramuseológicas”, *Actas do IV Encontro de Museologia e Autarquias*, Seixal: Câmara Municipal do Seixal, p.97-112;

Leal, P. (1876), “Porcalhota”, *Portugal Antigo e Moderno: Dicionario Geographico, Estatistico, Chorografico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, vol VII, Lisboa: Livr. Ed. De Mattos Moreira & Companhia, pp.202-203;

Lopes, A. C. (1989), *Apontamentos para a História da Amadora ou o desfazer de uma lenda. Memórias de António Cardoso Lopes*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora;

Lord, B., Lord, G.D. e Martin, L. (Ed.) (2012), *Manual of Museum Planning. Sustainable Space, Facilities and Operations*, 3rd ed., New York: AltaMira Press;

Mineiro, C. (coord.) (2004), *Museus e Acessibilidade*, Lisboa, Instituto Português de Museus.

Miranda, J.A. (1993), *Relatório preliminar da intervenção arqueológica de emergência no Casal da Falagueira de Cima*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora, (policopiado);

Miranda, J.A. (julho 1994), “Necrópole de Carenque. Notícia de abertura ao público”, *Almadan*, II^a série, nº3, Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp.149-150;

Miranda, J. A. (1997), *O Moinho de João Vieyra da Silva*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora;

Miranda, J.A. (1999), “Necrópole de Carenque, notícia de abertura ao público”, *Actas do IV Encontro Nacional de Museologia e Autarquias. 29 a 31 de outubro de 1993*, Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p.39-41;

Miranda, J.A. (2004), “Cintura Moageira Pré-Industrial e Lisboa. Breve Caracterização”, *ARQA - Património em Revista*, nº 1, Amadora: ARQA – Associação de Arqueologia da Amadora, p.6-15;

Miranda, J. A. e Encarnação, G. (1998), *Villa romana da Quinta da Bolacha. Campanha de Abril/maio de 1997*, Relatórios 4, Amadora: Gabinete de Arqueologia Urbana/Associação de Arqueologia da Amadora;

Miranda, J. e Encarnação, G. (2010), *Baútas-povoado. Trabalhos arqueológicos de emergência efectuados em 1989 e 1990*, Relatórios 8, Amadora: ARQA - Associação de Arqueologia da Amadora/Câmara Municipal da Amadora;

Miranda, J., Encarnação, G., Viegas, J., Rocha, E. e Gonzalez, A. (1999), *Carta Arqueológica da Amadora*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora;

Neto, N., Rebelo, P. e Narciso, P. (2003), *Catálogo da exposição Os primeiros Homens*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora;

Nunes, G.S. (2007), “Contributos para uma reflexão sobre a gestão dos museus autárquicos enquanto gestores do património”, *Boletim RPM*, nº 25, Lisboa: Rede Portuguesa de Museus, pp. 4-7;

Pasquale, G. D. (2005), “The Museum of Alexandria: Myth and Model”, Marco Beretta (Ed.), *From Private to Public: Natural Collections and Museums. S.l.e.:*, New York: Science History Publications, pp. 1-12;

Ponte, A. (2007), “Casas-Museu em Portugal. Teorias e práticas”, *Tese de Mestrado em Museologia*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/13884126/Casas-museu-Em-Portugal-museologiaporto-teses-dissertacoes>. [consultado a 22/4/2019];

Quaresma, J. C. (2017), “Quinta da Bolacha (Amadora, Lisbonne): la céramique de la villa (dernier tiers du IIIe s. au premier quart du VIe s.)”, DIXNEUF, D., ed. – *LRCW 5. 5th International Conference on Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the*

Mediterranean. Archaeology and Archaeometry. 6-10th April, Alexandria: Centres d'Études Aléxandrines, pp.43-89;

Rivière, G. H. et al (1989), *La Muséologie selon George Henri Rivière. Textes et témoignages*, Paris: Dunod;

Rocha, E. (2004), *Descobertas arqueológicas na Amadora (Breve síntese histórica das investigações efectuadas no actual território da Amadora*, ARQA - Património em Revista, nº 1, Amadora: ARQA – Associação de Arqueologia da Amadora, pp.28-35;

Sousa, A.C. (2009), “Mapear o povoamento estremenho do 4.º e 3.º milénios a.C.: um caso de estudo e algumas reflexões sobre os processos de identificação”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, nº17, Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, pp. 223-235;

Uzeda, H.C. (2016), “Os museus de cidades e o processo de interpretação da memória dos centros urbanos”, *Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio*, Vol.9, nº2- Unirio | MAST –, pp.61-80. Disponível em <file:///C:/Users/acer/Downloads/530-2350-1-PB.pdf>. [consultado a 14/3/2019];

Varine, H. (2011), *Reflexões sobre um museu de território*. Disponível em <http://www.museudodouro.pt/tpls/mu/files/encontros/pdf/hugues.pdf>, [consultado a 3/6/2019];

Vermeer Centrum Delft [2019], *Discover the Vermeer Centrum Delft*. Disponível em <https://www.vermeerdelft.nl/en/discover-the-vermeer-centrum-delft/>. [consultado a 12/9/2019];

Viegas, J. e Gonzalez, A. (1996) *O Aqueduto romano da Amadora*, Relatórios 2, Amadora: Gabinete de Arqueologia Urbana/ARQA – Associação de Arqueologia da Amadora;

Xavier, G. (2011), *Catálogo da exposição O Aqueduto das Águas Livres*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora;

Xavier, G. (2013a), *Catálogo da exposição Amadora 1900-1920*, 3ª ed., Amadora: Câmara Municipal da Amadora;

Xavier, G. (2013b), *Catálogo da exposição Pela Estrada da Porcalhota*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora;

Xavier, G. (2017), *Catálogo da exposição A Fábrica de Espartilhos Santos Mattos*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora;

Xavier, G. e Encarnação, G. (2009), *Património classificado. Município da Amadora*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

Legislação

Decreto nº 26:235 de 20 de janeiro de 1936, *Diário do Governo nº 16*, I série, Ministério da Instrução Pública. Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, pp.82-83. Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1936/01/01600/00820083.pdf>. [consultado a 19/2/2019];

Decreto de 16 de junho de 1910, *Diário do Governo nº 136 de 23 de junho de 1910*, Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria. Direcção Geral das Obras Publicas e Minas. Repartição de Obras Publicas, p. 2165. Disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/decsmaria/Decreto23_06_1910.pdf. [consultado a 19/2/2019];

Decreto nº 5/2002 de 19 de fevereiro de 2002, *Diário da República nº 42 de 12 de fevereiro de 2002*, Iª Série B, Ministério da Cultura, pp. 1364 e 1398;

Decreto-Lei nº 164/2014 de 4 de novembro de 2014, “Regulamento de trabalhos arqueológicos”, *Diário da República nº 213*, Iª Série A, Presidência do Conselho de Ministros, pp. 5633-5640;

Decreto Regulamentar nº 28/97 de 21 de julho de 1997, *Diário da República nº 166*, Iª Série B, Ministério da Cultura, pp. 3661-3663;

Despacho n.º 882/2013 de 16 de janeiro de 2013, *Diário da República nº 11*, 2.ª série, Município da Amadora, pp. 2148-2180;

Despacho n.º 12471/2015 de 4 de novembro de 2015, *Diário da República nº 216*, 2.ª série, Município da Amadora, pp. 31932-31965;

Lei nº 45/1979 de 11 de setembro de 1979, “Criação do Município da Amadora”, *Diário da República nº 210*, I Série, p. 2261-2262;

Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004, “Lei Quadro dos Museus Portugueses”, *Diário da República* nº 195, Iª Série A, Assembleia da República, pp. 5379-5294;

Lei nº 58/79 de 17 de setembro de 1979, “Elevação da vila da Amadora à categoria de cidade”, *Diário da República* nº 215, I Série, p. 2373;

Lei nº 107/2001 de 8 de setembro de 2001, “Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural”, *Diário da República* nº 209, Iª Série A, Assembleia da República, pp.5808-5829;

Portaria n.º 740-DI/2012 de 24 de dezembro de 2012, *Diário da República* nº 248, 2ª Série, pp. 40536 – (76)-40536 – (77);

Portaria nº 638/2012 de 2 de novembro de 2012, *Diário da República* nº 212, 2ª Série, p. 36104.

ANEXO I
[Documentos fundadores]



A ANEXO ADJUNTO

CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA

PROPOSTA N.º 123 /98

Associação de Arqueologia da Amadora
17/4/98

Considerando que:

Tem vindo a ser recolhido na área do Município diverso material arqueológico de importância assinalável;

Nos termos do protocolo celebrado entre a Associação de Arqueologia da Amadora e esta Câmara Municipal, aquela Associação acordou em depositar as colecções arqueológicas no Gabinete de Arqueologia Urbana, deste Município;

Dispõe o n.º 2 do art.º 15.º da Portaria n.º 269/78, de 12 de Maio, que regula os trabalhos arqueológicos, que para destino do material arqueológico recolhido se deverá considerar primacialmente os museus da região em que se situam as estações arqueológicas, desde que estes reúnam as necessárias condi-

propõe-se:

Que seja criado o Museu Municipal de Arqueologia.

Instalar provisoriamente o Museu Municipal de Arqueologia no rés-do-chão do edifício n.º 43 da Rua Eduardo Jorge, na Falagueira.

Amadora, 17 de Abril de 1998

O Presidente

(Joaquim Moreira Raposo)



CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA

inho de 1997, no montante de 71.784\$00 (setenta e um mil, setecentos e oitenta e quatro escudos).

9 - CRIAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA: Foi presente a proposta número cento e vinte e três/noventa e oito, subscrita pelo Sr. Presidente, que se encontra anexa à presente acta, dela fazendo parte integrante.

Após análise e discussão da mesma, a Câmara deliberou, por unanimidade, criar o Museu de Arqueologia, o qual ficará instalado, provisoriamente, no r/c. do nº. 43 da Rua Eduardo Jorge, na freguesia da Falagueira.

No tocante a esta matéria foi comunicado pelo Sr. Vereador Fernando Pereira ir entregar declaração de voto, a qual ficará anexada à presente acta, logo que for entregue no Serviço respectivo.

10 - ACCÃO SOCIAL ESCOLAR - TRANSPORTES ESCOLARES: Pelo Sr. Vereador João Bernardino foi presente a proposta número cento e vinte e cinco/noventa e oito, anexa à presente acta, para que dela faça parte integrante, a qual preconizava atribuir às Juntas de Freguesia a verba correspondente ao 2º. Trimestre do ano lectivo em curso, no montante total de 11.579.052\$50, no âmbito do processo referente a transportes escolares.

Após apreciação da presente proposta foi a mesma aprovada, por unanimidade, pelo Executivo Camarário.

11 - PROJECTO "FUMAR? NEM COMEÇAR!": Relativamente ao projecto mencionado em epígrafe, foi presente uma proposta pelo Sr. Vereador João Bernardino, com o número cento e vinte e seis/noventa e oito, na base da qual deliberou o Executivo Camarário.



Câmara Municipal da Amadora
GABINETE DA VERAÇÃO

7

DECLARAÇÃO DE VOTO DA CDU

ASSUNTO: PROPOSTA N.º 123/98

Por proposta do Sr. Presidente cujo número se referencia, é criado o Museu Municipal de Arqueologia no rés-do-chão do edifício n.º 43 da Av.º Eduardo Jorge na Falagueira.

A referida proposta assenta, em teoria, no protocolo para preservação e valorização do Património Arqueológico do Município da Amadora, celebrado entre a Câmara Municipal da Amadora e a ARQA, ainda no anterior mandato de Presidência CDU.

Também no referido protocolo é referido que "A ARQA procede ao depósito a título precário das suas colecções arqueológicas no Gabinete de Arqueologia Urbana...". Ora, verifica-se que estamos a falar de umas instalações que não reúnem as condições apropriadas para o funcionamento museológico mas apenas para depósito.

De facto, as instalações em apreço não reúnem condições para lhes podermos atribuir, mesmo que provisoriamente, a função de Museu Municipal de Arqueologia. Não têm espaço, não têm equipamento adequado, não dispõem de um projecto concebido nessa direcção, a qual, aliás, será injustificável face à exiguidade da área disponível.

Por estas razões não se vislumbra razão suficientemente válida para uma decisão desta natureza, apresentando-se esta até demasiado pomposa para a realidade.

Assim, e não pondo em causa, na votação a viabilidade da criação do Museu Municipal de Arqueologia, com a qual se concorda, subsistem as mais sérias reservas no conhecimento, público que o espaço mesmo provisório que lhe é destinado seja adequado, mesmo que a título precário, além que, como razão de fundo se considera que seria mais importante optar para já pela instalação do GAU e preparar, com tempo, as condições para uma instalação adequada do Museu Municipal de Arqueologia em forma a servir melhor a população da Amadora.

Amadora, 22 de Abril de 1998

Os Vereadores da CDU

João Bernardino

Helena Bastos

Fernando Pereira

Pimenta Lopes



Câmara Municipal da Amadora

REUNIÃO DE CÂMARA DE 16 DE ABRIL DE 2008

RESUMO DE DELIBERAÇÕES

A Câmara Municipal da Amadora aprovou uma Moção relativa à necessidade de melhorar os serviços prestados pelos CTT no Município da Amadora. – **Moção.**

Pela Câmara Municipal da Amadora foi aprovado aceitar a doação proposta pelos proprietários, de um prédio urbano, sito na Rua da Liberdade, n.º6, na freguesia da Brandoa. – **Doação de Imóvel.**

A Câmara Municipal da Amadora aprovou proceder à abertura do Concurso Público para execução de cartografia numérica vectorial e ortofotocartografia à escala de 1:2000 do Município da Amadora, bem como aprovar as respectivas peças do concurso, a composição do júri e a possibilidade do mesmo recorrer ao apoio de técnicos exteriores, considerando a especificidade e natureza do procedimento em causa, e ainda delegar no referido júri a competência para a realização da audiência prévia. – **Concurso Público para a Execução de Cartografia Numérica Vectorial e Ortofotocartografia à Escala de 1:2000 do Município da Amadora.**

Aprovada a realização da iniciativa "Meeting Jovem da Amadora", com a atribuição da verba para a Associação de Atletismo de Lisboa, entidade organizadora, a ter lugar no dia 19 de Abril do corrente ano, no Complexo Municipal do Monte da Galega, à qual podem participar os atletas inscritos nos Clubes, Agrupamentos escolares ou escolas, nos escalões de infantis, iniciados e juvenis, e no decurso da qual serão realizadas as provas de 50m barreiras, lançamento de dardo, salto em comprimento, salto em altura e provas curtas de velocidade, prevendo-se a participação de cerca de 200 jovens atletas e 30 associações e clubes da Amadora e do distrito de Lisboa. – **Meeting Jovem da Amadora.**

No âmbito do Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular para o ano 2007/2008, foi aprovado pela Câmara Municipal atribuir uma verba para cinco Juntas de Freguesia do Município, Agrupamentos de Escolas, Escola Superior de Teatro e Cinema e Associações do Concelho, entidades parceiras no projecto de actividade física e desportiva, educação pela arte, ensino da música e outras actividades. – **Actividades de Enriquecimento Curricular.**

Pela Câmara Municipal da Amadora, foi aprovado proceder à abertura do Concurso Público para a execução da obra denominada Praceta da Cooperativa Tempo Novo, bem como aprovadas as respectivas peças concursais e composição das comissões de abertura e de análise das propostas. – **Concurso Público para a Execução da obra denominada "Praceta da Cooperativa Tempo Novo".**



Câmara Municipal da Amadora

No âmbito do Concurso Público lançado para a Requalificação dos Condes da Lousã Quinta Grande da Damaia/Requalificação da Quinta de Recreio dos Condes da Lousã (Fase V), foi aprovado o respectivo Plano de Segurança e Saúde em obra para aquela empreitada. – **Plano de Segurança e Saúde.**

Pela Câmara Municipal da Amadora foi aprovado solicitar autorização à Assembleia Municipal, para a realização de despesa no ano de 2009, e rectificada a cláusula 2.ª do contrato celebrado, no âmbito da empreitada de execução da Quinta Grande da Damaia/Condes da Lousã-Fase IV/Requalificação do Palácio Condes da Lousã. – **Empreitada de Execução da Quinta Grande da Damaia/Condes da Lousã-Fase IV-Requalificação do Palácio dos Condes da Lousã.**

Foi aprovado pela Câmara Municipal abater ao património móvel municipal diversos equipamentos informáticos. – **Abate de Equipamento.**

Pela Câmara Municipal da Amadora foram aprovadas alterações ao Protocolo de Colaboração existente entre a Câmara Municipal da Amadora e a Associação de Arqueologia e Protecção do Património da Amadora (ARQA), decorrente da necessidade daquele instrumento jurídico ser actualizado, permitindo dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido em prol da valorização do património arqueológico da Amadora. – **Protocolo de Colaboração – Alteração.**

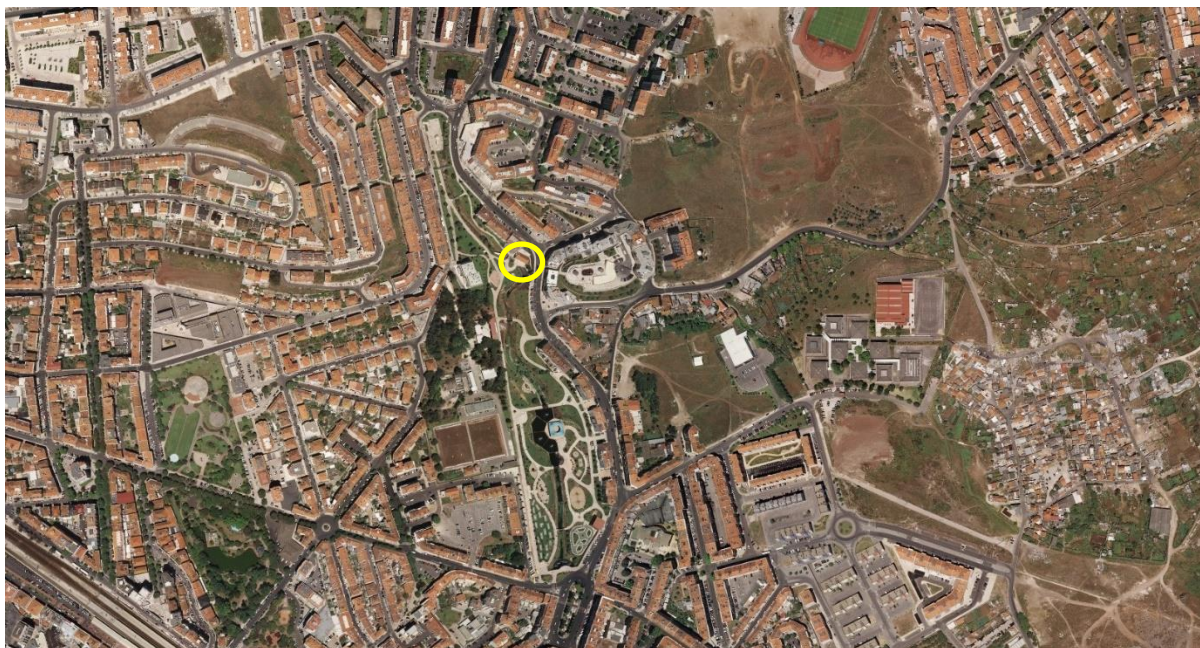
No âmbito do trabalho realizado na prospecção e salvaguarda do património arqueológico do concelho da Amadora, foi aprovado proceder à abertura de novo equipamento, núcleo museográfico do Casal da Falagueira, constituído por salas de carácter permanente e temporário, sala polivalente de apoio a leitores da biblioteca, especializada em arqueologia, onde será desenvolvido o projecto "Escola Aberta do Património", e ainda sala de actividades para realização de ateliês pedagógicos, arquivo das jazidas arqueológicas, com informação documental e fotográfica das intervenções aos sítios arqueológicos e loja onde serão colocadas à venda publicações municipais dedicadas ao património histórico e arqueológico, réplicas, postais, entre outros. – **Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira.**

Aprovada a realização da V Expo Saúde e atribuir uma verba à Associação Internacional Temperança, entidade parceira, cuja iniciativa terá ter lugar nos dias 16 a 18 de Maio do corrente ano, no Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Secundária Seomara da Costa Primo, e a qual tem como principal objectivo sensibilizar a população para um estilo de vida saudável, encontrando-se prevista a realização de palestras, sessões de aconselhamento, testes de diagnóstico, workshops da ginástica de manutenção entre outros, bem como atribuir um apoio financeiro à aludida Associação para os custos de organização da referenciada iniciativa. – **Expo Saúde.**

A Câmara Municipal da Amadora aprovou a 4.ª alteração às Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos) do ano 2008. – **Alteração às Grandes Opções do Plano.**

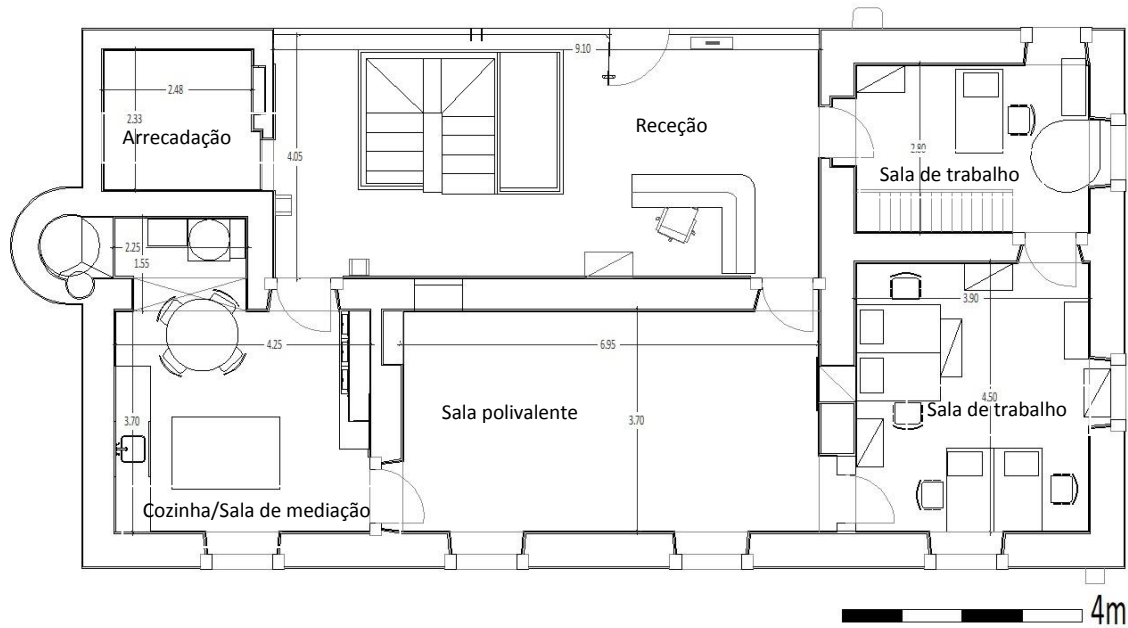
Documento 3 – Deliberação da Câmara Municipal da Amadora de 16 de abril de 2008, para a criação do Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira. Disponível em www.cm-amadora.pt/municipio/camara-municipal/deliberacoes-cma/489-2008.html. [consultado a 18/1/2019]

ANEXO II
[Localização do Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira]

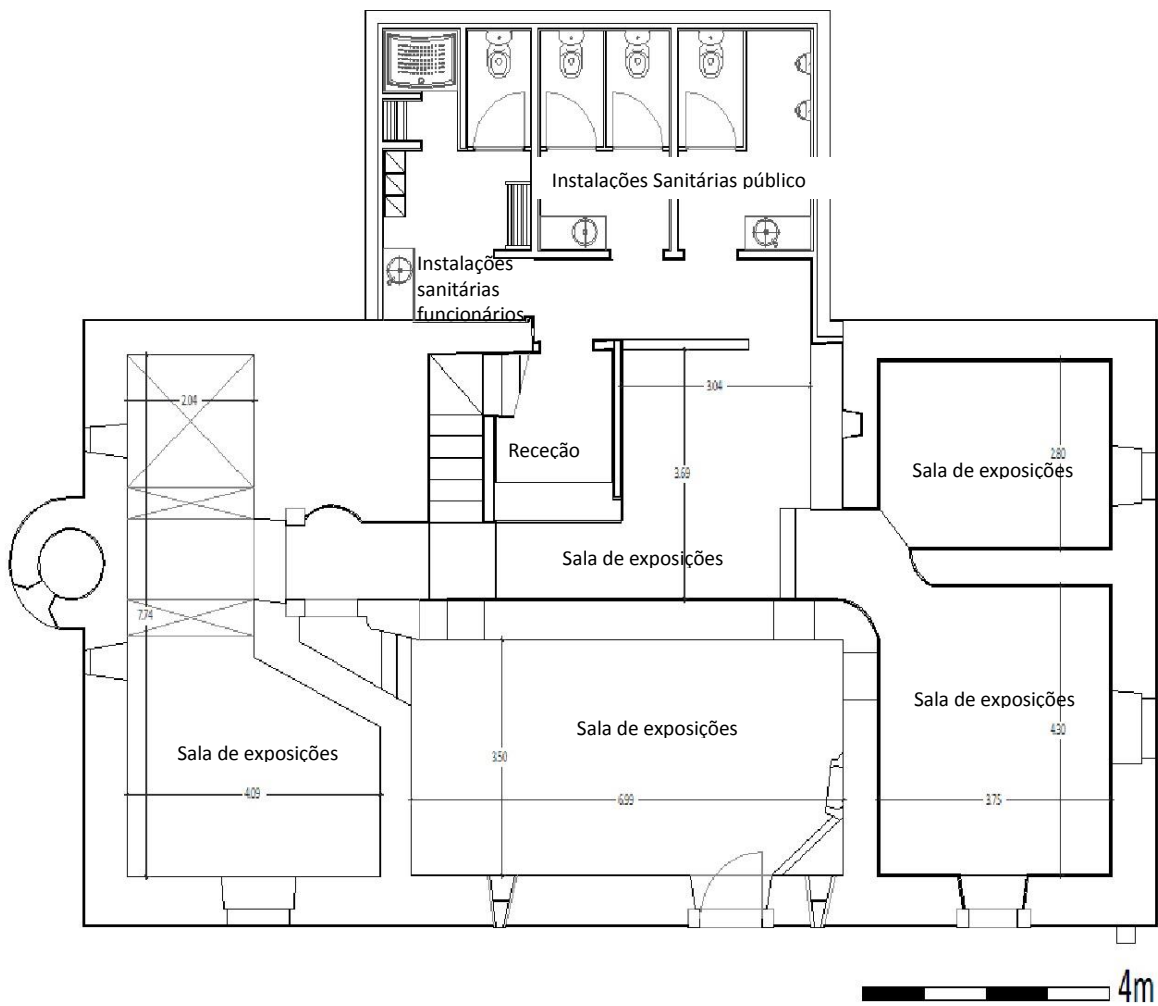


Mapa 1 – Ortofotomapa de 2009 da cidade da Amadora com localização do Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira (assinalada a amarelo). Disponível em <http://www.cm-amadora.pt/territorio/informacao-geografica/cartografia.html>. [consultado a 25/9/2019]

ANEXO III
 [Plantas dos pisos do Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira]



Planta 1 – Planta do piso superior. © MMAR



Planta 2 – Planta do piso inferior. © MMAR

ANEXO IV
[Fotografias do Edifício]



Imagem 1 – Vista da entrada do Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira. © MMAR



Imagem 2 – Vista do alçado tardoz do Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira. © MMAR

ANEXO V

[Fotografias núcleos expositivos permanentes a 31 de dezembro de 2018]



Imagem 3 – Núcleo expositivo “Antes da Amadora”. © MMAR



Imagem 4 – Núcleo expositivo “Amadora rural”. © MMAR



Imagem 5 – Núcleo expositivo “Aqueduto das Águas Livres”. © MMAR



Imagem 6 – Núcleo expositivo “G.E.A.R. – Grupo de Esquadrilhas Aviação República”. © MMAR

ANEXO VI
[Fotografias exposições temporárias]



Imagem 7 – Exposição temporária “As primeiras escolas da Amadora”. © MMAR 2012



Imagem 8 – Exposição temporária “Moinho do Castelhinho. Um sítio a descobrir”. © MMAR 2016



Imagem 9 – Exposição temporária “Fábrica de Espartilhos Santos Mattos”. © MMAR 2017

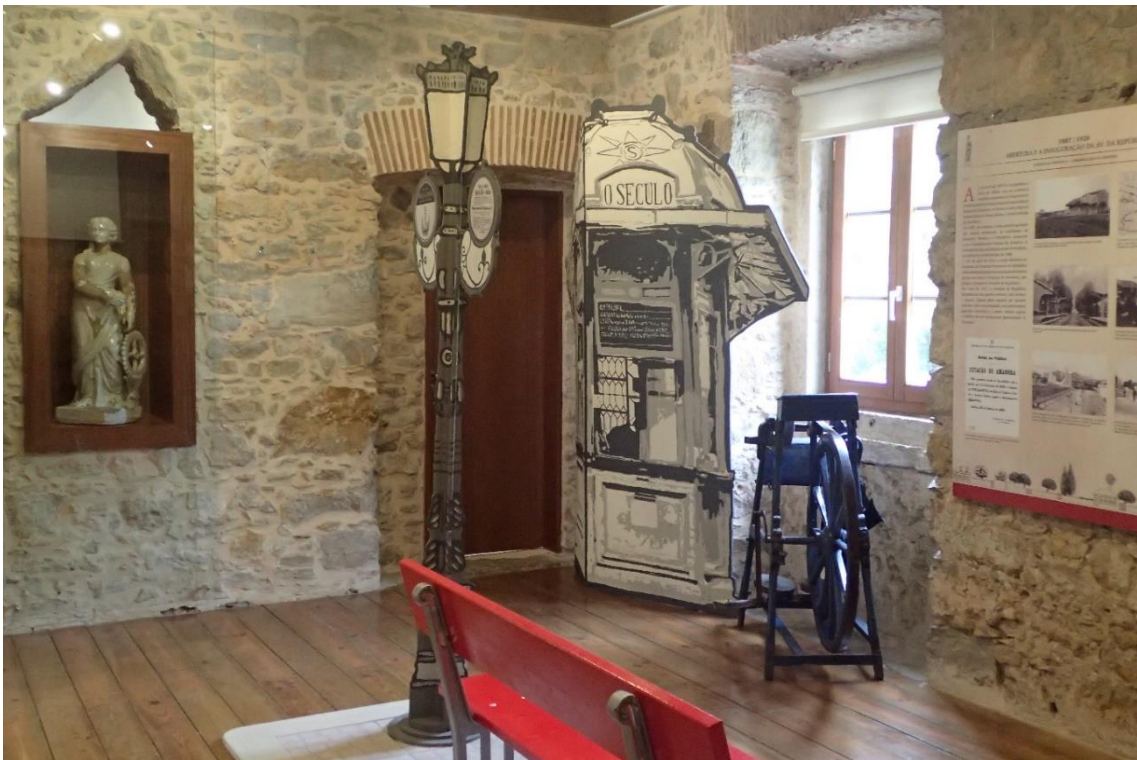


Imagem 10 – Exposição temporária “Av. da República. A primeira rua da Amadora”. © MMAR 2018

ANEXO VII

[Informação Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira]



ATIVIDADES

O Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira promove várias atividades com caráter regular, entre as quais se destacam:

Museu em Ação
Oficinas temáticas sobre arqueologia e património local, bem como visitas guiadas ao Núcleo e ao património Histórico e Arqueológico do Município para grupos organizados, durante a semana, às 10h00 e às 14h00 mediante marcação prévia. Atividades gratuitas.

Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira
Visitas guiadas às exposições e edifício.

Património Histórico e Arqueológico do Município
Visitas com a duração de cerca de meio-dia, que podem ser realizadas de manhã (9h30) ou à tarde (14h00).

Escola Aberta do Património
A Escola Aberta do Património é um projeto que tem por objetivo a realização de atos de comunicações sobre várias temáticas como a Arqueologia, o Histórico Património local ou outras atividades igualmente relevantes. Funciona no último sábado de cada mês, durante o primeiro semestre. Necessita inscrição prévia por e-mail ou por telefone.

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS VISITÁVEIS

Necrópole de Carenque
Monumento Nacional desde 1936, a Necrópole de Carenque é constituída por três grutas artificiais escavadas na rocha datadas de finais do 4.º início do 3.º milénio a.C. Está aberta ao público, de 3.ª a Domingo, no Verão das 14h30 às 18h00 e no Inverno das 14h00 às 17h30. Os visitantes poderão solicitar na receção da Necrópole uma visita guiada.

Villa Romana da Quinta da Bolacha
Poderá ser visitada mediante marcação prévia, no Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, sendo recomendável que esta visita tenha início na sala de exposição permanente dedicada à villa.

NÚCLEO MUSEOGRÁFICO DO CASAL DA FALAGUEIRA

Horário de abertura ao público

Aberto de 3.ª a sábado das 9h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00

Domingos das 14h30 às 17h30 encerra aos feriados

Tel.: 21436 90 90
e-mail: museuarqueologia@cm-amadora.pt



AMADORA

NÚCLEO MUSEOGRÁFICO DO CASAL DA FALAGUEIRA





NÚCLEO MUSEOGRÁFICO DO CASAL DA FALAGUEIRA

O Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira tem entre outras valiosas espaços expositivos dedicados por excelência ao património histórico e arqueológico local. Integrado num programa mais vasto de salvaguarda e valorização dos testemunhos históricos do município, este Núcleo agrupa e amplia os serviços que a Câmara Municipal de Amadora tem vindo a desenvolver através da estrutura polivalente do seu Museu Municipal de Arqueologia.

CASAL DA FALAGUEIRA – O EDIFÍCIO

O Casal da Falagueira, também conhecido como Casa da Ordem de Malta, dado ter sido propriedade desta Ordem, compreende estruturas habitacionais de tipo à atividade agrícola e uma azinha. Fazia parte do núcleo rural da antiga Aldeia da Falagueira, lugar que sabemos ser dos mais antigos no atual território do município, não só pelos vestígios arqueológicos mas também por documentos escritos datados do século XIII. O Casal da Falagueira destaca-se, no entanto, das restantes casas saloias da aldeia pelas suas características arquitetónicas e construção cuidada. Em 1993 foi alvo de intervenção arqueológica tendo por objetivo reconhecer as diversas fases da sua construção e os vários elementos que o compunham. A constituição robusta do edifício permitiu que este chegasse até aos nossos dias em razoável estado de conservação. Faz a validade da recuperação e reabilitação da casa, a Câmara Municipal de Amadora, adquire-a em 1997, dando início às obras de recuperação em 2003, integradas no projeto mais amplo de reabilitação da ribeira da Falagueira e construção do Parque Aventura. Na sua proximidade encontra-se ainda a Azinha do Casal e os Moinhos da Rascoeira, constituindo um dos núcleos mais antigos da Amadora.





NÚCLEO MUSEOGRÁFICO - EXPOSIÇÕES

No Casal da Falagueira estão patentes ao público as seguintes exposições sobre História e Património locais:

- Da Pré-história à Idade Média
- Villa Romana
- Amadora rural – Aldeia da Falagueira
- Aqueduto das Águas Livres
- Casal da Falagueira
- Amadora Urbana – Século XX (exposição temporária)





SERVIÇOS

Além das exposições, o Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira dispõe dos seguintes serviços:

- Loja
- Biblioteca

Especializada em arqueologia, esta biblioteca é vocacionada para estudantes e investigadores. É de consulta direta sendo possível efetuar pesquisas on-line através do site da Câmara, pela Biblioteca Municipal (www.cm-amadora.pt).

Aberta de 2.ª a 6.ª, das 9h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00 e ao sábado, mediante marcação prévia.

Arquivo de Jazidas Arqueológicas
O seu acesso público está condicionado a um pedido prévio, por escrito, dirigido ao Departamento de Educação e Desenvolvimento Sociocultural



Imagem 11 – Tríptico divulgativo do Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira. © MMAR 2018



Museu Municipal de Arqueologia | Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira

Antes da Amadora

Exposição Permanente



Imagem 12 – Capa do catálogo do núcleo expositivo permanente “Antes da Amadora”. © MMAR 2017

ANEXO VIII

[Localização do Núcleo Monográfico da Necrópole de Carenque]



Mapa 2 – Ortofotomapa de 2009 da cidade da Amadora com localização do Núcleo Monográfico da Necrópole de Carenque (assinalada a amarelo). Disponível em <http://www.cm-amadora.pt/territorio/informacao-geografica/cartografia.html>. [consultado a 25/9/2019]

ANEXO IX
[Planta do Núcleo Monográfico da Necrópole de Carenque]



Planta 3 – Planta do Núcleo Monográfico da Necrópole de Carenque, com indicação do caminho de acesso. ©
MMAR

ANEXO X

[Fotografias do Núcleo Monográfico da Necrópole de Carenque]



Imagem 13 – Vista do primeiro portão de acesso ao NMNC. © MMAR



Imagem 14 – Lona identificativa junto ao primeiro portão de acesso ao NMNC. © MMAR



Imagem 15 – Parque de estacionamento e entrada de acesso ao NMNC. © MMAR



Imagem 16 – Edifício de recepção e acolhimento ao visitante. © MMAR



Imagem 17 – Interior do edifício de recepção e acolhimento ao visitante com painéis explicativos. © MMAR



Imagem 18 – Gruta I. © MMAR



Imagem 19 – Gruta II. © MMAR



Imagem 20 – Gruta III. © MMAR



Imagem 21 – Painel informativo junto da gruta I. © MMAR

ANEXO XI
[Fotografias da recriação histórica do Clã de Carenque]




Imagem 22 – Recriação histórica. © MMAR





Imagem 23 – Recriação histórica. © MMAR

ANEXO XII

[Informação do Núcleo Monográfico da Necrópole de Carenque]




Tendo em vista a dinamização deste espaço museológico, fazem-se duas recriações históricas, por ano, uma nas comemorações do Dia Internacional dos Museus e outra no âmbito das festas do Município, onde é possível vivenciar as diferentes práticas económicas de uma comunidade neolítica no âmbito do protocolo existente entre a Câmara Municipal da Amadora e a ARQA – Associação de Arqueologia da Amadora.

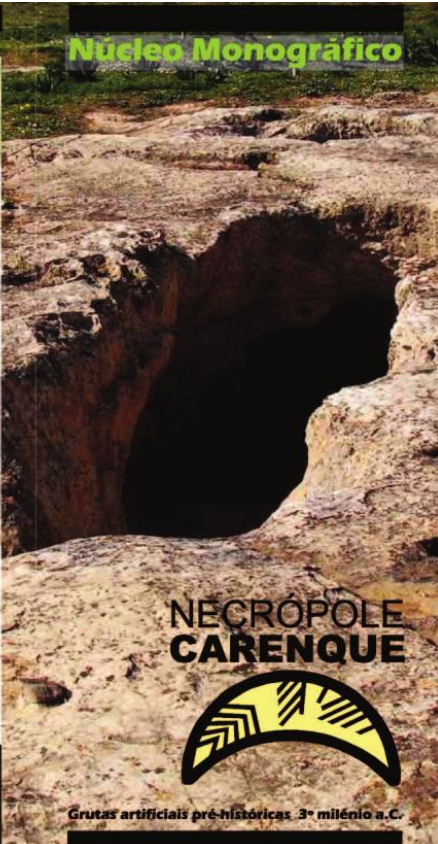
Núcleo Monográfico da Necrópole de Carenque
Horário de abertura ao público
 Das 10h00 às 16h00 (inverno)
 Das 10h00 às 13h00 e das 15h00 às 18h00 (verão)
 Aberto ao sábado e domingo

Encerra 24, 25 e 31 de dezembro e 1 de janeiro

Tel.: 21 436 90 90
 e-mail: museu.arqueologia@cm-amadora.pt



AMADORA





NECRÓPOLE CARENQUE

Grutas artificiais pré-históricas, 3º milénio a.C.

O Núcleo Monográfico da Necrópole de Carenque é um dos núcleos do Museu Municipal de Arqueologia e encontra-se aberto ao público, de forma permanente, desde 1999.

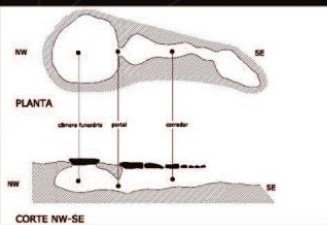
A Necrópole de Carenque é constituída por três sepulcros colectivos escavados nos afloramentos calcários do Tojal de Vila Chã, entre Carenque e os Moinhos da Funcheira.





Fotos cedidas pelo Museu Nacional de Arqueologia

Descobertos e escavados em 1932 pelo arqueólogo Manuel Heleno, estes sepulcros revestem-se de grande interesse para a compreensão da nossa Pré-História, ultrapassando a importância local que inequivocamente possuem. Por isso, encontram-se classificados e protegidos como monumento nacional, pelo Decreto do Governo nº 26:235, de 20 de Janeiro de 1936.

Estes sepulcros, genericamente designados Grutas Artificiais, por terem sido escavados na rocha, integram-se numa tradição cultural-funerária mediterrânica, mas evidenciam também características próprias numa região que coincide, grosso modo, com o Estuário do Tejo. De entre outras necrópoles deste tipo destacam-se, além de Carenque, as grutas artificiais de Palmela, da Alaprala, de São Pedro do Estoril e de S. Paulo.






Dando de alguma forma à morfologia das antas (de que podem ver-se alguns exemplares, a Oeste da Necrópole, em Queluz – Monte Abraão), as Grutas Artificiais apresentam uma arquitectura característica: Têm acesso por um corredor, em regra voltado a nascente, que comunica com uma câmara funerária através de um pequeno portal de formas arredondadas. Tanto o corredor como esta câmara estavam cobertos por pesadas lajes de calcário, fechando a estrutura ao exterior.

Os materiais arqueológicos e os restos humanos provenientes das escavações ali efectuadas estão em depósito no Museu Nacional de Arqueologia, uma vez que Manuel Heleno era Director Interino desta instituição, quando efectuou trabalhos neste sítio arqueológico.

A construção e as primeiras deposições de cadáveres que ali estão testemunhadas remontam ao final do Neolítico (3º milénio a.C.), altura em que se vivia já na região uma economia de base agropastoril, evoluída sob o ponto de vista das tecnologias de produção pré-históricas.

Dos mortos ali sepultados pouco se sabe. Não é certo que provenham todos de um mesmo povoado ou que tenham pertencido a alguma formação social específica com acesso exclusivo à Necrópole.



Objectos recolhidos na escavação: lídolo, copo canelado e tacinha.

Dos rituais a que foram submetidos também se desconhece quase tudo, mas aceita-se, pelo que se sabe desta cultura, que nas deposições mais antigas (Neolítico final) os cadáveres possam ter sido acorados de encontro às paredes, em posição fetal e rodeados das respectivas oferendas. A utilização posterior da necrópole (na Idade do Cobre), testemunhada pelo aparecimento de utensílios em cobre e cerâmicas campaniformes, veio perturbar a disposição original das ossadas e artefactos, dificultando a reconstituição da sua disposição no recinto tumular.

O espólio é constituído por algumas ossadas de indivíduos representativos dos tipos humanos que habitavam, então, o Sul da Estremadura. Eram maioritariamente adultos e jovens, gráteis e de pequena estatura (Bubner: 1986). Recolheram-se também cerâmicas com decorações caneladas e campaniformes, assim como materiais líticos e metálicos de carácter utilitário que dão acesso ao conhecimento das formas económicas e da tecnologia de que dispunham os construtores da Necrópole de Carenque.

Um terceiro grupo, essencial para a compreensão da sua vida mental, é o dos materiais votivos que acompanhavam os mortos no ritual funerário, que põe em evidência uma vida simbólica de inspiração agrária muito rica. Os mais frequentes são lídolos, em regra talhados em calcário, que variam desde os cilindros lisos ou decorados às representações de utensílios como a enxó. Mas também foram recolhidas placas antropomórficas gravadas em xisto e lúnulas (crescentes lunares) em calcário, ambas com orifícios para suspensão.

No âmbito destes materiais de carácter mágico-simbólico a tónica dominante é dada, de um lado, pelos símbolos da sexualidade e da reprodução, e de outro, pelas representações lunares, certamente em associações com as primeiras formas de calendarização do tempo, sem as quais não seria possível uma comunidade de agricultores-pastores organizar-se.




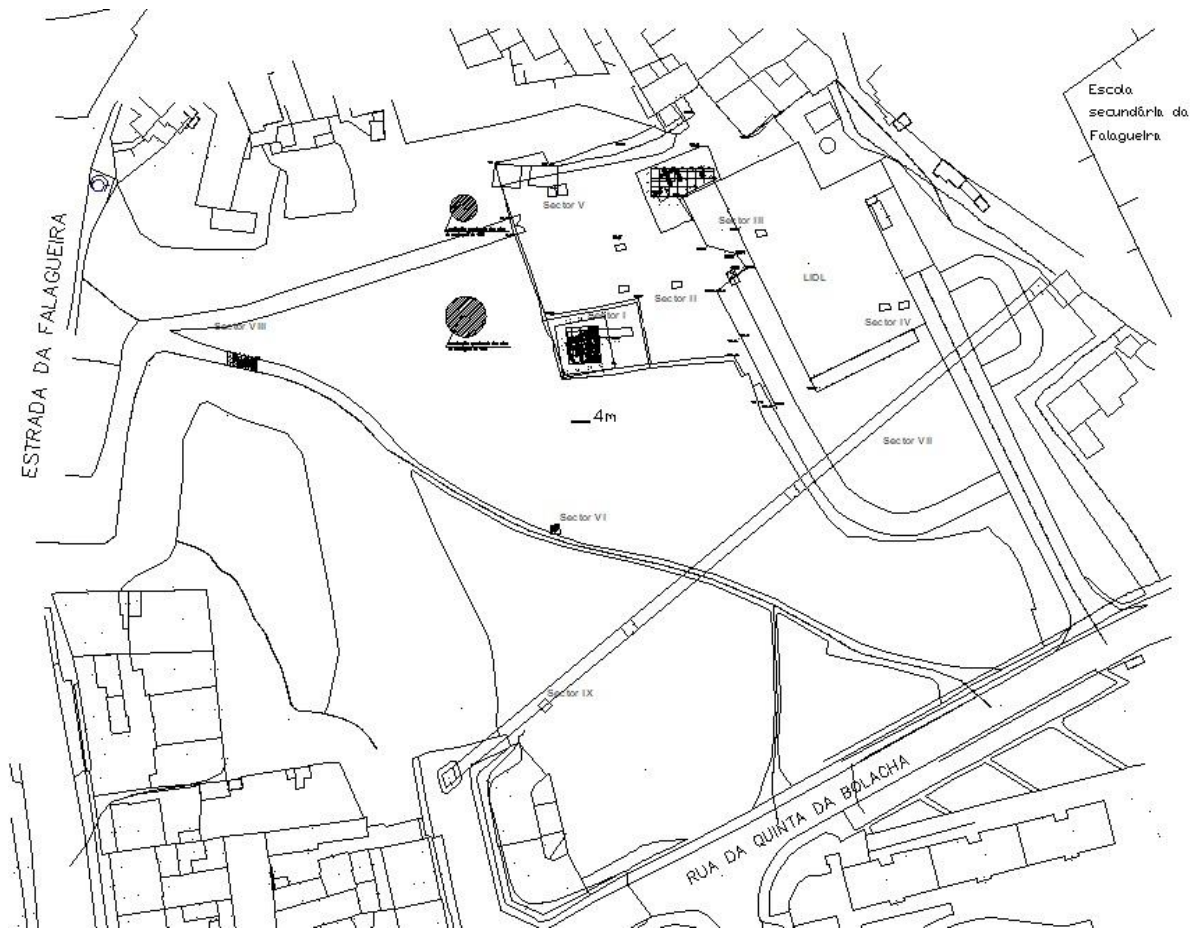
Imagem 24 – Tríptico divulgativo do Núcleo Monográfico da Necrópole de Carenque. © MMAR 2018

ANEXO XIII
[Localização da *villa* romana da Quinta da Bolacha]



Mapa 3 – Ortofotomapa de 2009 da cidade da Amadora com localização da *villa* romana da Quinta da Bolacha (assinalada a amarelo). Disponível em <http://www.cm-amadora.pt/territorio/informacao-geografica/cartografia.html>. [consultado a 25/9/2019]

ANEXO XIV
[Planta da *villa* romana da Quinta da Bolacha]



Planta 4 – Planta da *villa* romana da Quinta da Bolacha com indicação dos setores intervencionados. © MMAR

ANEXO XV
[Fotografias da *villa* romana da Quinta da Bolacha]



Imagem 25 – Vista da cobertura do setor I. © MMAR



Imagem 26 – Painel informativo junto do setor I. © MMAR



Imagem 27 – Vista geral do setor I. © MMAR



Imagem 28 – Vista do setor III. © MMAR

ANEXO XVI
[Informação da *Villa* romana da Quinta da Bolacha]



De futuro pretende-se alargar a intervenção, para melhor conhecer o espaço e a sua forma de ocupação, uma vez que esta se encontra num dos locais com ocupação contínua mais antiga da Amadora, a Falagueira.

Como curiosidade, refere-se, que nos contextos de revolvimento foram recolhidos vestígios de ocupação da Idade do Bronze, de época romana atribuíveis ao século I/II (que corresponderá à primeira ocupação romana deste espaço) e do período islâmico, conferindo-lhe, deste modo uma elevada importância a nível local.





Sítio Arqueológico da *Villa* Romana da Quinta da Bolacha

Visitas a grupos organizados através de marcação

Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira
Parque Aventura, Beco do Poço

Tel.: 214369090 (Museu)
e-mail: museu.arqueologia@cm-amadora.pt



Parque Aventura



Sítio Arqueológico




As *villae*, termo latino que designa grandes unidades de produção agro-pecuária, basicamente semelhantes ao que hoje se entende por latifúndio, localizavam-se fora dos limites das cidades romanas, onde se insere o actual território da Amadora.




Na Amadora apenas temos conhecimento da existência de uma *villa*, a da Quinta da Bolacha, que se localiza na Freguesia da Fátima e foi descoberta em 1975 por António Gonçalves e João Costa, no âmbito da prospeção que se realizava ao aqueduto romano identificado neste Município.

Foram efectuadas diversas campanhas de sondagens que decorreram em 1980/81, 1997, 2000/2001 e 2004, e resultaram na descoberta de algumas estruturas e materiais característicos deste período.

Com o desenvolvimento dos referidos trabalhos arqueológicos, foi possível, não só propor uma área de implantação dos vestígios, com cerca de 3 mil m², como identificar contextos selados integráveis nos séculos III e V da nossa era, tendo por base os inúmeros materiais recolhidos.

Devido à dimensão do terreno, este foi dividido em diversos sectores tendo-se centrado a actividade arqueológica nos Sectores I e III, locais onde foram identificadas estruturas.





Estas correspondem, no Sector I, a uma sala ampla de uma habitação construída no século III/IV cujas paredes foram revestidas com estuques pintados e que possuía um pilar central, igualmente, revestido a estuque pintado com banda vermelha e um dreno junto da parede.

Já no século IV este espaço foi reformulado, tendo-se construído uma parede que dividia a referida sala, o pilar central foi demolido e fizeram-se mais três drenos de escoamento de água, que percorrem todo o espaço.

O piso foi todo alteado com os materiais disponíveis, nomeadamente restos de calcário provenientes do fabrico de tesselas e estuques pintados, de diversas cores e motivos, resultantes, muito provavelmente da picagem das paredes de outros compartimentos anexos.

Junto da parede divisória foi construída uma grande lareira (80x100 cm), cujo encosto foi feito com recurso a uma pedra calcária aparelhada, tendo-se identificado, igualmente, a base de um forno.





Objectos recolhidos na escavação:
Fáscaro azado, Panela e Dado.

Para além das estruturas indicadas, todos os objectos recolhidos, nomeadamente restos de ânforas, bilhas, panelas e louça em *terra sigillata* africana, copos de vidro e alguns restos de alimentação, levam-nos a propor a utilização deste território como *castrum*, neste local.

No Sector III, apesar do grau de destruição dos muros, da área até agora conhecida, que se encontram ao nível do alicerce, é possível perceber a planta do local, mas não a sua função.

Tratando-se da única *villa* romana conhecida no território da Amadora e dado o seu estado de preservação e importância, uma das preocupações do Museu, desde o primeiro momento, foi a preservação e conservação das suas estruturas, para que pudessem ser visitadas por todos aqueles que se interessam pelo património arqueológico.

Em 2004 foram realizados trabalhos de consolidação das estruturas do Sector I, tendo-se colocado uma cobertura de protecção no ano anterior.



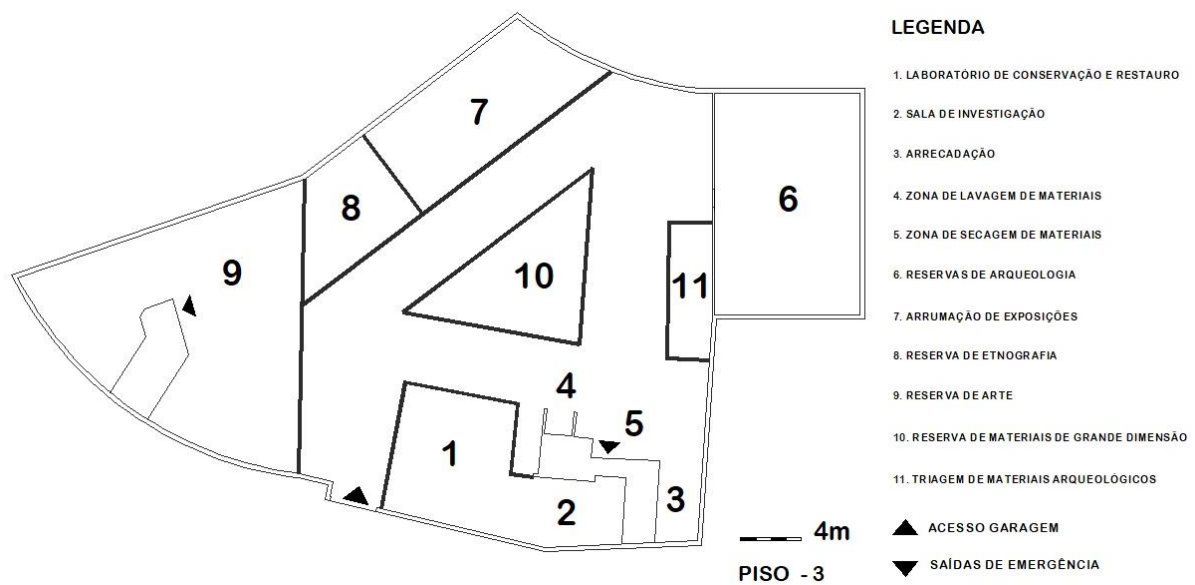
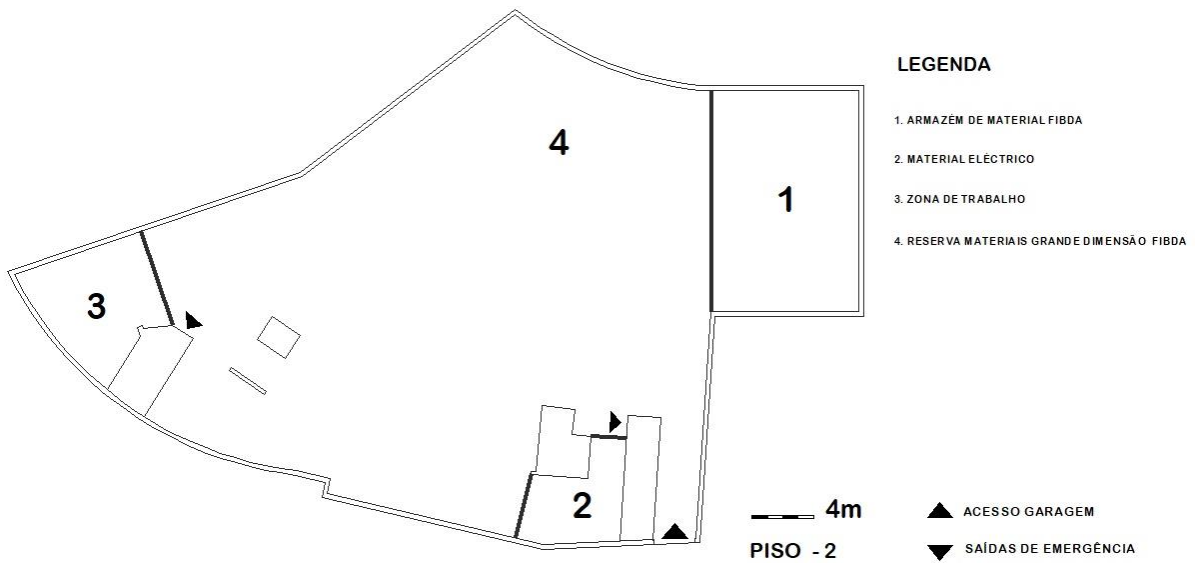
Imagem 29 – Tríptico divulgativo da *villa* romana da Quinta da Bolacha. © MMAR 2018

ANEXO XVII
[Localização das Reservas Culturais]



Mapa 4 – Ortofotomapa de 2009 da cidade da Amadora com localização das Reservas Culturais (assinalada a amarelo). Disponível em <http://www.cm-amadora.pt/territorio/informacao-geografica/cartografia.html>. [consultado a 25/9/2019]

ANEXO XVIII
[Plantas dos pisos das Reservas Culturais]



Planta 5 – Plantas dos dois pisos das Reservas Culturais. © MMAR

ANEXO XIX
[Fotografias do Edifício]



Imagem 30 – Entrada para os dois pisos das Reservas Culturais. © MMAR



Imagem 31 – Sala de investigação no piso-3. © MMAR



Imagem 32 – Laboratório de conservação e restauro no piso -3. © MMAR



Imagem 33 – Reservas de arqueologia no piso -3. © MMAR



Imagem 34 – Reservas de etnografia no piso -3. © MMAR

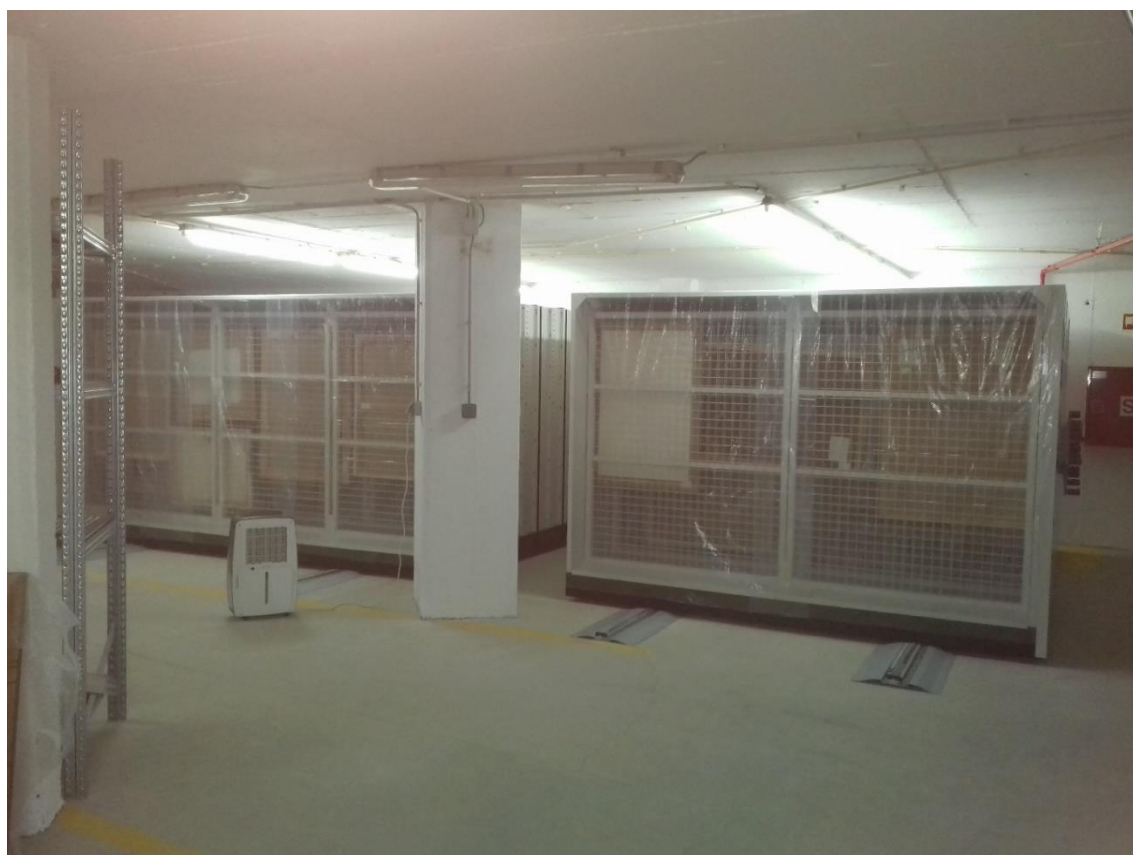


Imagem 35 – Reservas de arte no piso -3. © MMAR

ANEXO XX
[Fichas de inventário In arte]

Inventário : MMAR

Regis Barbosa

Nº inventário	MMAR.009709	
Designação	F - METAIS\2 - TIPOLOGIA\001 - UTILITÁRIOS\001.10 - ALABARDAS	
Título		
Descrição	Liga de cobre: alabarda de rebites, tipo "carrapata".	

Informação específica

Contexto de campo										
Tipo contexto	Local administ.	Lugar específico	Estação arqueol.	Tipo estação	Localização	Recol./escav.	Data recolha	Método recolha	C.N.S.	Coord. Geográf.
	Portugal(Lisboa)Amadora		BAT - BAUTAS							

Cronologia					
Data inicial	Data final	Época	Data textual	Parte descrita	Justificação
		19 - BRONZE			

Entrada				
Data entrada	Motivo	Proveniência	Responsável	Créditos
	Oferta			
	Museu			

Estados					
Estado	Parte descrita	Descrição	Cond. especiais	Data estado	Data revisão
6 - COM CONSERVAÇÃO					

Grupos		
Grupo	Matéria	Quantidade
		1,00

Inventariantes	
Inventariante	Data
	1995-01-01

Localizações			
Tipo localiz.	Local habitual	Data localização	Localização
Reserva	Não		065/404/001

Materiais		
Tipo material	Cor	Parte descrita
F - METAIS\1 - MATERIAL CONSTITUINTE\01 - COBRE, COBRE ARSENICAL		
F - METAIS\2 - TIPOLOGIA\001 - UTILITÁRIOS\001.10 - ALABARDAS		

Fichas relacionadas			
Tipo de ficha	Dados da ficha	Inf. específica	Dados inf. específica
Ficheiros	D9C_1632_b \\srnp\m\NucleoMuseografico\fotos_inarte\od_museu\D9C_1632_b.jpg 39		

Imagem 36 – Ficha de inventário exemplificativa do acervo de arqueologia. © MMAR

Catálogo : Outros Objetos

Gisela Encarnação

Nº inventário	MMAR.IE.0003.00.18	
Designação	Ciência e técnica, Indústria e técnica, material técnico	
Título	forma de sapateiro	
Descrição	possui 3 braços, início do século XX	

Informação específica

Estados										
Estado	Parte descrita	Descrição	Luminosidade	Montagem	Manuseio	Embal./Transp.	Guarda/Higieni.	Data estado	Data revisão	Colaborador
Bom										

Incorporações					
Tipo incorp.	Local	Proveniência	Intermediário	Data incorp.	Data textual
Doação		Aldeia da Falagueira	Manuel Cardeal	22/05/2012	

Materiais		
Tipo material	Cor	Parte descrita
metal		

Medidas			
Tipo medida	Valor	Unid. medida	Parte descrita
Altura	17,00	cm	
Comprimento	19,00	cm	

Valores				
Avaliador	Moeda	Tipo valor	Valor	Data valor
	Euro		100,00	2017

Fichas relacionadas				
Tipo de ficha	Dados da ficha	Inf. específica	Dados inf. específica	Tipo relação
Ficheiros				

Imagem 37 – Ficha de inventário exemplificativa do acervo de etnografia. © MMAR

ANEXO XXI
[Fotografias educação e mediação]



Imagem 38 – Projeto “Museu em Ação”, oficina de carnaval. © MMAR



Imagem 39 – Projeto “Museu em Ação”, Jovem Explorador. © MMAR



Imagem 40 – Projeto “Museu em Ação”, caça ao tesouro . © MMAR



Imagem 41 – Projeto “Museu em Ação”, iniciativa AmadoraEduca. © MMAR



Imagem 42 – Projeto “Escola Aberta do Património”, visita orientada. © MMAR



Imagem 43 – Projeto “Escola Aberta do Património”, palestra. © MMAR

ANEXO XXII
[Ficha registo visitantes]



Museu Municipal de Arqueologia
Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira

Nº /13

Ficha Individual/Família

Desejo receber informações sobre a atividade do Museu

Comunicação/Faturação (preenchimento facultativo, excepto para a emissão de recibos)

Nome Astúria Scleria Fureira
Morada _____ Código Postal _____
Tel _____ Telem _____
Correio Elect. _____ NIF _____

Estatística

O seu contributo é determinante na melhoria dos serviços que o Museu oferece. Indique o número de pessoas que correspondem aos itens apresentados.

Idade	
00-05	1
06-10	1
11-15	
16-20	
21-26	
27-33	1
	+ 70

Habilitações Literárias	
S/Escolaridade	
Pré-Escolar	1
1º Ciclo	1
2º Ciclo	
3º Ciclo	

Género	
Total Feminino	
Total Masculino	3
Total Pessoas	3

Residência

Amadora/Freguesia Casal Brás Outro Concelho _____

Motivo da Visita

Atividades do Museu
Visita ao Concelho
Visita ao Núcleo

Outro _____

Como teve conhecimento do Núcleo Museográfico?

A passear no jardim.

Data: 20/12/13

Desejo receber informações sobre a atividade do Museu

Comunicação/Faturação (preenchimento facultativo, excepto para a emissão de recibos)

Nome EMANUEL PANAS VIEIRA
Morada _____ Código Postal _____
Tel _____ Telem _____
Correio Elect. EVIEIRA@SAPO.PT NIF _____

Vendas

Estatística

O seu contributo é determinante na melhoria dos serviços que o Museu oferece. Indique o número de pessoas que correspondem aos itens apresentados.

Idade		Habilitações Literárias			Género				
00-05	<input type="checkbox"/>	34-40	<input checked="" type="checkbox"/>	S/Escolaridade	<input type="checkbox"/>	Secundário	<input checked="" type="checkbox"/>	Total Feminino	<input type="checkbox"/>
06-10	<input type="checkbox"/>	41-47	<input type="checkbox"/>	Pré-Escolar	<input type="checkbox"/>	Licenciatura	<input type="checkbox"/>	Total Masculino	<input checked="" type="checkbox"/>
11-15	<input type="checkbox"/>	48-54	<input type="checkbox"/>	1º Ciclo	<input type="checkbox"/>	Mestrado	<input type="checkbox"/>	Total Pessoas	<input type="checkbox"/>
16-20	<input type="checkbox"/>	55-61	<input type="checkbox"/>	2º Ciclo	<input type="checkbox"/>	Doutoramento	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
21-26	<input type="checkbox"/>	62-69	<input type="checkbox"/>	3º Ciclo	<input type="checkbox"/>	Outro	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
27-33	<input type="checkbox"/>	+ 70	<input type="checkbox"/>						<input type="checkbox"/>

Residência

Amadora/Freguesia _____ Outro Concelho EUIMBRA

Motivo da Visita

Atividades do Museu
Visita ao Concelho
Visita ao Núcleo

Outro _____

Como teve conhecimento do Núcleo Monográfico da Necrópole de Carenque?

Pelas tabuletas

Data: 16/10/2016

ANEXO XXIII

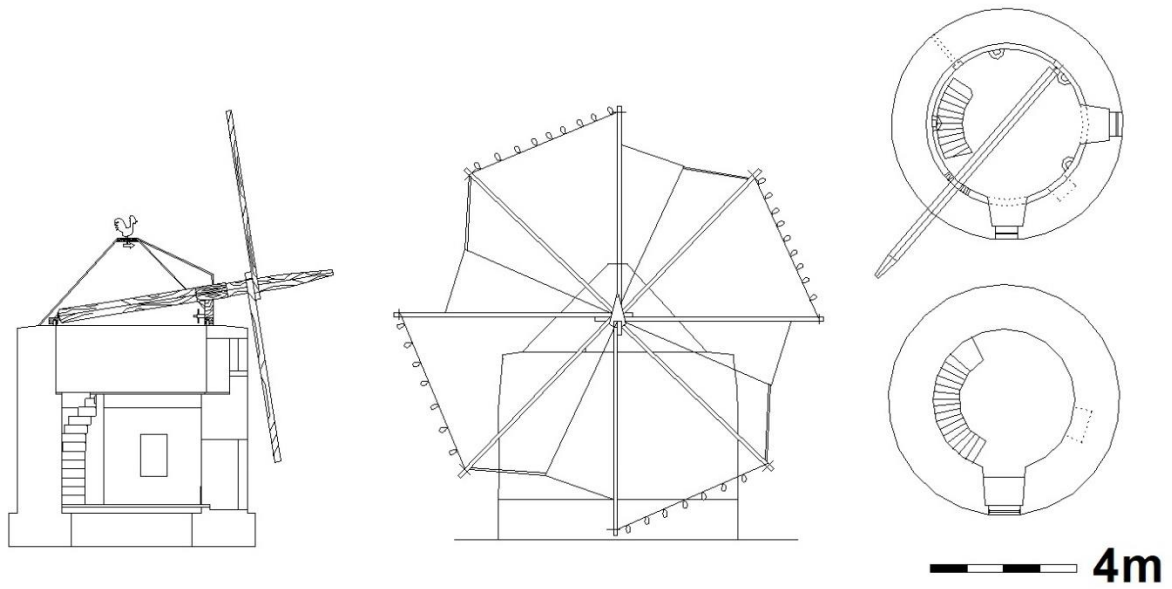
[Localização do Núcleo Museológico do Moinho do Penedo]



Mapa 5 – Ortofotomapa de 2009 da cidade da Amadora com localização do Núcleo Museológico do Moinho do Penedo (assinalada a amarelo). Disponível em <http://www.cm-amadora.pt/territorio/informacao-geografica/cartografia.html>. [consultado a 25/9/2019]

ANEXO XXIV

[Plantas e alçados do Núcleo Museológico do Moinho do Penedo]



Planta 6 – Plantas e alçados do Núcleo Museológico do Moinho do Penedo. © MMAR

ANEXO XXV

[Fotografias do Núcleo Museológico do Moinho do Penedo]

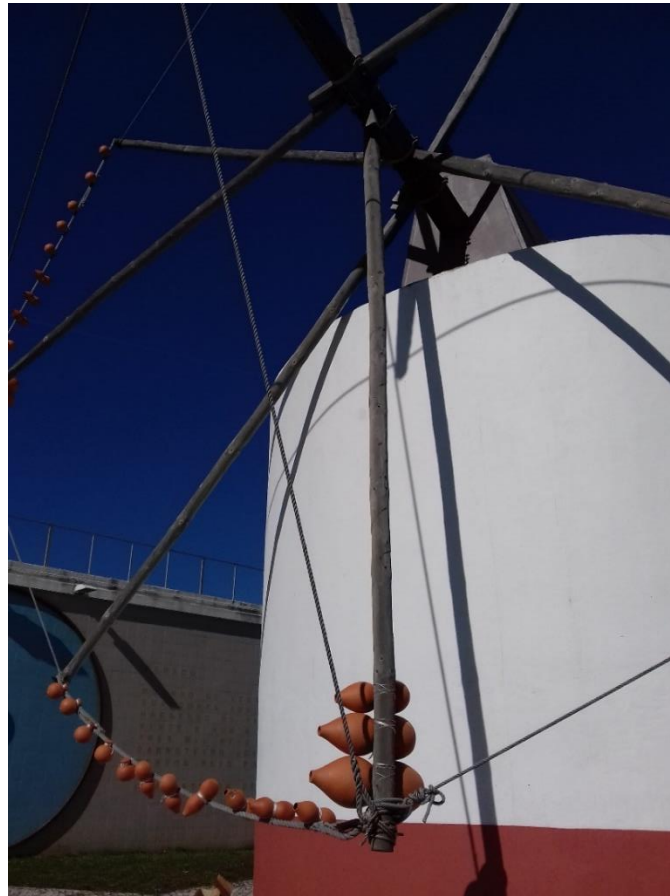


Imagem 46 – Vista exterior do Núcleo Museológico do Moinho do Penedo. © MMAR



Imagem 47 – Vista exterior do Núcleo Museológico do Moinho do Penedo. © MMAR



Imagem 48 – Piso inferior com painel informativo e objetos associados à moagem. © MMAR



Imagem 49 – Piso superior com maquete de moinho de vento à escala 1/10. © MMAR

ANEXO XVI
[Informação do Núcleo Museológico do Moinho do Penedo]

NÚCLEO MUSEOLÓGICO DO MOINHO DO PENEDO

MOINHOS DE VENTO NA AMADORA
Os moinhos de vento marcam até aos nossos dias a paisagem da cidade de Amadora, hoje, na grande maioria, ruínas, são prova da existência de uma forte atividade moageira que marcou outrora a região: a chamada Cintura Moageira Pré-industrial de Lisboa. Este complexo composto por mais de uma centena de Moinhos de Vento chegou a produzir 21.000 a 32.200 toneladas de farinha por ano, que se destinava sobretudo a suprir o grande défice de pão que existia na capital. As estruturas de moagem construídas na Amadora remontam pelo menos ao século XVII. Consultando a cartografia e as fotografias aéreas existentes conseguimos contar nos 24 km² que compõem o Concelho, 71 moinhos de vento, que funcionavam intensamente sobretudo na segunda metade do século XVIII. Consequentemente, esta atividade proporcionou o desenvolvimento dos trabalhos agrícolas, o cultivo de "terras de pão", onde predominava sobretudo o trigo e o centeio, e a criação de variados postos de trabalho: trabalhadores agrícolas, moleiros, careteiros, bandejas, comerciantes... A chegada da energia a vapor e das fábricas levou a que estes fossem desativados e aos poucos desmantelados até ao início do século XX. Atualmente existem 41 moinhos de vento, alguns foram recuperados, como é o caso dos Moinhos do Penedo, do Casal do Garoto (da Siemens), de Allragide e da Falagueira. O Moinho de vento do Penedo foi recuperado em 1998, é uma estrutura de torre fixa circular construída com a pedra basáltica da região, com dois pisos, o térreo e o de moagem, ligados por uma escada. A entrada e as janelas são constituídas por pedra calcária e no seu interior podemos observar os arganéis que serviam para fixar o capelo.

- 1 - Postal ilustrado da Falagueira, início do século XX.
- 2 - Moinhos de Vento existentes e destruídos na Amadora
- 3 - Moinho do Casal do Garoto
- 4 - Pormenor do interior do Moinho do Casal do Garoto
- 5 - Um dos Moinhos do Penedo antes da reconstrução.
- 6 - Pormenor do interior do Moinho do Penedo.

AMADORA
NÚCLEO MUSEOLÓGICO DO MOINHO DO PENEDO
Câmara Municipal de Amadora
DGIC - Divisão de Intervenção Cultural
Museu Municipal de Arqueologia
Coordenação:
Grísela Encarnação
Investigação e Textos:
Hélena Coelho Almeida e Vanessa Dias
Conservação e Restauro:
Salomé Soares
Conceção Gráfica:
GRPGDQ Paulo Caldera
Contactos:
Núcleo Museológico do Casal da Falagueira - Núcleo Sede: Parque Aventura, Beco do Poço - Falagueira Venda Nova - 2700 Amadora
TE 214363095 / museu.arqueologiam-amadora.pt
Rua Doutor Azevedo Neves
Coordenadas: 38,765310, -9,224292
1ª Edição: abril de 2019

Imagem 50 – Quadríptico divulgativo do Núcleo Museológico do Moinho do Penedo. © MMAR 2019

CICLO DO PÃO

O pão é desde sempre fundamental na nossa alimentação, feito a partir de diversos cereais que são cultivados desde a pré-história até aos nossos dias. Ao processo que vai desde o semente do grão de cereal até à cocção da massa chama-se Ciclo do Pão, e os Moinhos, antes da criação das Fábricas, eram essenciais. O ciclo iniciava-se com a preparação do solo para a sementeira dos cereais. A colheita era feita à mão em junho, com recurso a foices, e depois eram criados mochos que se estendiam na areia, uma área aplanada e aberta, onde se separava o grão da palha. O cereal era colocado em sacas e transportado para o moinho, onde, em grandes gamelas se começava a separar os grãos bons, que posteriormente eram moídos até se transformarem em farinha. De seguida, esta era peneirada, separando-se os grãos mais finos, utilizados para fazer o pão, do farelo que servia de alimento aos animais.

7 - A eira do Casal de São Braz, ilustração Portuguesa, 1911.

8 - A cela do cereal, autoria de Manuel Ribeiro, 1913, cedida por suas netas M. Filomena Folgado e M. Isabel R. C. Lima

9 - Recolha dos grãos para sacas depois da separação na eira, autoria de Manuel Ribeiro, 1913, cedida por suas netas M. Filomena Folgado e M. Isabel R. C. Lima



7



8



9

PESOS E MEDIDAS NOS MOINHOS

O sistema metroológico utilizado pelos moinheiros, na medida de cereais (grão e farinha) era simples. Até ao século XVIII o sistema adotado em todo o reino era o Alqueire, padronizado por regiões. Em Lisboa, nesta época, 1 alqueire correspondia a 13,1/13,9 litros, mas o valor nas áreas rurais envolventes podia variar ligeiramente.

A legislação anterior às Ordenações de D. Manuel I refere já as "medidas de pão" que os concelhos deveriam ter. Segundo o referido Regimento do Almotacé-Mor de 1467: "Teram medidas de pão a saber alqueire e meyo alqueire e quarto dalqueire e oytavo todo de Rossaya E com rrasaya mjdiões A qual sera grossa E rroijça"

As Ordenações posteriores incluem disposições semelhantes, e tentam estabelecer os padrões de volume usados para os cereais que cada concelho deveria usar.

Em 1575 D. Sebastião promulgou uma Lei "Sobre o igualmente das medidas dos sólidos e líquidos" que pretendia normalizar as medidas de volume, de sólidos e líquidos, obrigando a que todos os sólidos fossem medidos com rasoura.

O Alqueire, como o nome indica, tem uma origem árabe, era uma medida de capacidade usada apenas para sólidos, designados de seco, nos moinhos como era usada para os cereais, também era designada de "medida de pão". Este sistema era composto por vários recipientes de madeira que encaixavam uns nos outros, quadrados ou retangulares, o maior correspondia a 1 alqueire, e os restantes iam decrescendo. Para as medidas serem rigorosas, depois de encher o recipiente era passada a rasoura, um instrumento de madeira de forma cilíndrica, que fazia com que as medidas fossem rigorosas.

Em meados do século XIX o sistema métrico decimal, criado em França, foi adotado por Portugal, começando-se a usar as balanças decimais para a pesagem dos cereais e farinhas.

10 - Alqueires e rasoura no interior do Moinho do Casal do Garoto.



10

O **capelo** é a cobertura do moinho, construído em madeira e isolado com alcatrão pelo exterior, no topo do qual, surge o cata-vento, que serve para indicar a direção do vento e orientar o moinho na correta orientação das velas.

Com o auxílio do **sarilho**, o moinho roda o capelo e coloca o velame na direção do vento.

O **mastro** serve de eixo de rotação das **velas** e, é construído em madeira muito rija de peça única com 6 a 8 metros de comprimento, pelo exterior são encarradas quatro pares de **varas** cruzadas, às quais estavam amarradas as velas, travadas por cordas que servem de suporte aos **biúzos**.

A **entrega** é uma roda dentada em madeira composta por 32 dentes, que gira na vertical em torno do mastro ao nível do **capelo**, e vai engrenar num **carreto** com 7 ou 8 fuselos, donde parte o Veio Mestre que faz acionar o movimento giratório das **mós**.

Cada moinho poderá ter um, ou vários pares de mós dependendo da sua dimensão, um par de mós, divide-se em **mó fina** (debaixo (poiso), mais espessa e a **mó de cima** (mó andadeira), mais fina, que gira e possui um buraco ao centro, denominado olho da mó, onde cai o cereal.

No **Tegão** (recipiente em madeira de forma piramidal), é colocado o cereal para moer, de onde desliza e entra na **Queilha** (tabuleiro estreito de madeira de forma piramidal, ligeiramente inclinado), vai deixando cair suavemente o cereal no **olho da mó**, através do auxílio do **Cadelo** (pequena peça em madeira), que se encontra preso para que possa ser afinado em função da velocidade da mó, dependendo da intensidade do vento. Daqui a farinha resultante está pronta para ser encaixada.

Legenda:

1. Capelo
2. Catavento
3. Fechal de madeira
4. Fechal de pedra
5. Mastro
6. Entrega
7. Bâcoro, chumaceira ou bonecal
8. Sarilho
9. Punte
10. Carreto
11. Mó de cima, comedora ou andadeira
12. Mó de baixo, poiso
13. Segurelha
14. Urreiro, ponte, agulha;
15. Fuso do urreiro ou alivadora
16. Corvo
17. Tegão
18. Queilha
19. Cadelo
20. Varas
21. Biúzos ou jarras

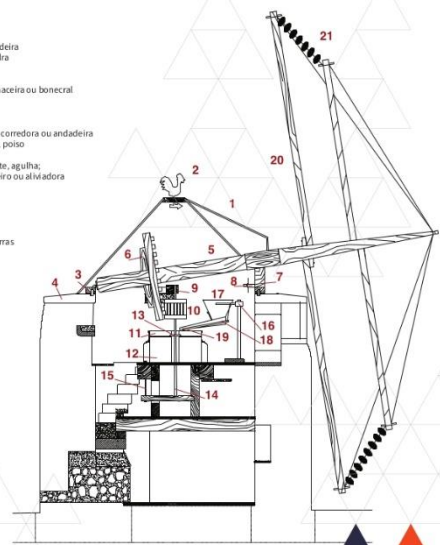
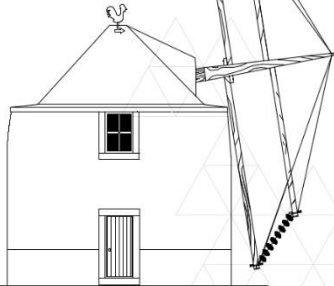


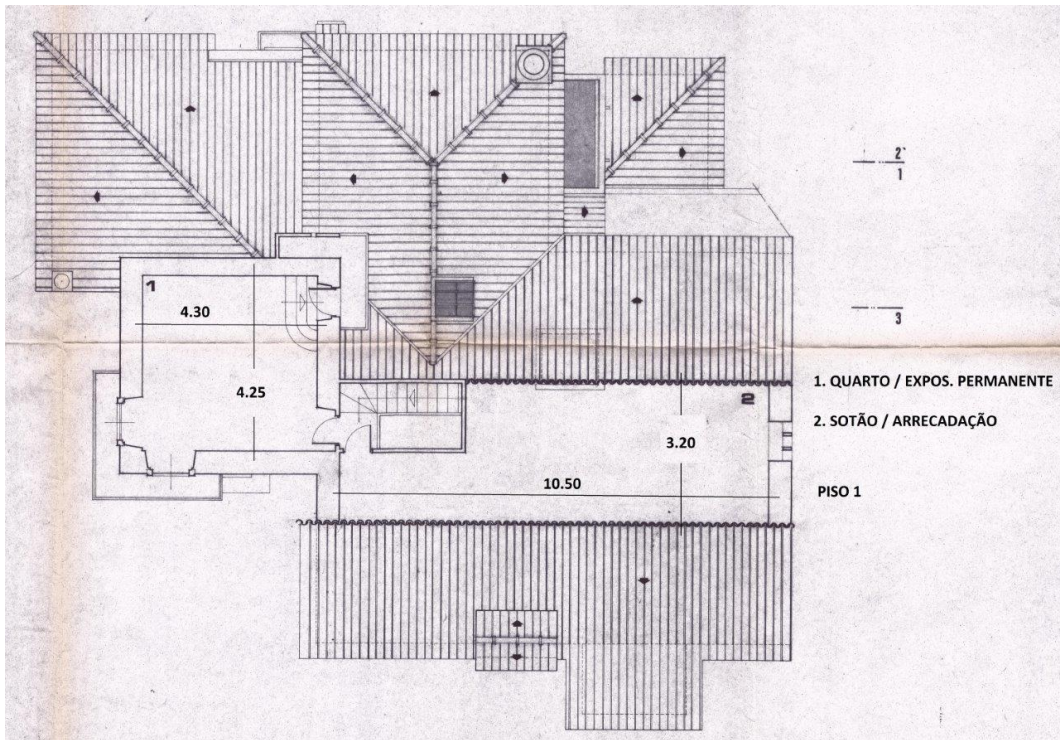
Imagem 51 – Quadríptico divulgativo do Núcleo Museológico do Moinho do Penedo. © MMAR 2019

ANEXO XVII
[Localização da Casa Roque Gameiro]

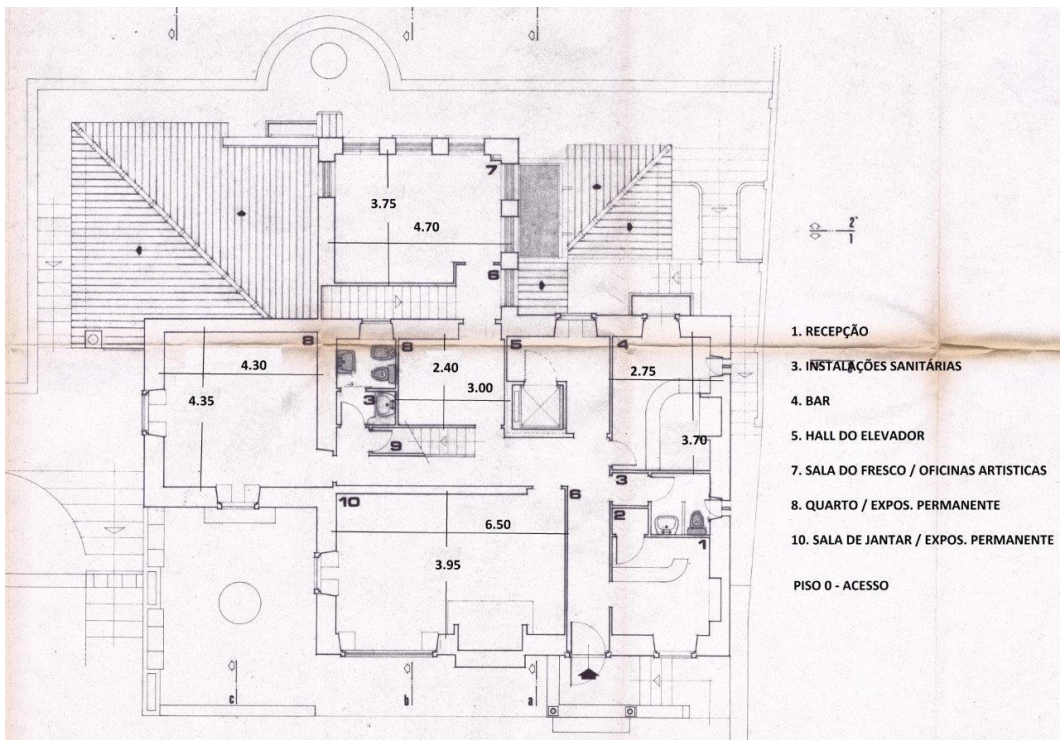


Mapa 6 – Ortofotomapa de 2009 da cidade da Amadora com localização da Casa Roque Gameiro (assinalada a amarelo). Disponível em <http://www.cm-amadora.pt/territorio/informacao-geografica/cartografia.html>.
[consultado a 25/9/2019]

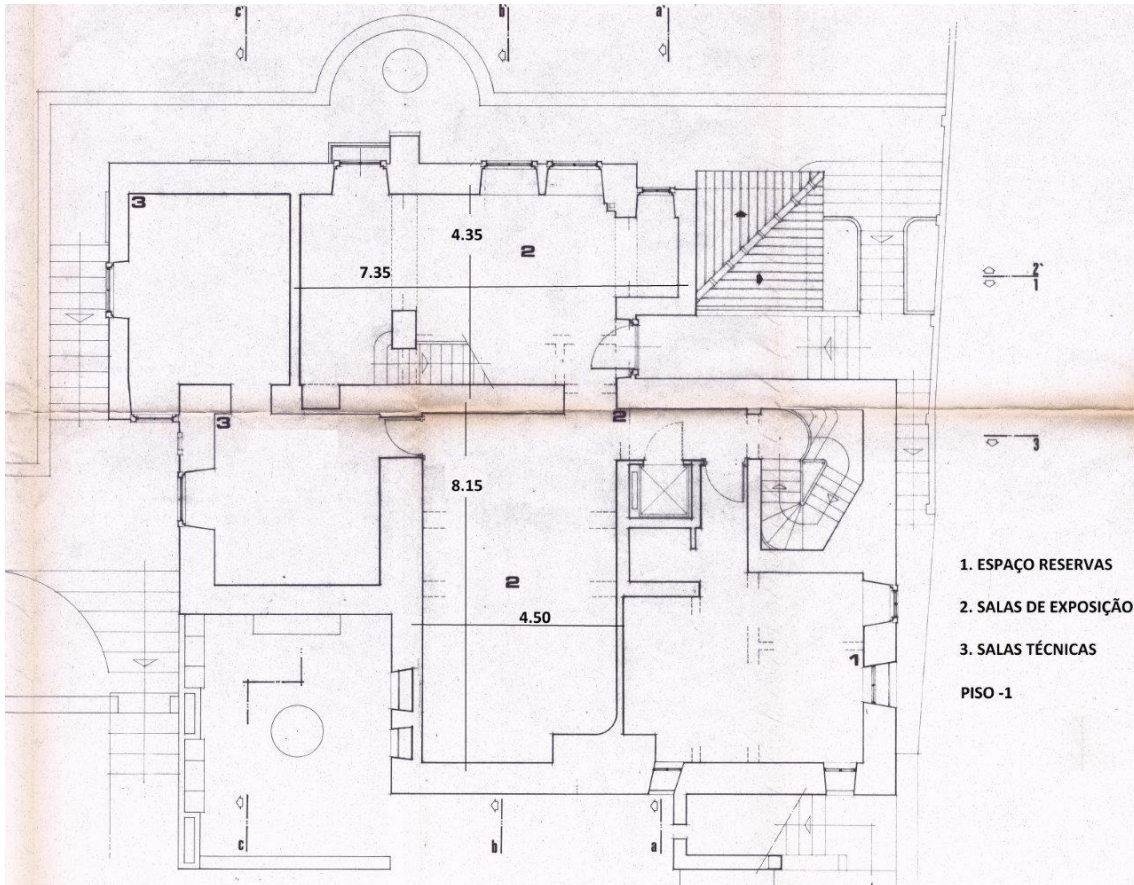
ANEXO XXVIII
 [Plantas da Casa Roque Gameiro]



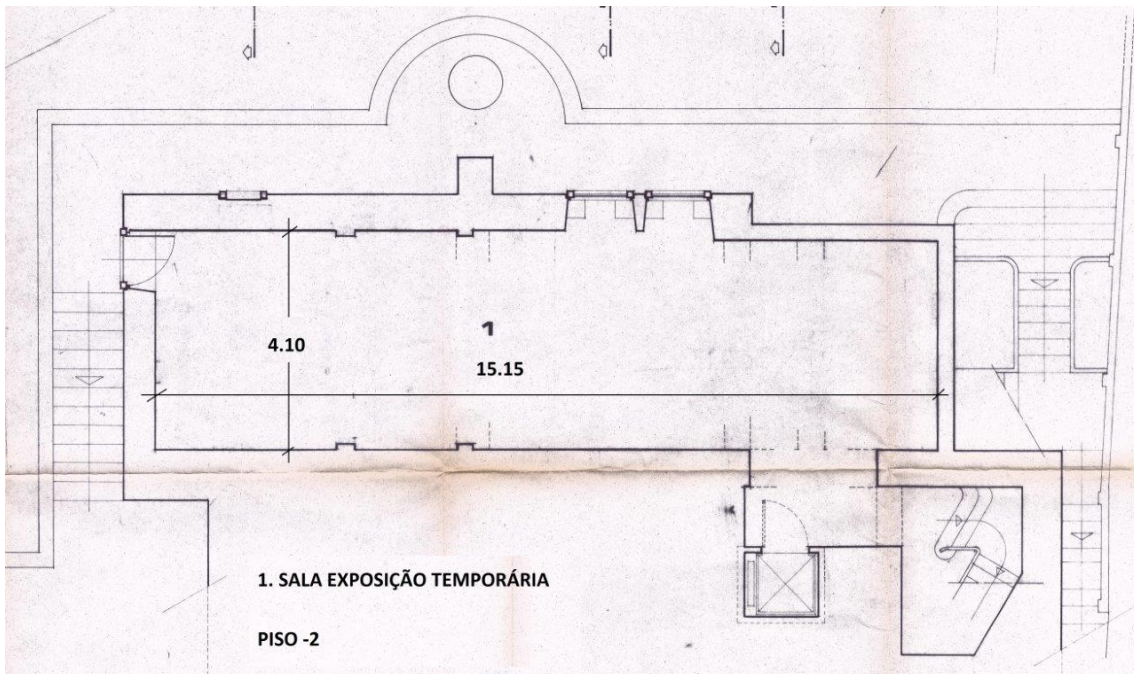
Planta 7 – Planta do piso 1 da Casa Roque Gameiro. © CRG



Planta 8 – Planta do piso 0 da Casa Roque Gameiro. © CRG



Planta 9 – Planta do piso -1 da Casa Roque Gameiro. © CRG



Planta 10 – Planta do piso -2 da Casa Roque Gameiro. © CRG

ANEXO XXIX
[Fotografias da Casa Roque Gameiro]



Imagem 52 – Vista da fachada principal da Casa Roque Gameiro. © CRG



Imagem 53 – Vista do alçado tardoz da Casa Roque Gameiro. © CRG

ANEXO XXX
[Fotografias da exposição permanente]



Imagem 54 – Exposição permanente na sala de jantar. © CRG



Imagem 55 – Exposição permanente no quarto dos filhos. © CRG



Imagem 56 – Exposição permanente no quarto do casal. © CRG



Imagem 57 – Exposição permanente no atelier. © CRG

ANEXO XXXI
[Fotografias das exposições temporárias]



Imagem 58 – Exposição temporária “Ver tudo: Mãmia Roque Gameiro (1901-1996) – Pintura e Ilustração”. © CRG 2018



Imagem 59 – Exposição temporária “Arte e vida do selo – a criação filatélica da família Roque Gameiro-Martins Barata”. © CRG 2019

ANEXO XXXII

[Informação da Casa Roque Gameiro]

Affredo Roque Gameiro Biografia



Affredo Roque Gameiro nasceu em 1864 em Mudo e faleceu em Lisboa em 1935. Aos 14 anos veio para Lisboa e começou a trabalhar como aprendiz de desenhador litográfico e cedo se iniciou no campo artístico com trabalhos de ilustrador. Começou a frequentar a Escola Nacional de Belas Artes, recebeu uma bolsa industrial e vai estudar cerca de 1250 anos para a Alemanha, a fim de estudar as mais recentes técnicas litográficas. Durante os anos em que esteve na Alemanha foi tomado contacto com a escola da aquarelha. Foi como aquarelista que desenvolveu os seus meritos até conquistar o lugar mais destacado como um dos maiores aquarelistas portugueses. A diversidade dos temas escolhidos, as paisagens marinhas, cenas da vida laboeta, paisagens campestres, cenas da vida rural, as grutas do porto e seus costumes.

Bornou-se também um conhecido ilustrador. Ilustrou um grande número de edições, na sua maioria romances históricos. Foi premiado em várias exposições da Sociedade Nacional de Belas Artes, e nos salões anuais de Grémio Artístico, onde obteve vários prêmios e medalhas de honra.

Em 1900 os seus trabalhos foram integrados nas exposições da delegação portuguesa na Exposição Universal de Paris, onde obteve prêmios no âmbito dessa participação. Profissão honrosa manteve-se sempre ligado ao mesmo.

O período em que viveu na Amadora entre 1898 e inícios dos anos 20, correspondeu ao culminar da carreira de Roque Gameiro. Enquanto viveu na Amadora Roque Gameiro e a sua família, participaram ativamente na vida sociocultural da localidade. Foi sócio ativo da Liga de Melhoramento da Amadora (associação responsável por um conjunto de iniciativas e empreendimentos que tinham por objetivo crescimento e desenvolvimento da localidade). Em 1934 recebeu a Medalha de Honra de Mérito Municipal, atribuída pelo Município de Lisboa.



"Torre de Belém"



"Praça de Belém"

Casa Roque Gameiro

Morada e contactos
 Casa Roque Gameiro
 Praceta 1.ª de Dezembro, n.º 2 – Vinteira
 2700-668 Amadora
 Telf: 21 436 90 58
 Fax: 21 492 92 39
 E-mail: vera.ferreira@cm-amadora.pt
 eugenia.ribeiro@cm-amadora.pt

Horário
 2.ª a sábado, das 10h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30
 Encerra aos domingos e feriados

Atividades da CIG
 Exposições temporárias, feiras temáticas, painéis de animação e música, ateliés de pintura em porcelana e artes decorativas, entre outros

Programa de mediação cultural
 Visitas guiadas à Casa e às exposições temporárias, oficinas temáticas de carácter artístico e patrimonial para grupos organizados, mediante marcação prévia.

www.cm-amadora.pt



Amadora



Casa Roque Gameiro





← ENTRADA

- Espaço ativo
- Quarto
- Sala de jantar
- Cozinha
- Recepção
- Ateliê de A. Roque Gameiro
- Sala de reserva
- Salas administrativas
- Salas de exposições

Piso 0

Piso -1

Piso -2

A Casa Roque Gameiro História do edifício

A Casa foi mandada construir em 1898 por Affredo Roque Gameiro. O projeto inicial do edifício, que corresponde ao piso da entrada principal e ao serviço construído para habitação do pintor e sua família é da autoria do arquiteto Roque Gameiro. Em 1900, Roque Gameiro mandou ampliar o edifício com a construção de mais dois pisos. Foi projeto de autoria de Raül Llorens, foi provavelmente um dos seus primeiros trabalhos, sendo a Casa a imagem exterior que atualmente apresenta.

A Casa é um exemplo típico do conceito da "Casa Portuguesa", inspirada na arquitetura popular das diferentes regiões do país. Os elementos decorativos harmonizam-se num todo conferindo à Casa o estatuto de peça arquitetónica de maior interesse na atual zona centro da Amadora.

O anexo é o elemento decorativo, principal da Casa Roque Gameiro. Predominam os azulejos de exemplares. Escravam-se a esta regra os azulejos da sala de jantar relevados e cuja execução obedece ao tipo técnico da fábrica de Rafael Bordalo Pinheiro, nas Caldas da Rainha.

A família Roque Gameiro deixou a casa da Vinteira em meados dos anos 20. Permaneceu ocioso o processo do edifício desde meados dos anos 20, até finais dos anos 60. Sabemos que o edifício foi pertença de mais de um proprietário. Nos anos 60, com a urbanização da zona centro da Amadora, foram publicadas várias cartas no Município da Amadora, apelando à preservação do edifício. Dando resposta a essas solicitações, a Câmara Municipal de Oeiras veio a adquirir a imóvel em 1969.

Dois anos mais tarde com a criação do município da Amadora, a nova autarquia herdou o imóvel e empreendeu a sua requalificação, uma vez que o edifício encontrava-se em estado acentuado de degradação. Nos dois pisos inferiores da Casa, foram criadas novas áreas, mais amplas e de utilização polivalente, destinadas para albergar exposições. Em 2012 a Casa Roque Gameiro, foi classificada como monumento de interesse público pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.

Atividades da Casa Roque Gameiro

Atualmente é um equipamento cultural que tem por missão promover diversas atividades de índole cultural. Para tal pretende um espaço cultural onde se congrega, promover, organizar e implementar diversas iniciativas, tais como exposições temporárias, visitas guiadas, oficinas temáticas, pequenos espetáculos, recitais, peças de animação, de música, feiras temáticas e ateliés e realização de vários ateliés e workshops, entre outros.

É também objetivo da Câmara Municipal da Amadora promover a divulgação do valor histórico e patrimonial da Casa Roque Gameiro, junto da população do Município, em geral, e da comunidade escolar, em particular, por forma a assegurar a máxima divulgação e fruição deste importante património local. Para tal desenvolve um serviço de mediação cultural de visitas guiadas e ateliés temáticos, mediante marcação prévia.

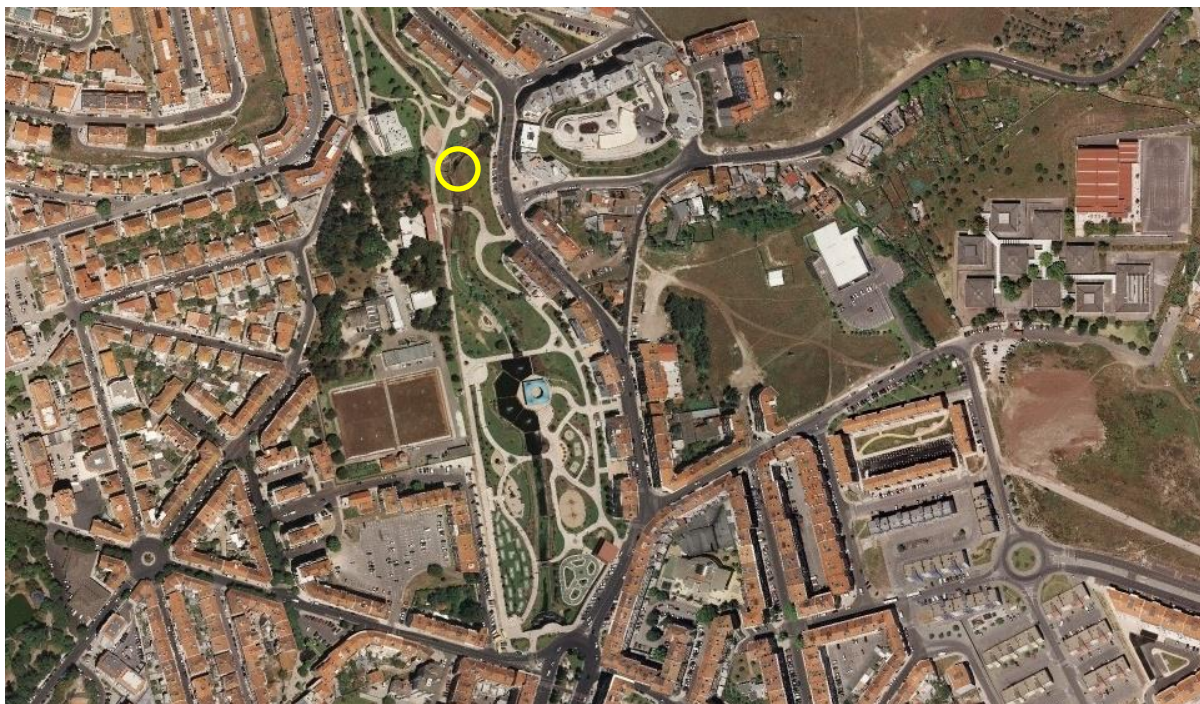
No âmbito de um programa contínuo de exposições temporárias, são realizadas várias exposições temáticas, nomeadamente: cerâmica, fotografia, escultura, pintura, artesanato, documentais, entre outros.

De forma a requalificar e aproveitar adequadamente o espaço exterior e jardim, da Casa Roque Gameiro, subscrito a partir da Primavera Verão, organizamos várias atividades não oadamento, feiras temáticas, ginástica de jogos tradicionais, Jogos de mesa, atividades musicais, entre outros. Feitas iniciativas proporcionam aos munícipes o usufruto desses espaços, seja dentro, fora e localmente, se por si, não desde já aspetos suficientemente atrativos para a sua fruição.



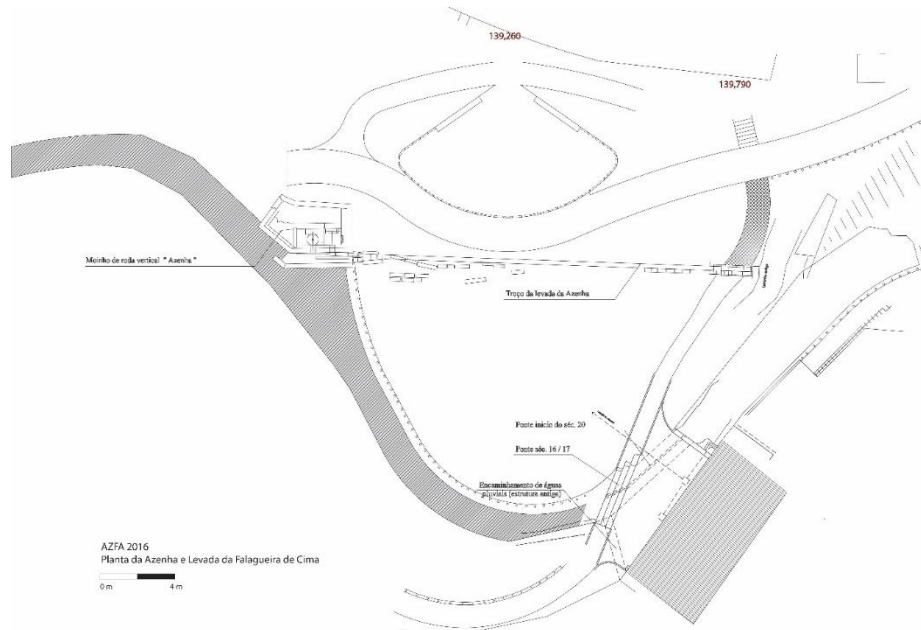
Imagem 60 – Tríptico divulgativo da Casa Roque Gameiro. © CRG

ANEXO XXXIII
[Localização da Azenha da Falagueira]

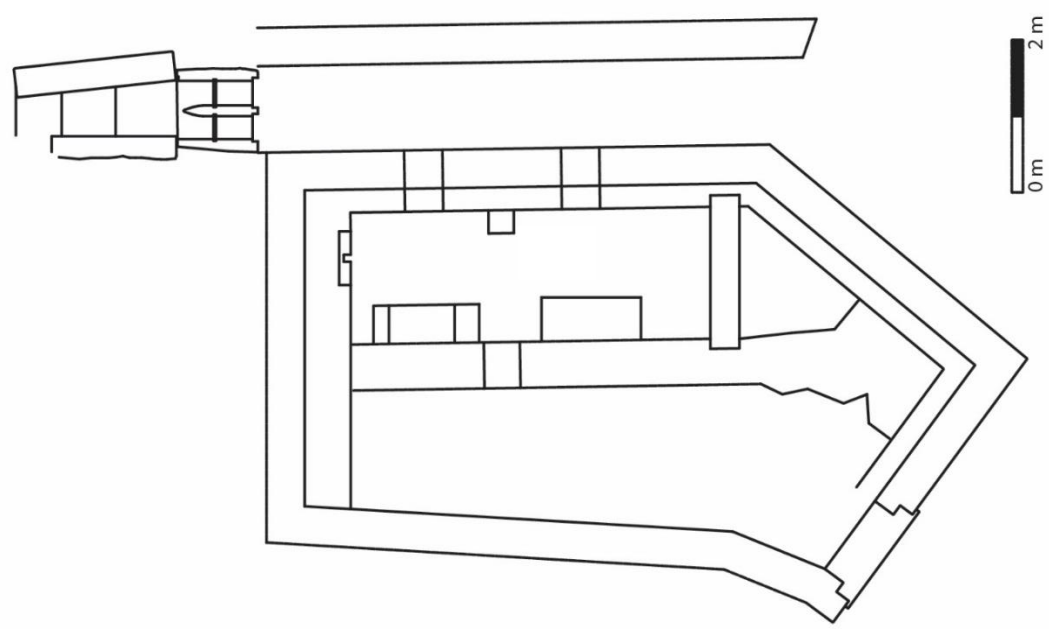


Mapa 7 – Ortofotomapa de 2009 da cidade da Amadora com localização da Azenha da Falagueira (assinalada a amarelo). Disponível em <http://www.cm-amadora.pt/territorio/informacao-geografica/cartografia.html>.
[consultado a 25/9/2019]

ANEXO XXXIV
[Planta da Azenha da Falagueira]



Planta 11 – Planta de integração da azenha da Falagueira no Parque Aventura. © MMAR



Planta 12 – Planta da azenha da Falagueira. © MMAR

ANEXO XXXV
[Fotografias da Azenha da Falagueira]



Imagem 61 – Vista exterior da azenha da Falagueira. © MMAR



Imagem 62 – Vista interior da azenha da Falagueira. © MMAR



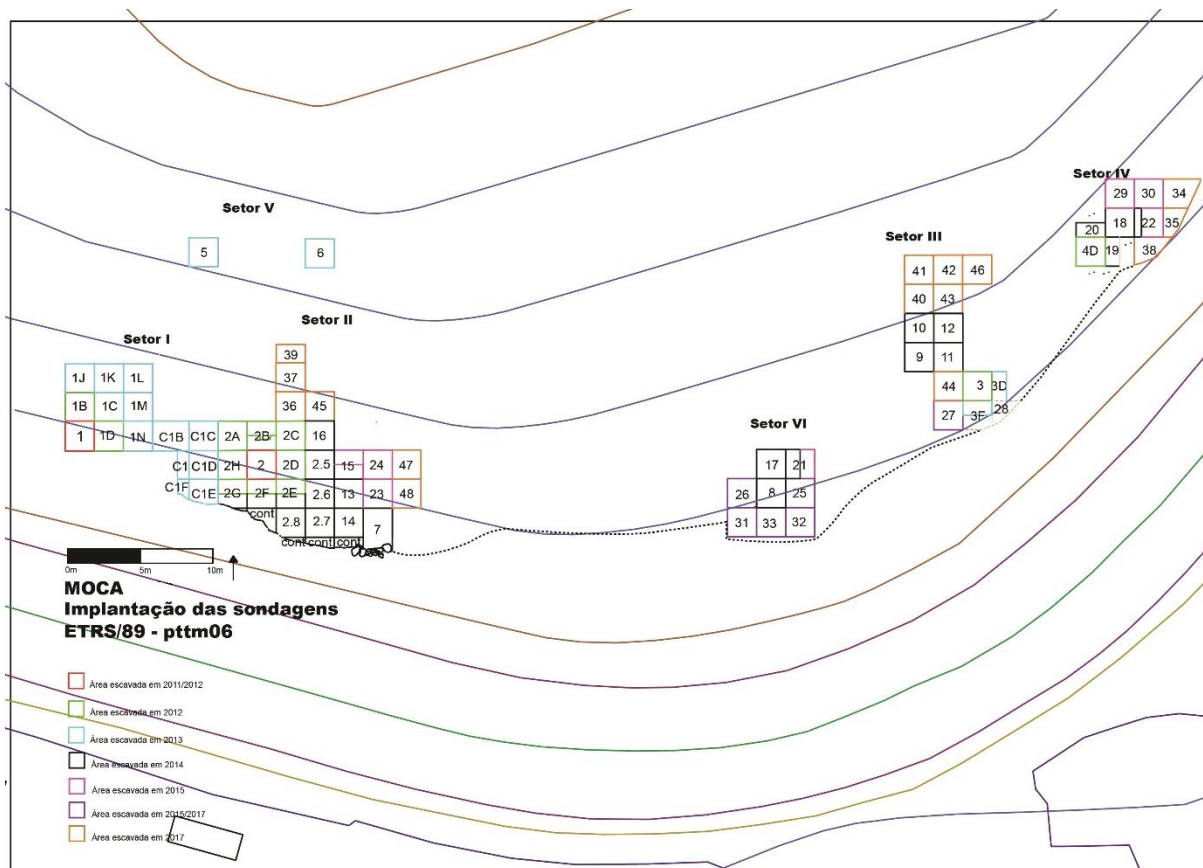
Imagem 63 – Maqueta da azenha da Falagueira, reconstituindo o seu aspeto original. © MMAR

ANEXO XXXVI
[Localização do sítio do Moinho do Castelinho]



Mapa 8 – Ortofotomapa de 2009 da cidade da Amadora com localização do sítio do Moinho do Castelinho (assinalada a amarelo). Disponível em <http://www.cm-amadora.pt/territorio/informacao-geografica/cartografia.html>. [consultado a 25/9/2019]

ANEXO XXXVII
 [Planta do sítio do Moinho do Castelinho]



Planta 13 – Planta do sítio do Moinho do Castelinho. © MMAR

ANEXO XXXVIII
[Fotografias do sítio do Moinho do Castelinho]



Imagem 64 – Fotografia aérea do sítio do Moinho do Castelinho. © Geodrone



Imagem 65 – Aspeto da intervenção arqueológica do setor II. © MMAR



Imagem 66 – Aspeto da intervenção arqueológica do setor VI. © MMAR

ANEXO XXXIX

[Divulgação de atividades do Museu Municipal de Arqueologia]

Gmail - NOVEMBRO NO MUSEU | MUSEU MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA



NOVEMBRO NO MUSEU | MUSEU MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA

1 mensagem

Amadora – Protocolo e Comunicação <relacoes.publicas@cm-amadora.pt>

6 de novembro de 2018 às 10:39

NOVEMBRO NO MUSEU

■ A decorrer |Exposição “Av. da República. A primeira rua da Amadora”

Exposição temporária, onde os visitantes poderão fazer uma **viagem** sobre a evolução desta artéria, que pautou o

quotidiano de **várias gerações** de amadorenses, através de **fotografias antigas** e objetos diversos.

De 3ª a Sábado, das **9h00 às 13h00** e das **14h00 às 17h00** e domingos das **14h30 às 17h30**

Destina-se a **participantes individuais, grupos e famílias**

Local: Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, Parque Aventura, Beco do Poço

Entrada: 1,00€, Sábados de manhã, gratuito

■ Dia **24 de novembro** (sábado) |Peddy Paper “**Viaja ao passado com os teus pés**”

Um percurso à descoberta do património histórico ao qual estão associadas **questões** e **desafios** sobre os diferentes sítios com história, e que vão determinar a

passagem à parte seguinte do percurso.

Entre as **14h00 e as 17h30**

Destina-se a **participantes individuais, grupos e famílias**

Realiza-se com um número mínimo de 10 participantes

Em parceria com a **ARQA** – Associação de Arqueologia da Amadora, no âmbito das Jomadas Europeias do Património

Ponto de Encontro: Moinho de Vento do Penedo. Rua Dr. Azevedo Neves

Regulamento: Disponível mediante solicitação

■ **Ano letivo 2018-2019 | Museu em Ação** – Inscrições abertas

Oficinas e Visitas orientadas

De 3ª a 6ª, às 10h00 e às 14h30

Destina-se a **escolas e grupos organizados**.

Oficinas: Pãozinho quentinho, **Estações floridas**, Pedrinha aqui, **pedrinha acolá**, entre outras

Visitas orientadas: Necrópole de Carenque, **Villa romana** da Quinta da Bolacha e Núcleo Museográfico do **Casal da Falagueira**, entre outras

Local: Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, Parque Aventura, Beco do Poço

Todas as atividades são **gratuitas** (exceto a assinalada) e necessitam **inscrição prévia** por email (museu.arqueologia@cm-amadora.pt) ou por telefone (214 369 090).

Deve ser indicado o nome completo do participante e o contacto telefónico.

As inscrições devem ser feitas até 48h da data da sua realização.

As desistências devem ser comunicadas no mínimo com 24 horas de antecedência, sob pena de impedimento de inscrição noutras atividades.

Para mais informações é favor contactar.

Museu Municipal de Arqueologia/Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira – Parque Aventura,
Beco do Poço, 2700-000 Amadora

Gabinete de Imprensa e Relações Públicas

Câmara Municipal da Amadora



Rua Ernesto Melo Antunes, 8 - 6.º A

Urb. Villa Park

2700-002 Amadora

T +351 214 369 012

relacoes.publicas@cm-amadora.pt

www.cm-amadora.pt

2 anexos



image002.gif
9K

<https://mail.google.com/mail/u/0?ik=fa9509dfc3&view=pt&search=all&permthid=thread-f%3A1616380640350614093&simpl=msg-f%3A16163806...> 2/2

Imagem 67 – Email de divulgação das iniciativas do MMAR em novembro de 2018.



Newsletter N.º 20 AMADORA Município

1 mensagem

Município da Amadora <imprensa@cm-amadora.pt>
Responder a: Município da Amadora <imprensa@cm-amadora.pt>

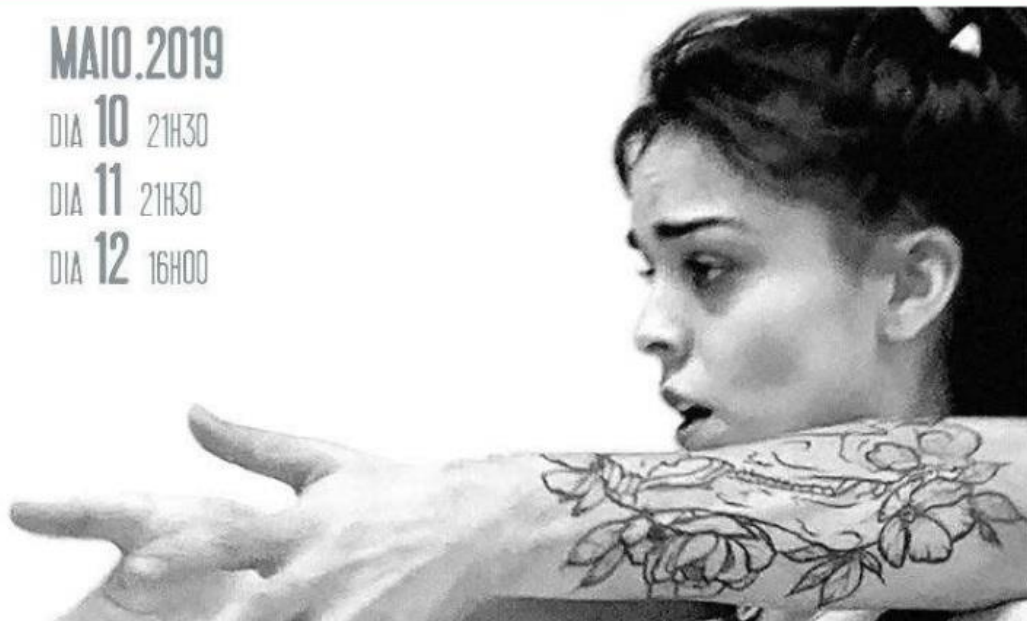
8 de maio de 2019 às 10:59

Se não consegue ler este e-mail, por favor veja a versão on-line



MUNICÍPIO // NEWSLETTER 20

08-05-2019



10 a 12 maio | Impulso | Dança

Recreios da Amadora

A companhia de dança Quorum Ballet estreia o espetáculo "Impulso".

Sessões:

Dias 10 e 11 maio (sexta-feira e sábado) | 21h30

Dia 12 maio (domingo) | 16h00

M6 | 10€ [Consultar a tabela de descontos da companhia]

LER +



11 maio | A Evolução Estética do Selo Português de 1853 a 1980 | Conferência

Casa Roque Gameiro | 15h00

Iniciativa sobre a estética na concepção filatélica e a sua integração na história da arte portuguesa contemporânea.
Por João Castela Cravo.

Entrada livre | Não necessita inscrição

LER +



14 maio | O Socialismo e o PS em Portugal | Apresentação de livro

Biblioteca Municipal | 18h30

Publicado pela Âncora Editora, esta obra foi coordenada por Fernando Pereira Marques.

Entrada livre.

LER +



18 maio | Ca Porra de Geringonça Aqui Vai | Teatro de Revista

Cineteatro D. João V | 21h30

Revista à Portuguesa com Fados, Marchas, Bailados, números de Homenagem, desta vez às populares atrizes Ivone Silva e Mariema, e onde não faltará um Quinteto final que será a "Volta a Portugal dos Partidos Políticos".

M12 | 10€

LER +

18 maio | Workshop sobre calçado pré-histórico

Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira | 10h00 às 12h00

Participantes poderão conhecer exemplos de calçado descoberto em contexto arqueológico, saber quais os materiais e ferramentas usados na sua concepção à época, e ainda aprender a construí-lo.

Promovido pelo Museu Municipal de Arqueologia e a Associação de Arqueologia da Amadora (ARQA).

Iniciativa gratuita | Marcação prévia até 16 maio

LER +

<https://mail.google.com/mail/u/07?ik=fa9509dfc3&view=pt&search=all&permthid=thread-f%3A1632961255518484462&simpl=msg-f%3A16329612...> 2/6



18 maio | *Recriação Histórica do Clã de Carenque*

Necrópole de Carenque | 10h00 às 17h00

Recriação histórica do Clã de Carenque, no âmbito das comemorações do Dia Internacional dos Museus. Visita guiada, recriação de um ritual funerário, ateliês interativos de cerâmica, caça e agricultura, entre outras atividades.

Promovido pelo Museu Municipal de Arqueologia e a Associação de Arqueologia da Amadora (ARQA).

Participação gratuita | Não necessita inscrição

Podem também inscrever-se já para o [Passeio Pedestre em A-da-Beja](#), a 25 maio. Iniciativa gratuita.

LER +



19 maio | *Guarda dos Sonhos* | Musical Infantil

Cineteatro D. João V | 11h00

Musical Infantil para toda a família, que segue a história do Gui, de 9 anos.

Um dia o Gui encontra uma boneca esquecida na prateleira que se sente triste e preocupada com os



Até 19 maio | *Exposições de Teresa Magalhães*

Galeria Municipal Artur Bual

Entrada livre para as exposições de pintura "No Atelier" e "Cores da Natureza".

Teresa Magalhães expõe regularmente desde 1965. A

<https://mail.google.com/mail/u/0?ik=fa9509dfc3&view=pt&search=all&permthid=thread-f%3A1632961255518484462&simpl=msg-f%3A16329612...> 3/6

sonhos de uma menina que parecem ter sido esquecidos. Decido, o Gui vai ajudar esta boneca a encontrar o Guarda dos Sonhos e recuperar os sonhos da menina. Para o Gui, não é possível que alguém deixe de sonhar.

sua pintura reconhece-se pela forma como gosta de quebrar barreiras formais e estéticas.

LER +

M3 | 8€

LER +



10.ª edição do OP Amadora | Apresentação de propostas de 14 de maio a 24 de junho

O OP Amadora realiza em 2019 a sua 10.ª edição!

Os cidadãos são novamente chamados a participar na vida da cidade, apresentando propostas entre 14 de maio e 24 de junho e votando entre 3 de setembro e 14 de outubro.

PARTICIPE!

APRESENTE A SUA PROPOSTA DE 14 DE MAIO A 24 DE JUNHO.

LER +

PAMA | Candidaturas até 15 de maio

Candidaturas até 15 de maio, para apoios financeiros a entidades e organismos que desenvolvem atividades nas áreas cultural, desportiva, juvenil, educativa e social.



LER +

16 e 22 maio | Ações de formação para cuidadores informais

Ações para cuidadores informais do território da Amadora, pessoas que prestam cuidados e assistência sem qualquer tipo de remuneração a pessoa(s) dependente(s) nas atividades da vida diária.

Freguesias de Águas Livres e Mina de Água | 14h30 às 16h00

Sessão: Comunicação e Assertividade

LER +



APOIO AO CUIDADOR



Cerca de 340 idosos da Amadora vão de férias com apoio da Câmara Municipal

Inscrições nas Juntas de Freguesia

A CMA volta a promover o projeto *AmaSénior Lazer*, cuja organização é desenvolvida em parceria com as Juntas de Freguesia do Município e a União de Reformados, Pensionistas e Idosos da Amadora.

Cerveira, Foz do Arelho, Luso, S. Pedro do Sul, Vila Ruiva e Entre-os-Rios, são os locais selecionados para o desenvolvimento do programa no presente ano, e em que se prevê venham a participar mais de trezentos idosos da Amadora.

LER +



O seu estabelecimento comercial é Procicla?

Tem um estabelecimento comercial?
Produz papel/cartão em quantidade significativa?

<https://mail.google.com/mail/u/07?ik=fa9509dfc3&view=pt&search=all&permthid=thread-f%3A1632961255518484462&simpl=msg-f%3A1632961255518484462> 5/6

Se sim, adira ao programa Procicla!

O município da Amadora implementa, desde 2007, o programa Procicla, dedicado à recolha seletiva de papel/cartão em estabelecimentos comerciais. A recolha é feita porta a porta, gratuitamente, de segunda a sexta-feira.

LER +

Visite www.cm-amadora.pt para saber mais.



Copyright © 2018 Município da Amadora, todos os direitos reservados.

Esta newsletter é produzida pela Câmara Municipal da Amadora e pode ser subscrita por todos os interessados. Aqui, é disponibilizada informação diversa sobre a atividade municipal. Está a receber este e-mail porque está inscrito na mailing list da newsletter do site oficial do Município da Amadora, através do endereço de email: gisela.guina@gmail.com. Se desejar alterar a subscrição da nossa newsletter, por favor clique em [Modificar](#) a sua subscrição.

AVISO DE CONFIDENCIALIDADE

As informações contidas neste e-mail e em quaisquer anexos são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso do (s) indivíduo (s) a quem ele é endereçado ou direcionado de outra forma.

Caso tenha recebido este email indevidamente, queira por favor informar de imediato o remetente e proceder à destruição do documento, sem o divulgar, distribuir ou reproduzir em suporte digital ou impressão.

Observe que quaisquer opiniões apresentadas neste e-mail são exclusivas do autor e não representam necessariamente as da Câmara Municipal da Amadora. Finalmente, o destinatário deve verificar este e-mail e todos os anexos quanto à presença de vírus. A Câmara Municipal da Amadora não aceita qualquer responsabilidade por qualquer dano causado por qualquer vírus transmitido por este email.

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 26º do [Decreto Lei é o n.º 135/99, de 22 de abril](#), com as alterações introduzidas pelo [Decreto Lei n.º 74/2017, de 21 de junho](#), a correspondência transmitida por via eletrónica tem o mesmo valor da trocada em suporte de papel, devendo ser-lhe conferida, pela Administração e pelos particulares, idêntico tratamento.

<https://mail.google.com/mail/u/0?ik=fa9509dfc3&view=pt&search=all&permthid=thread-f%3A1632961255518484462&simpl=msg-f%3A1632961255518484462> 6/6

Imagem 68 – Newsletter de divulgação das iniciativas da DIC, incluindo as do MMAR em maio de 2019.

#amadoracidade



i

CM-AMADORA.PT

**13 janeiro | Inauguração de exposições
sobre as primeiras ocupações humana...**

 Gosto

 Comentar

 Partilhar

Imagem 69 –Divulgação das iniciativas do MMAR através do Facebook Amadora Cidade.



Amadora Município

7 de jan de 2018 às 15:27 • 🌐

O Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira inaugura, no próximo dia 13 de janeiro, pelas 16h00, as exposições “Antes da Amadora” e “Amadora rural”, que fazem parte da exposição permanente deste espaço e cuja museografia foi revista. Estas mostras retratam as primeiras ocupações humanas do atual território da Amadora.

Entrada livre.

#amadoracidade

Imagem 70 –Divulgação das iniciativas do MMAR através do Facebook Amadora Município.